

desafios do desenvolvimento

ipea

Exemplar do Assinante

2013 • Ano 10 • nº 77

www.desafios.ipea.gov.br



Por um mundo sem miséria

Solução brasileira para enfrentar a pobreza absoluta por meio de programas como o Bolsa Família torna-se referência internacional. Banco Mundial pede ajuda ao Brasil para viabilizar a meta de reduzir a apenas 3% a miséria global

Impacto das mudanças climáticas na saúde

Estudo revela um país muito vulnerável ao aquecimento global, com aumento de doenças como o câncer de pele

Entrevista

Eric Hanushek

Polêmico professor de Stanford afirma: "O futuro do Brasil depende de bons professores e de alunos competitivos"

A regionalização sob novo olhar

Projeto Brasil em Desenvolvimento, do Ipea, lança três publicações para discutir a diversidade territorial





Se você quiser fazer um passeio diferente como este, para onde você tem que ir?

- A () Jericoacoara, CE
- B () Ilha do Mel, PR
- C () Genipabu, RN
- D () Búzios, RJ

Se você é brasileiro e não sabe a resposta, está na hora de conhecer melhor o Brasil.

Resposta: C - Genipabu, RN

**VIAJE PELO BRASIL.
É BOM PARA VOCÊ.
É BOM PARA O PAÍS.**

Ministério do
Turismo

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA

Consulte seu agente de viagem. www.turismo.gov.br

DIRETOR-GERAL João Cláudio Garcia

CONSELHO EDITORIAL Aguilardo Nogueira Maciente, André Gustavo de Miranda
Pinel Alves, Danilo Santa Cruz Coelho, Estêvão Kopschitz Xavier Bastos,
Fabio Ferreira Batista, Fabio Monteiro Vaz, Felix Garcia Lopez Jr,
Herton Ellery Araújo, João Cláudio Garcia, Leonardo Monteiro Monasterio,
Lucas Ferreira Matton, Marcio Bruno Ribeiro, Marcos Hecksher,
Maria da Piedade Moraes, Marina Nery, Pedro Herculano G. Ferreira de Souza,
Veruska da Silva Costa, Vitoria Gehre

Redação

DIRETOR-EXECUTIVO Francisco Alves de Amorim

EDITOR-CHEFE Hugo Studart

EDITORA-EXECUTIVA Maria Felix Fontele

REPÓRTERES BRASÍLIA: Adriana Nicácio, Carla Lisboa, Cláudia Guerreiro, Rubens Santos, Washington Sidney, RIO DE JANEIRO: Myrian Luiz Alves.

SÃO PAULO: Ayana Trad

FOTOGRAFIA: João Viana, Agência Brasil, Folhapress

REVISOR Gustavo Dourado

EDITOR DE ARTE/FINALIZAÇÃO Elton Mark

CAPA Ilustração de Heraldo Lima

Colaboração

Bernardo Alves Furtado, Bruno de Carvalho Júnior, Cleandro Krause,
Enid Rocha Andrade da Silva, Marcos Hecksher, Nilo Luiz Saccaro Junior,
Pedro Humberto, Wagner Costa Ribeiro

Cartas para a redação

SBS Quadra 01, Bloco J, Edifício BNDES, sala 1517

CEP 70076-900 - Brasília, DF

desafios@ipea.gov.br

Impressão

Portal Print

AS OPINIÕES EMITIDAS NESTA PUBLICAÇÃO SÃO DE EXCLUSIVA E DE INTEIRA RESPONSABILIDADE DOS AUTORES, NÃO EXPRESSANDO, NECESSARIAMENTE, O PONTO DE VISTA DO INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (Ipea), OU DA SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

É PERMITIDA A REPRODUÇÃO DA REVISTA, DESDE QUE CITADA A FONTE

DESAFIOS DO DESENVOLVIMENTO (ISSN 1806-9363) É UMA PUBLICAÇÃO DO IPEA PRODUZIDA PELO INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - IBAP, EM COLABORAÇÃO COM TÉCNICOS DO IPEA

Carta ao leitor

A iniciativa brasileira de acabar com a pobreza extrema tem atraído a atenção de representantes de governos e instituições do mundo inteiro. Entusiasmados com os resultados obtidos pelo país, eles buscam no Brasil tecnologias de combate à fome e de inclusão social. Caso do Banco Mundial, por exemplo. Com a meta de reduzir a miséria a apenas 3% da população do planeta até 2030, índice cinco vezes menor do que é hoje, o banco pediu cooperação técnica ao Brasil para levar adiante esse grande desafio.

Assim, nasceu a parceria World Without Poverty (Mundo Sem Pobreza), firmada entre o banco, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. A ideia é adotar o modelo brasileiro, com fornecimento de assistência técnica específica para garantir a eficiência e a sustentabilidade de programas semelhantes em outros países. Nesta edição de *Desafios do Desenvolvimento*, os envolvidos no projeto falam das contribuições e do papel estratégico do nosso país no processo de redução da pobreza global, com seu trabalho de cooperação científica, tecnológica, educacional e humanitária.

O Programa Bolsa Família, que completa dez anos em 2013, tornou-se, de fato, referência quando o assunto é inclusão social. Esse é o tema de outra reportagem desta edição. Em uma década, o Brasil tirou cerca de 14 milhões de pessoas da miséria, e o Bolsa Família é uma das causas dessa mudança. Nesse contexto, Ipea e MDS lançam o livro comemorativo *Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania*.

O entrevistado desta edição é o economista Eric Alan Hanushek, professor da Universidade de Stanford, nos EUA, pioneiro no desenvolvimento de pesquisas que avaliam o impacto da qualidade dos professores no futuro dos alunos. Foi consultor do governo norte-americano em vários projetos educacionais. É autor e coautor de 20 livros sobre economia e educação, além da maior pesquisa já feita sobre o papel dos professores na formação dos alunos e suas implicações na economia dos países.

Divulgamos, ainda, detalhes do Atlas do Desenvolvimento Humano Municipal, produzido pelo Ipea em parceria com o PNUD e a Fundação João Pinheiro. Em outra matéria, destacamos os três volumes do *Brasil em Desenvolvimento 2013*, um dos mais robustos projetos criados pelo Instituto, que reúne contribuições de pesquisadores sobre temas como saúde, educação, emprego, segurança e meio ambiente, sob a ótica do território regionalizado.

Vale a pena conferir, também, a matéria sobre o que pensam e querem os jovens dessa geração inquieta que saiu às ruas para reivindicar um país melhor, além de vários outros textos de abordagem aprofundada, característica da revista. *Desafios do Desenvolvimento* passa a contar, a partir deste número, com o Conselho Editorial renovado e ampliado, e com produção e responsabilidade editorial do Instituto Brasileiro de Administração Pública (IBAP), que possui larga experiência em publicações especializadas.

Boa leitura!

João Cláudio Garcia, diretor-geral da
revista **Desafios do Desenvolvimento**

Sumário

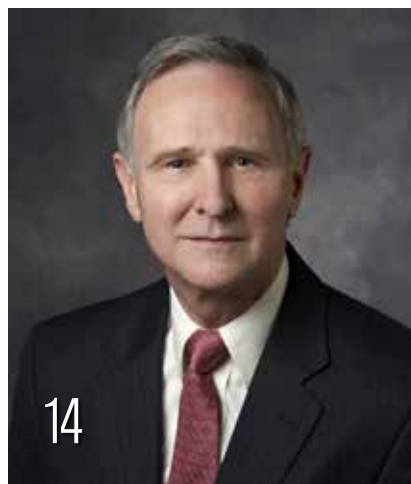
- Pág. 14 **Entrevista** – Eric Hanushek
- Pág. 22 **Inclusão social** – Brasil ajuda o mundo a reduzir a miséria
- Pág. 30 **Inclusão social** – Uma década de Bolsa Família
- Pág. 36 **Políticas públicas** – Um novo olhar sobre a diversidade territorial
- Pág. 44 **Desenvolvimento** – Somos menos desiguais
- Pág. 52 **Juventude** – Vozes da inquietação
- Pág. 58 **Reciclagem** – Os que sobrevivem do lixo
- Pág. 64 **Saúde** – Impactos profundos
- Pág. 72 **Meio ambiente** – Salvem os manguezais
- Pág. 78 **Perfil** – Maria da Penha
- Pág. 84 **História** – Em luta pela floresta quase perdida

Seções

- 8 **Giro Ipea**
- 12 **Giro**
- 90 **Circuito**
- 92 **Estante**
- 94 **Humanizando o desenvolvimento**

Artigos

- Pág. 21 **Arranjos participativos como instrumentos de democratização do Estado**
Enid Rocha Andrade da Silva
- Pág. 35 **Como fortalecer os cofres municipais para financiar o transporte público**
Pedro Humberto Bruno de Carvalho Júnior
- Pág. 43 **Território metropolitano, políticas municipais**
Cleandro Krause e Bernardo Alves Furtado
- Pág. 50 **Túnel do tempo do desenvolvimento humano**
Marcos Hecksher
- Pág. 77 **Cooperação e conflito por águas transfronteiras na América Latina**
Wagner Costa Ribeiro
- Pág. 83 **Biodiversidade e inovação no Brasil: incentivar é melhor que controlar**
Nilo Luiz Saccaro Junior







**Para apreciar o visual
desta linda serra,
aonde você deve ir?**

- A () Petrópolis, RJ
- B () Paranaguá, PR
- C () Aparados da Serra, RS
- D () Boa Vista, RR

**Se você é brasileiro e não sabe
a resposta, está na hora
de conhecer melhor o Brasil.**

Respostas: c – Aparados da Serra, RS

**VIAJE PELO BRASIL.
É BOM PARA VOCÊ.
É BOM PARA O PAÍS.**

Ministério do
Turismo

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA

Consulte seu agente de viagem. www.turismo.gov.br



Mapa

Homicídios ocultos

Mais de 170 mil pessoas foram mortas de forma violenta no Brasil, sem que a causa fosse identificada. Os dados são da pesquisa do Ipea, intitulada *Mapa dos Homicídios Ocultos no Brasil*, realizada pelo diretor de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia (Diest), Daniel Cerqueira. De acordo com o levantamento, entre 1996 e 2010 houve cerca de 1,9 milhão de mortes violentas no país e, desse total, 9,2% (174.223) não tiveram a causa do óbito identificada. O estudo está baseado nos dados fornecidos pelo Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM). Por meio das quais se pôde computar o número de homicídios ocultos (HOs) em cada unidade da Federação (UF). Esse número é consequência da análise das características socioeconômicas e situacionais associadas a cada uma das mortes violentas. Outro resultado indica que o número de homicídios no país seria 18,3% superior ao dos registros oficiais, o que representa cerca de 8.600 homicídios não reconhecidos, a cada ano.

Meu Mundo

ONU premia Ipea por ouvir a agenda dos brasileiros

O Ipea venceu um prêmio da Campanha do Milênio da Organização das Nações Unidas (ONU), entregue em 25/9 em Nova York, por ter dado a maior contribuição da América Latina e Caribe para a pesquisa *Meu Mundo*, que ouve e registra as prioridades da população mundial para subsidiar a revisão da agenda global dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) pós-2015. A iniciativa resultou de um encontro entre Corine Woods, coordenadora global da campanha, e o presidente do Ipea, Marcelo Neri, que propôs



incorporá-la às pesquisas do Sistema de Indicadores de Percepção Social (Sips). Até meados de setembro, o Ipea contabilizou a opinião de mais de 11 mil brasileiros que escolheram seis prioridades em uma lista de 16 opções com uma amostra representativa do país. Neri divulgou, durante a Jornada Mundial da Juventude, texto que coloca a educação, o transporte público, o acesso à internet e combate à discriminação como os elementos centrais da agenda jovem, temas que não fazem parte das prioridades de outros grupos etários. Você também pode eleger suas prioridades no site www.myworld2015.org, que já registra a escolha de mais de 960 mil pessoas em 194 países. (leia mais na página 52)

Cooperação

Perspectivas dos emergentes

Um seminário internacional sobre as perspectivas dos países emergentes marcou a adesão do Brasil ao *South Centre* – organização intergovernamental com sede em Genebra, que reúne 51 países em desenvolvimento e funciona como um *think tank* multilateral do Sul. O evento ocorreu na primeira quinzena de agosto, na sede do Ipea, em Brasília, com a participação do presidente do instituto e ministro interino da Secretaria de Assuntos Estratégicos, Marcelo Neri, do senador Cristovam Buarque, e do diretor-executivo do *South Centre*, Martin Khor, além de técnicos de órgãos federais. Na abertura, Neri destacou a importância do seminário para a agenda de pesquisa do Brasil. Explicou que hoje a renda total no país é muito semelhante à média mundial e que o Brasil é um ótimo campo de estudos para organizações como o *South Centre*. “Nossos

pobres são tão pobres quanto os indianos, e os mais ricos estão no nível dos ricos norte-americanos”, afirmou. Segundo ele, no Brasil, temos 92% da renda média mundial. “Aqui se encontra um pouco do mundo, somos uma maquete do mundo”, ressaltou.

O senador Cristovam Buarque defendeu a saída da crise por meio de um novo padrão de desenvolvimento, baseado no aumento do bem-estar e do emprego e não apenas na elevação do Produto Interno Bruto (PIB). Martin Khor traçou um breve histórico da organização, criada em 1995 com a intenção de promover a cooperação e a coordenação Sul-Sul. Lembrou que o *South Centre* atua em quatro áreas: economia e finanças globais; política comercial; transferência de tecnologia e propriedade intelectual; sustentabilidade e mudança do clima.



Atlas do Desenvolvimento Humano

No fim de agosto, o presidente do **Ipea** e ministro interino da Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE), Marcelo Neri, entregou ao ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva o *Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013*, elaborado pelo **Ipea** em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e a Fundação João Pinheiro. A solenidade de entrega da publicação ocorreu no Instituto Lula e antecipou uma entrevista do ex-presidente



Ricardo Stuckert/Instituto Lula

da República sobre os dez anos do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), do qual Neri é secretário-executivo. O Atlas mostra o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) dos 5.565 municípios brasileiros e mais de 180 indicadores de população, educação, habitação, saúde, trabalho, renda e vulnerabilidade, com base nos Censos de 1991, 2000 e 2010.

Acesso a medicamentos

Os brasileiros desembolsam todo mês uma média de R\$ 76,31 com remédios. Entre os anos de 2008 e 2009 houve um aumento da proporção de famílias que tiveram gastos com determinadas categorias de medicamentos, principalmente analgésicos, antigripais, remédios para colesterol e problemas do coração. Todavia, houve redução da proporção de famílias que tiveram gastos com anti-infecciosos e anti-inflamatórios. O consumo de medicamentos foi o principal componente do gasto com saúde das famílias brasileiras entre os anos 2008-2009. A despesa com esse tipo de produto, nesse período, foi objeto de estudo de um grupo de cinco pesquisadores do **Ipea**: *Dimensões do acesso a medicamentos no Brasil: perfil e desigualdades dos gastos das famílias, segundo as pesquisas de orçamentos familiares 2002-2003 e 2008-2009*.

Ficou constatado que o gasto médio com remédio foi de R\$ 59,02 e que cerca de 77% das famílias tiveram registro de gasto com



DeBacantífica

medicamentos durante o período de referência para coleta de dados. Durante o cruzamento de dados, os pesquisadores Leila Posenato Garcia, Luís Carlos Garcia de Magalhães, Ana Cláudia Sant'Anna, Lúcia Rolim Santana de Freitas e Adriana Pacheco Áurea concluíram que “a alta desigualdade na distribuição de renda, que ainda prevalece na sociedade brasileira, manifesta-se da mesma forma na alta desigualdade do gasto das famílias com medicamentos”.

Passage livre estudantil

A nota técnica intitulada *Ampliação do acesso ao transporte público urbano - propostas em tramitação no Congresso Nacional*, publicada na última semana de agosto, indica que o impacto do passage livre estudantil e do vale-transporte social sobre o Orçamento da União está avaliado em R\$ 15,5 bilhões ao ano, caso os três projetos de lei que propõem esse tipo de benefício sejam aprovados sem as desonerações do Regime Especial de Incentivos para o Transporte Coletivo Urbano e Metropolitano de Passageiros (Reitup). Os autores da nota revelam que o valor do subsídio calculado com base no índice de mobilidade das 44 principais cidades brasileiras para o vale-transporte social custaria cerca de R\$ 9,7 bilhões. “O valor do subsídio de R\$ 15,5 bi foi calculado com base no índice de mobilidade das 44 principais cidades brasileiras e considera apenas os cadastrados no Cadastro Único (CadÚnico)”, diz o estudo. Caso se considere a universalização do acesso ao transporte pelos estudantes, independentemente do critério de renda, o recurso necessário seria acrescido de R\$ 12 bilhões.





Se você quiser ver esta paisagem de cinema, aonde você precisa ir?

- A () Pipa, RN
- B () Guarda do Embaú, SC
- C () Angra dos Reis, RJ
- D () Lençóis Maranhenses, MA

Se você é brasileiro e não sabe a resposta, está na hora de conhecer melhor o Brasil.

Resposta: D – Lençóis Maranhenses, MA

**VIAJE PELO BRASIL.
É BOM PARA VOCÊ.
É BOM PARA O PAÍS.**

Ministério do
Turismo

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA

Consulte seu agente de viagem. www.turismo.gov.br

Agricultura

Índia quer estoques públicos para segurança alimentar

Duas propostas sobre temas agrícolas serão levadas à mesa de negociações em Bali com grandes chances de se tornarem realidade. A primeira, elaborada pelo G-20, disciplina as cotas tarifárias, para evitar que os métodos de administração das cotas se transformem em barreiras não-tarifárias. E a segunda surgiu da Índia e prevê a composição de estoques públicos para a segurança alimentar. Fariam parte desses estoques – que seriam considerados subsídios sem grandes efeitos para o comércio global – compras governamentais destinadas a apoiar agricultores de baixa renda voltados para a segurança alimentar.



Dreamstime

Comércio internacional

Colheita antecipada na estreia de Azevêdo na OMC

Entre 3 e 6 de dezembro de 2013, os olhos do mundo estarão voltados para a 9ª Reunião Ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC), em Bali, na Indonésia. Será a primeira presidida pelo embaixador brasileiro Roberto Azevêdo (foto). O mais importante, no entanto, será o recado que esse encontro passará: se a OMC conseguirá ou não destravar as negociações multilaterais. Com o fracasso da Rodada de Doha, o esforço de Azevêdo é elaborar um pacote de entregas, internamente chamado de *early harvest* ou, na tradução, colheita antecipada. Seriam acordos multilaterais em áreas específicas, como a facilitação de comércio e agricultura, mesmo que Doha esteja longe de ser um consenso.



Antonio Cruz/ABR

Serviços

Sistema financeiro quer o fim do Siscoserv

O fraco desempenho da balança comercial de serviços, que registrou déficit histórico de US\$ 41 bilhões em 2012, quase 150% a mais do que em 2008, fez o governo acelerar a elaboração de um banco de dados para conhecer o perfil das empresas exportadoras e importadoras de serviços e criar o Siscoserv. Mas criou-se um Frankenstein. O resultado foi um sistema complexo, burocrático e de alto custo, inviável de ser aplicado. Em apenas um ano, foram editados cinco manuais diferentes para a utilização do sistema. O Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio e a Receita Federal agora correm contra o tempo para facilitar os processos do Siscoserv, antes que ecoe a insatisfação do sistema financeiro, que quer o fim desse mecanismo.

Política industrial

Distante das Cadeias Globais de Valor

Nunca se falou tanto em Cadeias Globais de Valor (CGVs). O assunto não é novo, mas ganhou importância ao longo da última década pelas mudanças e ganhos de escala nos mercados inseridos nessas cadeias, como países da Ásia, Europa e América do Norte. Mas estudos mostram que a política industrial brasileira deixou o Brasil de fora. Segundo as bases de dados da OCDE e da OMC, que medem o índice de inserção dos países nas CGVs, o Brasil só está na frente da Argentina e da África do Sul, entre 40 países estudados. O Brasil tem perdido acesso a fornecedores internacionais, clientes e centros de pesquisa.



Entre a Europa e a cadência de Cristina Kirchner

O novo ministro de Relações Exteriores, Luiz Alberto Figueiredo, terá um grande desafio até o fim do ano: fazer valer o compromisso brasileiro com a União Europeia de que o Mercosul daria continuidade às negociações de livre comércio com o bloco europeu. O Brasil já fechou sua lista com 90% de desgravações, das cerca de 10.500 NCMs (Nomenclatura Comum do Mercosul). As listas do Paraguai e do Uruguai estão prontas. A Venezuela foi dispensada, pois ainda não está totalmente integrada ao bloco sul-americano. Mas a Argentina não tem

dado sinais de que pretende iniciar as negociações. A presidente Cristina Kirchner (foto) sequer consultou o empresariado argentino. Dentro do governo brasileiro, cresce a vontade de apresentar quatro propostas separadas à União Europeia. Se essa for a saída, caberá a Figueiredo ter muito jogo de cintura para negociar com o governo Kirchner.



Antonio Cruz/Abbr

Meio ambiente

Fórum Global para o Crescimento Sustentável



Especialistas de todo o mundo vão discutir meios de superar os obstáculos ao comércio de tecnologias de energias sustentáveis que impedem um aumento de escala de energias alternativas viáveis aos combustíveis fósseis, em Copenhagen, na Dinamarca. Eles participam do Fórum Global para o Crescimento Sustentável, entre os dias 21 e 22 de outubro, um evento do Centro Internacional para o Comércio e o Desenvolvimento Sustentável (ICTSD, na sigla em inglês) em parceria com o Ministério de Negócios da Dinamarca.

Automóveis

Governo deve aumentar exigência de conteúdo local

As indústrias de autopeças brasileiras convenceram o governo a aumentar a cota de conteúdo local nos carros nacionais para que as montadoras sejam beneficiadas pelo Inovar Auto. Esse é um dos itens do acordo que dará vida ao Inovar Peças. Além disso, os fabricantes de autopeças passariam a vender com isenção de PIS/Cofins, ICMS e IPI. Vão ter linhas de crédito do BNDES e estímulo à inovação. Só falta combinar com as montadoras.

Empresários

Ofensiva aos impostos sobre importação de serviços

O setor produtivo prepara nova ofensiva para 2014: a redução da carga tributária sobre operações de importações de serviços. Os serviços se tornaram um importante insumo de valor agregado dos bens, correspondendo a quase 60%, e das exportações de produtos, com peso superior a 40%. Os empresários brasileiros entendem que é possível reduzir a cobrança de impostos cobrados em cascata, zerar o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) e a aplicação pela Receita Federal de disposições assinadas em tratados internacionais para evitar a dupla tributação de lucro das empresas.



Dreamstime



Mundo digital

Regras do G-20 para tributar a nova economia

Uma nova sigla fará parte da vida dos especialistas em comércio exterior e das multinacionais brasileiras. Trata-se da BEPS (Base Erosion and Profit Shifting), que na tradução livre significa Erosão da Base e Transferência de Lucros. Os países da OCDE perceberam que não possuem regras para tributar a economia digital nem para evitar a transferência de lucros de um país com maior carga tributária para outro com uma carga menor. Por isso, o BEPS ganhou importância número 1 para o G-20 e sua implementação, ainda em estudo, vai afetar diversas regras, como a tributação da renda no exterior, preços de transferência e acordos de bitributação.

ERIC HANUSHEK

“O futuro do Brasil depende de bons professores e de alunos competitivos”

Cláudia Guerreiro

Polêmica. Esta é a primeira expressão que costuma surgir nas referências a respeito do economista norte-americano Eric Hanushek, pioneiro no desenvolvimento de pesquisas que avaliam o impacto da qualidade dos professores e os efeitos do ensino no desenvolvimento. Professor da Universidade de Stanford e pesquisador do Instituto Hoover, aos 70 anos, Hanushek parte da premissa de que o professor — mais do que qualquer outro fator — é determinante para o sucesso econômico de um país. Entusiasta da meritocracia, defende abertamente a premiação dos mestres de alta performance para que se mantenham engajados na formação de alunos competitivos. Quanto aos maus professores, devem ser realocados. “Não podemos sacrificar nossas crianças apenas para manter o emprego de todos aqueles que acharam que poderiam ser professores”



Eric Hanushek vem provocando há três décadas controvérsias entre educadores e sindicatos por acreditar ser fundamental a responsabilização direta do professor pelo desempenho do seu aluno. Foi ele o primeiro a afirmar, entre outros pontos, que o mero aumento de salário não tem influência direta sobre a qualidade do ensino, a não ser que o aumento venha acompanhado de uma política de premiação dos melhores professores. Para ele, um estudante que tem um mau professor pode ficar prejudicado em sua vida acadêmica para sempre. Suas pesquisas o levaram a outra constatação, incômoda para algumas escolas e teóricos da educação: a propalada ideia de que turmas reduzidas apresentam melhores resultados é um mito.

A investigação feita pelo economista sugere também que um professor de qualidade será sempre bom, independentemente do nível de conhecimento – maior ou menor – de seus alunos. Logo, todos lucram com a presença de mestres incluídos nesta classificação. Assim, do ponto de vista dele, este tipo de valor deve ser claramente reconhecido pelas escolas. A começar por salários diferenciados. Hanushek acredita que mudanças positivas em sala de aula e, por conseguinte, na economia de um país, só irão acontecer quando os professores verdadeiramente eficientes forem reconhecidos pelo sistema. Conhecedor do sistema educacional brasileiro, ele vem afirmando que, com o atual desempenho do país em rankings internacionais de ensino, são mínimas nossas chances de crescer em ritmo chinês ou do Brasil se tornar mais competitivo no cenário internacional.

Desenvolvimento – Nos últimos anos, o Brasil obteve notável crescimento econômico, apesar de alguns setores da sociedade chamarem atenção para investimentos insuficientes em educação. Como o senhor avalia essa situação?

Eric Hanushek – O Brasil cresceu rapidamente. Esse crescimento se reflete melhorando as instituições econômicas básicas do país para que os recursos sejam mais bem utilizados. Contudo, os ganhos recentes na educação dificilmente podem ser considerados as causas do crescimento, mas eles vão ajudar o desenvolvimento futuro do país.

“Talvez a maioria dos professores seja motivada pela ideia do sacerdócio de educar os jovens, mas isso não significa que devemos puni-los com baixos salários”

Desenvolvimento – Mas nos últimos anos o Brasil conseguiu colocar 97% das crianças em sala de aula. Por qual razão esses ganhos não teriam influenciado nosso crescimento econômico?

Eric Hanushek – Os números que reuni nas últimas décadas mostram que avanços na sala de aula têm peso decisivo para a evolução dos indicadores econômicos. Mas o que impulsiona a economia é a qualidade da educação, não a quantidade de alunos na escola. O Brasil permanece nas últimas colocações em rankings internacionais de ensino. Com esse desempenho, as chances do país crescer em ritmo chinês e se tornar mais competitivo no cenário internacional são mínimas. Se as notas dos estudantes subissem apenas 15% nas avaliações, a cada ano o Brasil somaria meio ponto porcentual às suas taxas de crescimento. Isso significaria avançar em um ritmo 10% maior.

Desenvolvimento – De que maneira as políticas públicas brasileiras poderiam atender melhor a esse modelo de desenvolvimento associado à educação?

Eric Hanushek – A introdução de melhores sistemas de responsabilidade para escolas e professores é um elemento importante na melhoria da educação brasileira. A grande demanda por melhorias educacionais está levantando a qualidade dos professores no Brasil. Mas melhorar a qualidade dos professores geralmente requer o recebimento de melhores incentivos. Sistemas de responsabilidade são absolutamente necessários. Além disso, é importante recompensar as pessoas que estão fazendo um bom trabalho. Ou seja, é importante pagar pelo desempenho.

Desenvolvimento – Programas de governo que oferecem dinheiro às famílias para que mantenham seus filhos na escola, de modo a evitar a evasão escolar, seriam equivocados?

Eric Hanushek – Os incentivos financeiros do governo para as famílias visando encorajar maior presença nas escolas têm obtido sucesso nesse aspecto. Porém, esses programas não obtiveram sucesso nas melhorias do aprendizado do estudante e em suas conquistas. Se os estudantes forem para a escola e não aprenderem nada, não vai haver melhora na economia. É muito importante garantir uma escolaridade de alta qualidade para os estudantes. É o aprendizado do estudante que importa, e não a mera presença na escola.

Desenvolvimento – Aos professores eficientes, somam-se um currículo escolar com real qualidade, prédios escolares com condições ergonômicas satisfatórias e pais interessados na educação dos filhos. Ainda assim, teríamos estudantes com níveis intelectuais e de interesses diferentes. Como extrair daí bons resultados que influenciem significativamente a economia de um país?

Eric Hanushek – Novamente, professores de alta qualidade podem motivar todos os estudantes a se saírem bem na escola. É mais complicado lidar com estudantes desmotivados ou que chegam despreparados à escola. Ainda assim, boas escolas já mostraram poder superar esses fatores.



Desenvolvimento – Vivemos em sociedades altamente competitivas. O senhor defende uma educação mais competitiva, que formará jovens preparados para enfrentar os desafios dessas mesmas sociedades. De que forma - e em quanto tempo - os professores conseguirão atender a essa exigência?

Eric Hanushek – Sociedades modernas são competitivas. Os melhores trabalhos vão para as pessoas mais bem treinadas. E mais do que isso, cada economia está em uma competição mundial. Trabalhadores brasileiros competem com trabalhadores chineses, vietnamitas e americanos. Nós vemos essa competição em todo lugar. A Seleção Brasileira de futebol está no topo do mundo porque seus jogadores são extraordinariamente bons (em grande parte por causa da competição para assegurar seu lugar no time). Existem poucas evidências de que as escolas se saem melhor se evitarem a competição que nós vemos em todas as partes bem-sucedidas da economia.

Desenvolvimento – As escolas clássicas, inspiradas na Academia de Platão e no Liceu de Aristóteles, tinham profundas preocupações em forjar os valores éticos dos estudantes. Em nossos tempos, Maria Montessori apresentou a proposta pedagógica de buscar harmonizar a interação corpo, espírito, inteligência e vontade,

“Se as pessoas não estão dispostas a melhorar as escolas, elas estão aceitando o fato de que o poder econômico do país vai permanecer bem abaixo do que poderia estar”

método este que só encontrou ressonância em pequenos nichos de escolas particulares. Insistindo na questão anterior, ainda há espaço para uma educação que coloque em primeiro plano a questão dos valores e não do mercado?

Eric Hanushek – Se preocupar com valores e ética não é algo incompatível com boas escolas. Escolas podem transmitir altos níveis de habilidades cognitivas, enquanto também desenvolvem éticas e valores morais. Na verdade, existem poucas evidências de que o maior desenvolvimento de habilidades acadêmicas prejudica o desenvolvimento de valores. Essa é uma falsa dicotomia (normalmente empurrada por pessoas que não querem ser vistas como as responsáveis pelo principal objetivo das escolas, que é o desenvolvimento de habilidades acadêmicas).

Desenvolvimento – Do seu ponto de vista, educação, economia e desenvolvimento andam de mãos dadas. No entanto, em um país com as características sociais, culturais e territoriais do Brasil, padronizar o nível excelente em educação é um desafio. De que forma pode ser superado?

Eric Hanushek – O governo brasileiro e os brasileiros em si devem reconhecer que o futuro do Brasil depende da melhoria na qualidade das escolas. Se as pessoas não estão dispostas a melhorar as escolas, elas estão aceitando o fato de que o poder econômico do país vai permanecer bem abaixo do que poderia estar. As preocupações recentes sobre o nível e a distribuição de riquezas no Brasil só podem ser expressas por meio de melhoria das escolas.

Desenvolvimento – Dentro dessa proposta, qual o espaço para as características próprias de cada região e para o multiculturalismo, conceitos cada vez mais pregados pelos novos movimentos sociais que lutam contra a globalização?

Eric Hanushek – Existem grandes vantagens na preservação da herança cultural do Brasil. Mas isso pode ser feito dentro do contexto do desenvolvimento e comércio mundial. Muitos outros países do mundo mostraram que isso é possível. Além disso, a qualidade de vida dentro da cultura brasileira pode ser melhorada por meio de escolas de alta qualidade.

Desenvolvimento – O senhor afirma que não adianta aumentar o salário dos professores simplesmente para satisfazê-los, mas que é importante valorizar e incentivar os bons mestres. Como selecioná-los sem se cometer injustiça com os demais, considerando que cada profissional tem características singulares que podem influenciar de um jeito ou de outro no aprendizado de seus alunos?

Eric Hanushek – Em cada país onde isso foi estudado, nós vimos que existem grandes diferenças na efetividade dos professores. Alguns professores são simplesmente muito melhores que outros. Se o nosso interesse é na educação das nossas crianças e no desenvolvimento de habilidades na população, nós devemos recompensar aqueles que fazem o melhor trabalho em ensinar. Além disso, para a pequena proporção que não está

fazendo um trabalho aceitável, nós devemos encontrar meios de realocá-los em outras ocupações. Não podemos sacrificar nossas crianças apenas para manter o emprego de todos aqueles que acharam que poderiam ser professores.

Desenvolvimento – No Brasil há quem defenda a ideia de que certas profissões, como a de médico ou de professor, seriam muito mais sacerdotício, um tipo de vocação ou chamado, do que carreiras comuns. Por trás desse discurso esconde-se em boa parte a justificativa de pagamento de salários baixos aos professores. Afinal, até que ponto os bons professores podem ser forçados pelos atrativos materiais?

Eric Hanushek – Muitos. Talvez a maioria dos professores seja motivada simplesmente por educar nossos jovens, de acordo com essa ideia do sacerdotício, mas isso não significa que devamos puni-los por escolher esse trabalho. Nós queremos recompensar os professores excelentes para incentivá-los a se manter nas salas de aula. Insisto: o futuro do Brasil depende, em boa parte, de bons professores e de alunos competitivos. E isso vale para qualquer outro país.

Desenvolvimento – Quais são as características fundamentais que identificam um bom professor? E as que destacam o profissional excelente?

Eric Hanushek – O problema é que os pesquisadores têm sido inaptos a identificar as características que fazem um bom professor. Bons professores vêm com habilidades, características e histórias muito diferentes. Logo, nós devemos estar dispostos a fazer julgamentos acerca de quais professores realmente fazem um bom trabalho e a recompensá-los para que eles se mantenham nas salas de aula.

Desenvolvimento – De que forma esses mestres podem fazer a diferença na vida de crianças e jovens, vindos muitas vezes de contextos sociais violentos e sem perspectivas?

Eric Hanushek – Professores excelentes acham meios de lidar com estudantes em desvantagem. Existe grande número de

Perfil

Eric Alan Hanushek é PhD em Ciências Econômicas pelo Massachusetts Institute of Technology (MIT), pesquisador do Hoover Institution e professor da Universidade de Stanford, nos EUA. Desde a apresentação de sua tese de doutorado pelo MIT, A Educação de Negros e Brancos, ele vem provocando controvérsias por defender abertamente meritocracia, muitas vezes deixando em segundo plano as políticas afirmativas. Foi consultor para o governo americano em diversos programas voltados ao assunto. É reconhecido por ter apresentado uma das mais amplas pesquisas já realizadas sobre o papel dos professores na formação do aluno e suas implicações na economia dos países. É autor ou coautor de 20 livros sobre economia e educação.

“As sociedades asiáticas não permitem que professores ruins fiquem em sala de aula por muito tempo. Além disso, costumam ter escolas extremamente competitivas”

pesquisas que mostram que boas escolas e bons professores podem superar históricos ruins de estudantes.

Desenvolvimento – É muito comum se evocar os exemplos do Japão e da Coreia do Sul na defesa de investimentos pesados em educação, mesmo sendo culturas fundamentalmente diferentes da brasileira. Mas, afinal, quais lições práticas desses exemplos das nações asiáticas podem ser transportadas para outras nações emergentes da América Latina, ou mesmo da África?

Eric Hanushek – Em países asiáticos, a sociedade como um todo costuma reconhecer a importância da escolaridade. Essas sociedades não permitem que professores ruins fiquem nas salas de aula por muito tempo. Além disso, esses países costumam ter escolas extremamente competitivas. Pessoas que desejam avançar para as melhores faculdades e universidades devem obter grandes notas em exames nacionais. Oferecer fortes incentivos é uma medida que pode ser facilmente tomada pelas escolas brasileiras.

Desenvolvimento – Nos últimos 20 anos, sucessivos governos brasileiros têm promovido a inclusão educacional por meio de subsídios diretos ou incentivos indiretos a escolas ou faculdades particulares. O programa mais conhecido é chamado de ProUni, no qual o governo federal financia até 100% das mensalidades em faculdades particulares. Quais as consequências positivas ou negativas dessa política?

Eric Hanushek – Os fundos das universidades claramente produziram algumas das instituições de ensino superior com alto nível no Brasil. O problema com essa estratégia, porém, é que ela apenas serve a uma parcela muito pequena da população. O Brasil deve expandir a educação básica e melhorar a qualidade de sua escolaridade para a maior parte da população se quiser desenvolver uma força de trabalho no nível mundial e que possa participar da economia global moderna.

Desenvolvimento – Nos países ocidentais, quando o assunto é a preservação da diversidade ambiental, cultural ou étnica, ou ainda no caso de campanhas educativas de tolerância aos homossexuais, tende a haver uma unanimidade de vozes em apoio a essas iniciativas. Contudo, o Brasil tem registrado críticas fortes por parte de grupos religiosos contrários às iniciativas oficiais de educar crianças e adolescentes no sentido de que a homossexualidade, por exemplo, teria uma natureza “normal” ou seria “correta”. Enfim, quais os limites da adesão da educação pública ao politicamente correto?

Eric Hanushek – Muitos desses são julgamentos que a sociedade brasileira deve abandonar. É um infortúnio quando a sociedade não pode ter um debate civil sobre prioridades e objetivos sem ter pessoas sendo acusadas de má-fé ou visões incorretas.

Desenvolvimento – No Brasil, fala-se muito em melhorar a capacidade dos professores, de modo a que se tornem mais bem remunerados e eficientes. Um professor mais eficiente torna, necessariamente, o aluno mais eficiente?

Eric Hanushek – Como indiquei anteriormente, acho que é necessário olhar para quais efetivos os professores são em melhorar o aprendizado dos estudantes. A efetividade de um professor simplesmente não está totalmente relacionada ao treinamento e à história, então não se deve apenas olhar as características do professor. Salários pagos pelas características que não estão diretamente relacionadas à efetividade em sala de aula não vão ajudar a melhorar as escolas.

Desenvolvimento – O senhor poderia citar os principais fatores que contribuem para que um país seja chamado de primeiro mundo?

Eric Hanushek – Eu acredito que a definição principal de um país de primeiro mundo é aquele que tem um sistema econômico operando próximo ao limite do que é possível – usando os melhores processos de produção, empregando a maior parte da população em atividades habilidosas, sendo competitivo nos mercados internacionais por produtos e serviços. Todos esses aspectos estão obviamente correlacionados a um alto PIB per capita.

Desenvolvimento – O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) do Brasil cresceu 47,5% entre 1991 e 2010. Que avaliação o senhor faz do Brasil após a publicação desses dados? Isso poderá tornar o país mais competitivo?

Eric Hanushek – O IDH é designado para dar ampla indicação de como um país está se saindo em desenvolver as habilidades de sua população. Eu, pessoalmente, não gosto da ênfase na aquisição escolar, porque anos de escolaridade não estão relacionados de



“Eu acredito que a definição principal de um país de primeiro mundo é aquele que tem um sistema econômico operando próximo ao limite do que é possível”


maneira muito próxima ao nível de habilidades ao redor dos países. De novo, o desafio do Brasil é levantar a qualidade da educação para todos os seus estudantes – porque é assim que o país poderá melhorar a qualidade da força de trabalho futura.

Desenvolvimento – O senhor cita a longa liderança dos Estados Unidos em seu poderoso motor para o progresso científico e tecnológico, devido ao grau de abertura de sua economia e à segurança institucional. O Brasil caminha hoje nessa direção?

Eric Hanushek – O Brasil tem feito alguns progressos essenciais nessas dimensões. Para promover crescimento, é necessário liberar tanto trabalho quanto produtos de mercado de regulamentações e restrições. É também necessário respeitar os direitos da propriedade privada e tentar minimizar

a quantidade de intrusão governamental na operação da economia privada. Os países que mais se beneficiaram do investimento no ensino, como Coreia do Sul e Finlândia, têm um ponto em comum: são economias abertas. Quando boa educação vem aliada a uma economia aberta, seu efeito no PIB é três vezes maior do que em países mais fechados. O progresso que o Brasil tem feito nessas direções é encorajador.

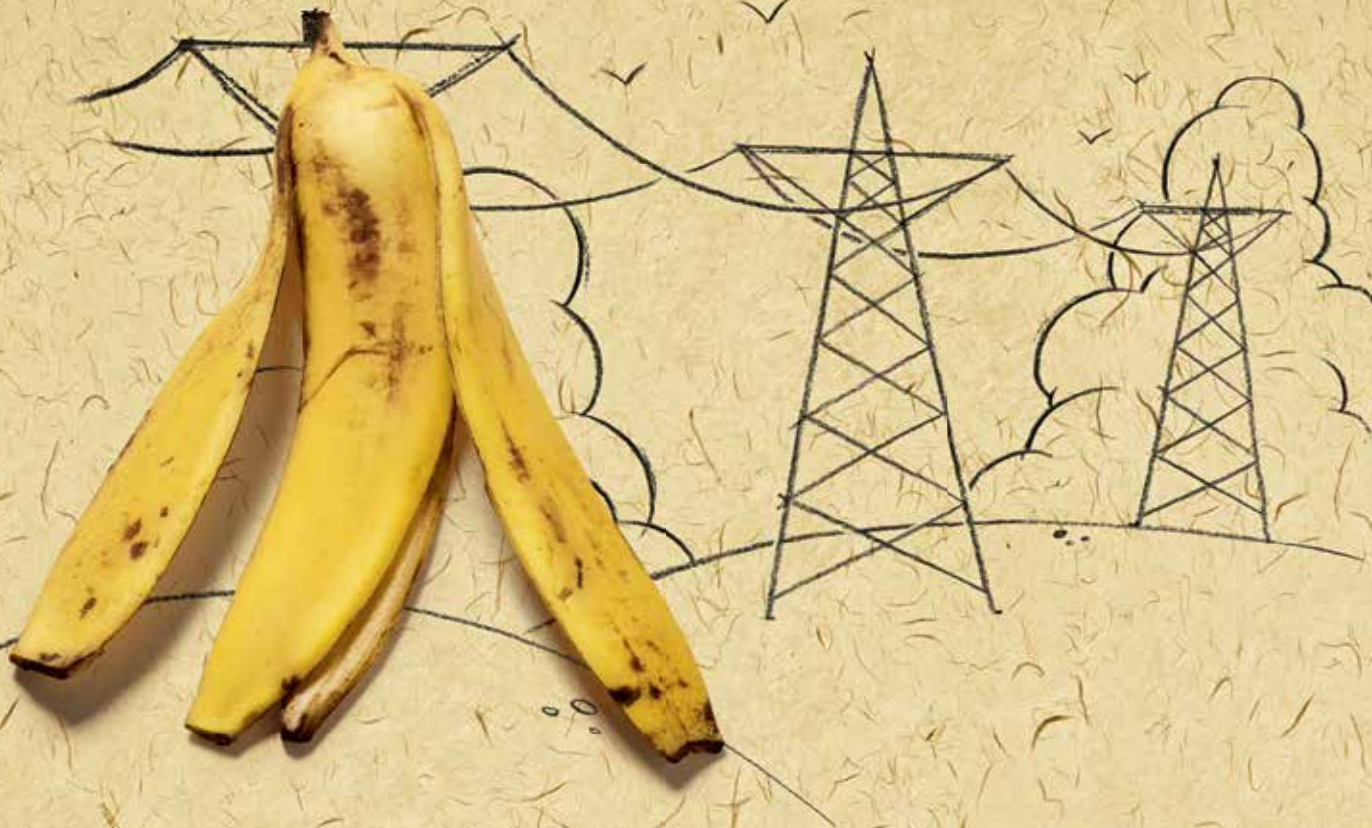
Desenvolvimento – Qual a sua avaliação do Brasil hoje no mundo como país emergente, que retirou mais de 20 milhões da linha de pobreza e que, de certa forma, contribuiu no processo de redução da pobreza mundial?

Eric Hanushek – O progresso da economia brasileira tem sido muito forte. As coisas que são necessárias levam muito tempo para serem totalmente conquistadas, e o sucesso de longo prazo virá caso o Brasil continue comprometido com políticas fortes e consistentes. Mas o país já mostrou a determinação e a capacidade de ganhar melhorias na economia em nível mundial. O Brasil é certamente um modelo para muitas nações da América Latina. E tem a possibilidade de se tornar um modelo mundial para o sucesso. 



Assista ao filme da campanha. Baixe o leitor de QR Code em seu celular e fotografe este código

RESTO DE COMIDA
PODE VIRAR
ENERGIA DE SOBRA.



Cascas de legumes, restos de frutas, ossos. Tudo isso vira adubo, gás combustível e até energia termoeletrica.

Faz crescer a plantaçao e aquece a economia. Em outras palavras: realimenta a vida. É um recurso valioso, que não se pode desperdiçar.

Para garantir que mais material seja aproveitado, separe o lixo úmido do seco. Com uma atitude simples, você ajuda a gerar renda para quem mais precisa e poupa recursos naturais. Saiba mais no brasil.gov.br



Latas
Papéis
Plástico
Vidro



Restos de comida
Cascas e ossos
Pó de café e chá
Galhos e podas

SEPARE O LIXO E ACERTE NA LATA.

Ministério do
Desenvolvimento Social
e Combate à Fome

Ministério do
Meio Ambiente

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAIS RICO É PAIS SEM POBREZA



Arranjos participativos como instrumentos de democratização do Estado

Os protestos que sacudiram o Brasil no mês de junho evidenciaram a enorme insatisfação da população com as formas tradicionais de participação política. Tornou-se notável que a população deseja melhorar a qualidade da democracia brasileira de forma a se sentir mais representada pelos governos, ampliar a sua participação nas decisões de políticas públicas e ter sua voz reconhecida no espaço da política. O desafio é traduzir suas reivindicações em tomada de decisão política, encaminhando-as aos escaninhos apropriados da administração pública para que sejam transformadas em medidas e políticas públicas concretas e capazes de melhorar a vida da população. Esse desafio é tanto maior quanto mais distantes estão os atores extrainstitucionais do processo de formação de agenda de políticas públicas.

No campo da participação social, a última década foi pródiga na criação de novos arranjos participativos – conselhos, conferências, mesas de diálogo, ouvidorias, audiências públicas, oficinas de participação na elaboração do Plano Plurianual, criação de novas secretarias em atendimento às demandas de movimentos sociais, entre outras. Como interpretar o fato de que as insatisfações e as reivindicações que tomaram as ruas no início de junho não tenham chegado ao Estado por meio dos inúmeros canais de participação social existentes na esfera pública federal?

Essa e outras perguntas em aberto que emergiram da surpresa e da força dos protestos das ruas comportam inúmeras interpretações. Aqui se arrisca a interpretação que considera a ausência de participação no processo de construção de agenda das políticas públicas e

os limites dos arranjos participativos existentes na esfera pública federal.

Na administração pública em geral, a construção da agenda de políticas públicas ainda é conduzida com base nos princípios da democracia representativa, onde se amplifica o papel dos atores institucionais na escolha dos temas que serão objeto de atenção governamental. As ações relacionadas à legislação, regulação, fiscalização, fomento e formulação de políticas públicas são atribuídas ao conjunto de órgãos que compõem o núcleo estratégico do Estado, composto pela alta burocracia das secretarias formuladoras de políticas públicas e das agências reguladoras. Nesse processo, os atores não institucionais – movimentos sociais, organizações não governamentais e associações civis – exercem pouca influência.

Por sua vez, os novos arranjos participativos criados e fortalecidos nos últimos anos têm contribuído para o aumento do controle social e para deixar o Estado mais permeável ao interesse público. Entretanto, grande parte dos novos espaços participativos criados padece da ausência de ferramentas adequadas para, de fato, conseguir fazer valer, junto aos gestores públicos, suas propostas e deliberações.

Por exemplo, uma pesquisa sobre as conferências nacionais realizadas entre os anos 2003-2006 (Ipea/SG-PR, 2008) mostrou que o processamento das deliberações das conferências pelo governo federal ainda padece de um método institucional de gestão. Cada conselho/ministério processa os encaminhamentos da forma que mais lhe convém. É importante chamar atenção para o fato de não existir procedimento institucional que garanta que as deliberações de

determinados arranjos participativos tenham força no âmbito das decisões do Executivo e do Legislativo e incidam no ciclo de elaboração, controle e gestão de políticas públicas.

Entre as causas das dificuldades enfrentadas, destacaram-se: (I) inexistência de estratégia de coordenação horizontal entre as diversas conferências nacionais, resultando em dificuldades para a identificação e para o encontro de soluções para os inúmeros casos de deliberações recorrentes, sobrepostas e, muitas vezes, antagônicas entre si; (II) realização de conferências, sobre o mesmo tema ou similares, com intervalo muito curto entre uma e outra, restando aos conselhos e/ou aos ministérios um prazo reduzido para processar os resultados das mesmas; (III) ausência de acompanhamento das deliberações encaminhadas, resultando em dificuldades de prestação de contas para a sociedade em relação aos resultados efetivos de sua participação; (IV) ausência de integração entre as decisões tomadas nos conselhos nacionais, referentes ao encaminhamento das deliberações das conferências, e as tomadas no âmbito do Congresso Nacional. Tal aspecto resulta, muitas vezes, em decisões do Congresso Nacional que desrespeitam as deliberações da sociedade advindas do processo de conferências nacionais.

O aumento da participação social no âmbito federal mostrou contradições e limites que precisam ser explicitados e enfrentados para se tornarem cada vez mais instrumentos de democratização e publicização do Estado. **□**

Brasil ajuda o mundo a reduzir a miséria

Programa brasileiro de transferência de renda tornou-se referência internacional e atrai missões estrangeiras interessadas em conhecer nossos projetos. Parceria entre o governo e o Banco Mundial resulta em uma das mais ambiciosas ações sociais globais da história para a redução da pobreza absoluta. Saiba o que temos a oferecer

Carla Lisboa





O Haiti era um dos países mais violentos e com um dos piores IDH do mundo quando uma Força de Paz da ONU, liderada pelo Brasil, entrou para terminar com a guerra civil. Em 2010, a capital Porto Príncipe foi arrasada por um terremoto. Desde então, o Brasil intensificou a ajuda humanitária e tecnológica para a reconstrução do Haiti

A imagem desta criança esquelética ao lado é chocante. Incomoda. Foi captada em 17 de dezembro de 1943 pelo fotógrafo norte-americano Otto Bettmann. Ele andava pelas ruas de Calcutá, Índia, quando flagrou esse menino com a mão estendida, implorando por comida. A foto percorreu o mundo. Logo se tornaria uma dessas imagens históricas que muitos acreditam possuir o poder de sensibilizar os humanos. A criança perdeu-se, tragada pelas multidões da Índia. Mas sua fotografia acabou por ser usada como ícone de campanhas contra a fome e a miséria que, de tempos em tempos, mobilizam a opinião pública internacional.

Nos últimos 70 anos, apareceram outras imagens muito mais chocantes e o mundo mobilizou-se algumas vezes para tentar salvar populações assoladas pela fome em Biafra, Bangladesh, Etiópia, Somália, Sudão... Como resultado de longo prazo, pouco a pouco, a miséria vem caindo em todo o mundo. Nos últimos 20 anos, enormes contingentes humanos têm sido resgatados para a dignidade em todos os continentes, com destaque para três países, Brasil, China e Índia, que estão conseguindo reduzir os índices de miséria absoluta, melhorar o IDH e ainda inserir no mercado de consumo a base da pirâmide social. Muito já foi feito. Contudo, ainda restam 15% da população mundial, mais de 1 bilhão de seres humanos, sobrevivendo abaixo da linha da pobreza.

A solução brasileira para acabar com a pobreza virou referência para outros países, a ponto de se tornar uma espécie de produto de exportação. Países do mundo inteiro têm buscado tecnologias de combate à fome e de inclusão social, criadas e adotadas pelo Brasil. Frequentemente, missões estrangeiras nos visitam para entender como o governo federal consegue, há mais de dez anos, transferir valores que variam de R\$ 70 a R\$ 306 para cerca de 16 milhões de pessoas, sem atraso e sem falhas, por meio do Programa Bolsa Família, e retirá-las da miséria.

O formato elaborado pelo Brasil é considerado tão eficiente que o Banco Mundial pediu a cooperação do país para tentar adotar os pontos principais da nossa política de combate à miséria dentro de um ambicioso programa internacional, cujo desafio é reduzir a extrema pobreza a apenas 3% da população mundial até 2030 – cinco vezes

menos do que hoje. “Um mundo livre de pobreza e de exclusão econômica está ao nosso alcance”, disse o presidente do Banco Mundial, Jim Yong Kim, ao lançar o projeto, em março deste ano.

A ação será executada pelo banco em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS). Essa iniciativa de conhecimento instalada no Brasil pelas quatro instituições foi batizada de World Without Poverty, WWP, ou Mundo Sem Pobreza. O principal interesse é por conhecer os detalhes do funcionamento do programa Bolsa Família, que está completando dez anos (ver reportagem na página 30). “Queremos que os brasileiros forneçam assistência técnica específica para melhorar a eficiência e a sustentabilidade de programas semelhantes em outros países”, explica a



e Bettmann

Criança de Calcutá, de 1943: esta imagem vem há 70 anos questionando valores morais e inspirando campanhas humanitárias. Também inspirou os desenhos que ilustram a capa desta edição da *Desafios do Desenvolvimento*

diretora do Banco Mundial para o Brasil, Deborah Wetzel, uma das idealizadoras da parceria. “O Brasil encontra-se na vanguarda da redução da pobreza na região e no mundo, conseguindo promover a inclusão social mais rapidamente do que muitos outros países”.

AÇÕES GLOBAIS No início da década de 2000, uma série de nações da Ásia, África e América Latina lançou programas sociais de eliminação da fome e de redução da pobreza absoluta. Outras iniciativas isoladas já haviam começado na década de 1990, incluindo o Brasil, que lançou o programa *Comunidade Solidária*, dando início ao cadastramento organizado das famílias. Mas foi na década seguinte que esses programas tornaram-se verdadeiramente prioritários para governos locais ou instituições internacionais, como o Banco Mundial e a ONU. Nesse tempo, seis

países acabaram destacando-se por conta dos grandes contingentes que conseguiram resgatar: Brasil, China e Índia, seguidos do Paquistão, Indonésia e Nigéria.

De acordo com dados do Banco Mundial sobre a redução da pobreza no mundo, no período histórico de 20 anos, entre 1990 e 2010, por causa da combinação desses programas com fatores macroeconômicos, o total da população vivendo com menos de US\$ 1.25 por dia (R\$ 3,00 por dia, ou R\$ 90,00 por mês) foi reduzido em 53% em todo o mundo, caindo de 46,7% da população, em 1990, para 22%, em 2010. Hoje está em 15% e a meta do Banco Mundial, como já registrado, é incentivar a redução para 3% em 2030. Na América Latina e Caribe, a miséria absoluta caiu em 55% no período, um pouco mais do que a taxa global. O Brasil, por sua vez, foi o recordista mundial absoluto em matéria de redução da pobreza, com uma queda de 64%. Ou seja, em 1990, 24,6 milhões de pessoas viviam abaixo da linha da pobreza, 17,2% da população. Em 2010, caiu para 11,3 milhões, 6,1% da população, um resgate para a dignidade de 13,3 milhões de brasileiros.

A contribuição do Brasil para a redução da pobreza na América Latina e Caribe, por sua vez, foi em torno de 45% do número total de

13,3 milhões de

brasileiros saíram da miséria absoluta entre 1990 e 2010

incluídos entre 2003 e 2011. Hoje, um em cada quatro latino-americanos – 129 milhões de pessoas em 18 países da região – recebe o apoio de programas governamentais, como o Bolsa Família (Brasil) ou Oportunidades (México). O que mais chama a atenção internacional sobre a iniciativa brasileira de transferência direta de renda é a sua sustentabilidade, já que estaria relacionada com um contexto mais amplo de políticas sociais e econômicas. Outra tecnologia a ser transferida para outros países com programas de transferência de renda é a do Cadastro Único (*Single Register*), o principal meio de identificação para a população pobre, combinado com a chamada “busca ativa”.

“Graças a experiências como o Bolsa Família, o Brasil tem hoje papel importante a

desempenhar na discussão sobre as estratégias para reduzir a pobreza no mundo e, ao mesmo tempo, aprender com as experiências de outros países para continuar a melhorar o impacto do programa”, acrescenta Deborah Wetzel.

MODELOS INÉDITOS Os pesquisadores da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais do Ipea (Disoc) e do Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo (IPC-IG) atribuem o sucesso do trabalho de combate à fome e de redução da pobreza no Brasil a um conjunto de situações. “Sempre explicamos para as missões estrangeiras que o Programa Bolsa Família não é a principal causa da redução da pobreza no Brasil e que ele integra um conjunto de ações, como o aumento do emprego e a política de ajuste do salário mínimo”, diz Rafael Osorio, diretor de Estudos e Políticas Sociais do Ipea. Na verdade, esclarece Osorio, há dois grandes fatores responsáveis pela redução da pobreza no Brasil registrada na última década: o bom desempenho do mercado de trabalho (formalização e criação de emprego) conjugado com a política de reajuste real do salário mínimo, que também tem impacto sobre a pobreza e sobre todo o sistema de Previdência (aposentadoria, pensão, auxílio-doença, licença-maternidade e outros benefícios).

Além da situação favorável da economia, Rafael Osorio credita o sucesso da política de combate à fome aos modelos de tecnologia elaborados e adotados no Brasil, como bancos de dados completos, sistema bancário altamente informatizado e com capilaridade única no mundo, que alcança todos os rincões do país, e outros instrumentos construídos ou aperfeiçoados ao longo dos últimos anos exclusivamente para retirar milhões de pessoas da miséria.

Quando são recebidas pelo Ipea, as missões estrangeiras ficam sabendo que o Bolsa Família só consegue ter tamanha capilaridade porque faz uso da vanguarda tecnológica, principalmente da automação

Ubirajara Machado/MIS



Visitantes de Guiné e Indonésia numa creche em Brazlândia (DF): governo adquire alimentos direto do produtor



Delegações da África, Ásia e Américas no Centro de Referência Social no Riacho Fundo (DF): central de cidadania que trata de cadastramento a apoio psicológico às famílias

bancária. “Temos um sistema bancário no Brasil que é melhor do que os de muitos países desenvolvidos, com capilaridade enorme, o que possibilita fazermos uma coisa que nenhum outro país do mundo faz: pagar benefícios mensalmente, porque temos uma rede bancária com terminal em todos os lugares do país”, observa Osorio. Para ele, o Bolsa Família é o melhor programa de transferência de renda do mundo. “Há programas semelhantes na América Latina, mas o do Brasil é inovador”, compara.

Um estudo do **Ipea** mostra que Chile, Brasil e México têm três esquemas diferentes de fazer a focalização. Chile e México são altamente controladores. O Brasil é descentralizador. O resultado em termos de focalização é o mesmo. O índice de corrupção e alguns desvios no programa são minoritários. “Todo programa de qualquer país do mundo que distribua dinheiro tem fraude e corrupção. O que importa é que tenhamos mecanismos de checagem para manter isso no mínimo. E, até para isso, o Ministério de Desenvolvimento Social desenvolveu tecnologias, algumas das quais com ajuda do **Ipea**”, afirma Rafael Osorio.

CADASTRO ÚNICO A tentativa de acabar com a pobreza no mundo não é novidade. Há registros na história de que, nos anos 600 depois de Cristo, uma personalidade importante do mundo árabe, discípulo direto de Maomé, teria instituído o califado – forma de governo e de Estado – e também uma série de benefícios com transferência de renda. No caso do programa brasileiro, as novidades são a transferência condicionada de renda como solução e o cadastro único. As missões estrangeiras vêm ao Brasil para saber como o Bolsa Família é operado. Elas querem conhecer, sobretudo, quem paga, quem financia e como repercute na opinião pública. Querem ver de perto como é feita a distribuição dos recursos. Buscam entender e copiar o Cadastro Único – o CadÚnico – que possibilitou a junção de todos os programas sociais anteriores. Até 2003, quando o então presidente Lula lançou o Bolsa Família, havia quatro programas sociais federais fragmentados --Bolsa Escola, Cartão Alimentação, Bolsa Alimentação e Vale Gás.

“O Cadastro Único é a grande fonte do sucesso do Bolsa Família. Sempre dizemos que o programa de transferência de renda

é tão bom quanto o seu cadastro”, ressalta Rafael Osorio. “Temos um sistema no qual as pessoas são cadastradas nos municípios, os dados delas vão para a Caixa Econômica Federal, e, uma vez habilitadas, ganham o cartão e passam a receber esse dinheiro garantido todos os meses. Trata-se de um serviço que nunca atrasa”.

Geralmente, quando vêm ao Brasil, as missões estrangeiras já leram todas as avaliações e sabem, por exemplo, que o Bolsa Família tem efeitos sobre a educação, mortalidade infantil, não tira do mercado de trabalho, não gera o chamado “efeito-preguiça” e reduz a pobreza. Portanto, elas querem saber mesmo é como o programa funciona. Para conhecer os detalhes da execução desse serviço, as missões são conduzidas à Caixa Econômica Federal. Lá aprendem como se paga e como se distribui o benefício. E ficam sabendo que é preciso, sobretudo, ter bancos informatizados e com capilaridade. E surge uma pergunta: como adotar um programa como este no Congo, um país conflagrado, com uma série de conflitos, com regiões que não têm sistema bancário? Como é que se faz o pagamento?

CONGO E TIMOR A transposição do Bolsa Família, tal como ocorre no Brasil, encontra vários obstáculos em países que buscam por esse serviço e não têm o nível de tecnologia desenvolvido pelo nosso sistema bancário. É nesse ponto que o Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo (IPC-IG/PNUD) atua. É ele que elabora as adaptações do Bolsa Família para os demais países. Dentre as soluções encontradas, há muitas experiências com bancos móveis, carros-fortes que fazem o pagamento. Existe um calendário de pagamentos diferente na América Central e em outros países da América Latina. Para a África, o Brasil tem fornecido tecnologia de pagamento via celular. O beneficiário recebe uma mensagem com o código e, assim, desloca-se até a loja que vende os créditos do celular (são como correspondentes bancários). “Em outros países, usamos os serviços dos Correios e Telégrafos”, explica Fábio Veras, coordenador de Pesquisa do IPC-IG e técnico de Planejamento e Pesquisa do Ipea.

Ele conta que o Bolsa Família teve de ser adaptado para entrar no Congo e em outros países, como o Quênia e Zâmbia, que adotaram o pagamento por celular. “Em geral, o que acontece é que o pagamento não é feito a cada mês, mas a cada dois meses, ou por trimestre. Outros países estão tão atrasados que nem sequer conseguiram importar o programa. É

129
milhões de

pessoas em 18 países latino-americanos recebem o apoio de programas governamentais

o caso do Timor Leste. Embora o idioma seja o português, é um país que tem dificuldade para implementar os pagamentos da Bolsa da Mãe (o Bolsa Família de lá). Mesmo depois da reforma do desenho, eles ainda têm problemas para fazer o dinheiro chegar às famílias, seja via correios ou bancos. O pagamento é realizado a cada seis meses. A população mais carente vive em áreas isoladas, não tem celular, não tem conta bancária”, informa o coordenador do IPC-IG.

WHY POVERTY? Desde 2003, o governo brasileiro instituiu uma ação multilateral de fôlego entre os setores do Estado para viabilizar o inciso IX do artigo 4º da Constituição Federal, que adota como um dos princípios das suas

relações internacionais a “cooperação entre os povos para o progresso da humanidade”. Na sequência, o Ipea foi convocado para elaborar modelos inéditos, realizar levantamentos, produzir relatórios e reinventar uma nova forma de cooperação internacional para eliminar a extrema pobreza.

Nesse contexto, o instituto tem participado de uma série de ações, em parceria com instituições nacionais e internacionais, com o objetivo de fortalecer o diálogo e a cooperação em torno da causa do enfrentamento à pobreza e à desigualdade. Em maio último, o Ipea e o canal de televisão Futura realizaram, no Rio de Janeiro, o seminário internacional *Why Poverty? (Por que Pobreza?)*, com a colaboração da *The Communication Initiative*. O debate fez parte do projeto *Why Poverty?*, fruto de parceria entre a *Steps International*, a *BBC* e 70 emissoras de diversos países. No Brasil, o representante exclusivo é o canal Futura.

Durante o evento, intelectuais, pesquisadores, lideranças comunitárias, professores, especialistas e representantes da sociedade civil debruçaram-se sobre o tema, com destaque para a importância do acesso da população à educação. As discussões extraídas do seminário darão suporte à construção de material pedagógico destinado a facilitar o trabalho de professores e lideranças comunitárias no entendimento dessa questão.

“Sempre explicamos para as missões estrangeiras que o Programa Bolsa Família não é a principal causa da redução da pobreza no Brasil e que ele integra um conjunto de ações, como o aumento do emprego e a política de ajuste do salário mínimo”

Rafael Osorio, diretor de Estudos e Políticas Sociais do Ipea

AJUDA AO HAITI Foi com o acúmulo dessa experiência que o Brasil passou a oferecer cooperação a países parceiros da América Latina, da África, Timor Leste e outros visando à transferência de conhecimento e saber. “Historicamente, o Brasil recebe cooperação de outros países”, lembra João Brígido Bezerra Lima, pesquisador do Ipea e coordenador da publicação *Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional 2010 (Cobradi)*. “Evoluímos e, hoje, prestamos cooperação porque fizemos adaptações nas áreas de saúde, agricultura, de tecnologia”.



Divulgação/Ipea



Valter Campanato/ABr

Projeto com tecnologia da Embrapa para a fabricação de farinha de mandioca em Gana, África: 300 empregos em uma só fazenda

As cifras das responsabilidades humanitárias

A cooperação brasileira com os outros países não se resume à transferência de tecnologia do Bolsa Família. A ajuda vai desde a parte técnica, científica, tecnológica, educacional e humanitária, até o apoio e proteção a refugiados, atuação em operações de manutenção da paz e gastos com organismos internacionais. Em 2010, o Brasil gastou R\$ 1,6 bilhão com cooperação internacional, de acordo com o relatório *Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional 2010* (Cobradi), produzido pela Diretoria de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais do **Ipea**. Entre os gastos do governo federal com cooperação técnica, científica e tecnológica, educacional e humanitária diretamente com países, 68,1% corresponderam aos processos de cooperação com a América Latina e Caribe: R\$ 165 milhões.

O documento indica que os gastos com a cooperação na África totalizaram R\$ 65 milhões, equivalentes a 22,58% do total. Na Ásia e no Oriente Médio foram gastos R\$ 12 milhões (4,28% do total), na Europa as despesas chegaram a R\$ 11 milhões em 2010 (4,02%); na América do Norte o valor foi de R\$ 3 milhões (1,05%) e na Oceania R\$ 26 mil, que correspondem a 0,01% do total.

Uma das características da cooperação brasileira via Agência Brasileira de Cooperação (ABC), do Ministério das Relações Exteriores, é que se trata de uma ajuda técnica, o que significa transferência de tecnologia. Envolve recursos humanos que vão prestar assistência técnica em algum lugar do mundo. “A lei brasileira não permite a inclusão de recursos financeiros para o desenvolvimento de políticas públicas em países terceiros”, informa o coordenador do IPC-IG, Fábio Veras.

Maiores gastos brasileiros com cooperação para o desenvolvimento internacional, por país (2010)

País	Valor*
1 — Haiti	92,5
2 — Chile	31,8
3 — Argentina	16,7
4 — Cabo Verde	15,8
5 — Guiné-Bissau	13,7
6 — Peru	8,7
7 — Moçambique	8,6
8 — Paraguai	7,0
9 — São Tomé e Príncipe	6,7
10 — Colômbia	6,6
11 — Timor-Leste	6,4
12 — Uruguai	5,0
13 — Cuba	4,7
14 — Angola	4,7
15 — Bolívia	4,4

* Os valores estão expressos em milhões de reais

Fonte: Levantamento da Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional



“O Brasil encontra-se na vanguarda da redução da pobreza na região e no mundo, conseguindo promover a inclusão social mais rapidamente do que muitos outros países”

Deborah Wetzel, diretora do Banco Mundial para o Brasil

Um exemplo dessa atuação é o Haiti, no Caribe. Desde 2004, o Brasil vem comandando as Forças de Paz da ONU que fizeram a intervenção no Haiti para dar fim à guerra civil e reorganizar o país. Detentor de um dos mais baixos Índices de Desenvolvimento Humano do mundo, não bastasse, em 2010 a capital Porto Príncipe foi vítima de um terremoto violento. Desde então a ajuda humanitária brasileira vem se intensificando. O Brasil já transferiu vários tipos de tecnologia, como a de trabalho, de associativismo, organizando comunidades para que o povo haitiano pudesse se reestruturar.

Uma das tecnologias desenvolvidas no Haiti foi a produção de compostos num bairro de Porto Príncipe chamado *Carrefour Feuilles*. Foram produzidos tijolos para construção de habitações a partir de resíduos sólidos. Esse tipo de conhecimento é desenvolvido por cooperativas de catadores com algumas soluções de tecnologia de baixo custo (máquinas produzidas no Brasil). Essa política foi levada às populações da periferia da capital, uma comunidade que desenvolveu um projeto com esse conhecimento tipicamente brasileiro e construiu os tijolos.

Outra experiência no Haiti foi com uma comunidade rural. A Embrapa – que está totalmente envolvida na cooperação internacional na América Latina, África, Ásia e Timor Leste – ajudou a reconstruir


R\$ 92 milhões foram
gastos pelo governo brasileiro com a operação no Haiti, em 2010

e a recolocar o experimento de plantio de mandioca, milho, feijão. “Isso é uma parte da cooperação para a alimentação. E todo o beneficiamento que possa ser feito também é transferido por organizações não governamentais”, cita João Brígido.

Há também cooperação nas áreas de educação, assistência social, intercâmbio, esporte, saúde, doação de placas de captação de energia solar produzidas no Brasil, campanhas de vacinação e conscientização das populações locais, segurança, e muitas atividades são feitas com o apoio da Força de Paz. Todas as operações no Haiti e no resto do mundo são executadas por servidores públicos. “Em 2010, o governo brasileiro gastou R\$ 92 milhões com a operação no Haiti, dos quais R\$ 80 milhões em logística, como transporte de médicos, material, alimento, barracas, que, na verdade, o que eles levam

é o conhecimento para ser usado. Como o país é carente de todos esses insumos, de tudo, então não há financiamento. E quem se desloca para lá são funcionários públicos”, informa o pesquisador.

Esse mesmo tipo de cooperação realizada no Haiti se reproduz no Paraguai. Hoje, o Brasil tem projetos de treinamento de estudantes, oferece bolsas de estudo para que paraguaios venham para o Brasil. No caso de Angola, por sua vez, os estudantes vêm para o Brasil estudar qualquer área do conhecimento. Na área de turismo, são treinados no Nordeste brasileiro. Os angolanos fazem curso de graduação e, depois, de pós-graduação. Quando pretendem estudar engenharia, o Brasil precisa oferecer um curso supletivo nas áreas de matemática e exatas para que possam acompanhar a carga horária porque são diferentes as grades de ensino. Tudo isso é chamado de transferência de tecnologia social porque boa parte entra na organização da população, no fortalecimento das instituições, geralmente, todas muito frágeis. Há programas de aleitamento materno, com os quais se reduzem a mortalidade infantil pela adoção de algumas práticas simples e que fortalecem e qualificam as comunidades locais.

Outra forma de cooperação internacional é o trabalho com refugiados. Há, no Brasil, cerca de oito mil haitianos que fugiram da miséria, das doenças, da falta de oportunidades. Só em Brasília existem hoje 60 refugiados do Afeganistão e Bangladesh. Fogem de perseguições étnicas, políticas, culturais, religiosas e de guerras. Esse fenômeno é resultado da presença do Brasil na África e do desempenho recente da economia nacional. “Essa variedade de intervenções é fruto do nosso trabalho, sempre caracterizado como gasto de governo porque são servidores que, de certa forma, receberiam seus mesmos salários se aqui permanecessem. O que acrescenta são custos de deslocamentos e de permanência”, esclarece João Brígido Lima. 

Uma década de Bolsa Família

Criado com o objetivo de garantir renda às famílias em situação de extrema pobreza, o Bolsa Família unificou programas e virou referência para o mundo ao beneficiar mais de 50 milhões de pessoas. Mesmo assim, apresenta paradoxos

Rubens Santos

Os filhos de Márcia Adriane de Paula – Maicol, Alex e Yasmin – se divertem com o cartão do Bolsa Família, em Sete Lagoas (MG)

Bruno Spada / MIS



Há mais de quatro séculos, desde que 5 mil índios famintos fugiram da seca no sertão de Pernambuco e pediram socorro aos portugueses, em 1583, vem se falando em medidas de combate à fome no Brasil. De lá para cá, restam registradas nada menos que 41 grandes secas no Nordeste, a última delas, de 2012. A primeira ação governamental de assistência permanente para resgatar da miséria os flagelados da Bahia e de Pernambuco é de 1792, a Pia Sociedade Agrícola. Dom Pedro II criou a Comissão de Açudes e Irrigação (1888) e Nilo Peçanha o Instituto de Obras Contra as Secas (1909). Ainda assim, a cada nova seca, grandes contingentes humanos têm deixado o sertão para habitar a periferia das metrópoles, muitas vezes transformando flagelados rurais em miseráveis urbanos. Nesse longo processo que já perdura 430 anos, ora governos adotam medidas emergenciais contra surtos de fome, ora anunciam políticas públicas de longo prazo para reduzir a miséria. Mas nunca se conseguiu desenvolver de fato algum programa eficiente de resgate da pobreza absoluta e de inclusão social em massa.

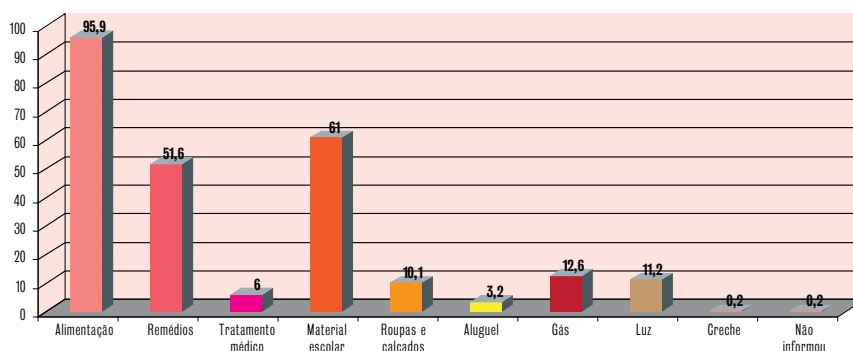
Nesse contexto, surgiu há dez anos o Programa Bolsa Família, lançado em 2003 pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Era a grande promessa de sua campanha na eleição de 2002. O sucesso foi tamanho entre as massas excluídas que garantiu sua reeleição em 2006 e ainda pavimentou a vitória de Dilma Rousseff em 2010. A iniciativa, em suma, unificou quatro diferentes programas sociais do governo federal que já existiam – Bolsa Escola, Cartão Alimentação, Auxílio Gás e Bolsa Alimentação – como também inovou ao tornar a mulher beneficiária e titular do cartão. Na prática, o cartão do

PBF tornou-se um parceiro para as mães criarem os filhos. Os números comprovam que o programa contribuiu, efetivamente, para a redução da miséria.

Internacionalmente, considera-se que estão abaixo da linha da pobreza todos os indivíduos que ganham menos de 1,25 dólar (R\$ 3,00) por dia, ou R\$ 90 por mês. Em 2003, o Brasil registrava quase 22 milhões de pessoas, ou 12% da população, vivendo com menos de R\$ 3,00 por dia. Oito anos depois, em 2010, seriam ainda 11,3 milhões de pessoas, ou 6,1% da população, de acordo com dados do Banco Mundial. Trabalha-se com a estimativa de que teria caído para 8 milhões em 2012, ou 4,2% do total. Em números redondos, ao longo dos dez anos de Bolsa Família, o Brasil já resgatou cerca de 14 milhões de brasileiros da miséria. Obviamente o Bolsa Família não é a única causa dessa mudança. Mas integra um conjunto de fatores, desde o crescimento econômico global no período, passando pela estabilidade econômica interna, o aumento significativo das taxas de emprego, até medidas pontuais como a política de ajuste do salário mínimo acima da inflação.

CANUDOS As estimativas têm chamado a atenção de acadêmicos e de estudiosos da área social. Um dos exemplos é o trabalho *Programa Bolsa Família: repercussões nas condições de vida dos beneficiários no sertão de Canudos (BA)*, elaborado pelas economistas Luzivane Souza Cunha e Aline Pimenta Motta, apresentado durante a Conferência do Desenvolvimento promovida pelo **Ipea**, em 2011. O município de Canudos fica a 410 quilômetros de Salvador, tem uma população de 16 mil pessoas (IBGE 2010) e é considerado uma das regiões mais pobres da Bahia. Vale lembrar que se trata da mesma localidade onde, em fins do século XIX, milhares de miseráveis do sertão juntaram-se ao líder messiânico Antônio Conselheiro acreditando em alguma salvação milagrosa dos flagelos do clima e da exclusão econômica e social. A pesquisa sobre o Bolsa Família em Canudos, aplicada com 437 beneficiários e mais 36 comerciantes locais, constatou que o benefício vem sendo utilizado como forma de acesso aos meios básicos de sobrevivência como compra de alimentação, seguido de material escolar e remédios.

Proporcionalidade dos gastos com o Bolsa Família



Fonte: Pesquisa Ipea

Os entrevistados de Canudos, em sua grande maioria, disseram que não deixaram de exercer seus trabalhos remunerados por causa do Bolsa Família. Os comerciantes, por sua vez, responderam ter obtido aumento nos lucros. Como a frequência escolar é uma das condicionantes para continuar recebendo, os pais matriculam e acompanham a trajetória dos filhos na escola. “O resultado do que está sendo pesquisado é inegável: o Programa Bolsa Família é bem-sucedido, focalizado, e seus benefícios chegam aos mais pobres, ajudando a diminuir a pobreza, a desigualdade, a repetência e a evasão escolar”, comenta Pedro Herculano de Souza, pesquisador da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais do **Ipea**.

“Em 93% dos casos, o recurso é pago às mulheres, mães de família, e nossos indicadores apontam que o dinheiro é gasto em comida, remédio, material escolar, roupas e calçados”, explica a ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Tereza Campello. As pesquisas acadêmicas ou análises qualitativas tendem a atestar a melhoria na qualidade de vida dos beneficiários. Pesquisas do **Ipea**, da ONU, IBGE e PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), por exemplo, apontam elevação da qualidade de vida das famílias, uma vez que passaram a ter acesso a alimentos, adoecem menos e as crianças estudam mais. “Como o programa destina-se a transferir renda para quem tem muito pouco ou nada, pode suprir necessidades básicas que não se

O livro da inclusão

Quando algo dá certo, é comum aparecerem interessados em copiar ou, simplesmente, tentar compreender as razões do sucesso. E o mais indicado é que o protagonista registre sua fórmula em livro. É o caso do programa Bolsa Família. No dia 30 de outubro, em Brasília, o **Ipea** lança o livro comemorativo *Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania*, que tem como organizadores Tereza Campello, ministra do Desenvolvimento Social e principal responsável pela implementação do programa no governo Dilma Rousseff, e o professor Marcelo Neri, presidente do **Ipea** e ministro interino da Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE).

O livro é um compêndio composto por 29 capítulos, produzidos por 91 autores distintos, que tecem reflexões sobre temas como o perfil dos beneficiários e os impactos do Bolsa Família nas políticas sociais, bem como os



desafios presentes e as perspectivas futuras do programa. A ministra Tereza Campello contribui com o artigo *Uma década derrubando mitos e superando expectativas*; enquanto Neri participa com dois estudos: *Sistemas de Pagamento Subnacionais Baseados no Bolsa Família* e *Efeitos Macroeconômicos do Programa Bolsa Família: uma análise comparativa das transferências sociais*, este em coautoria com Fabio Vaz e Pedro Herculano Souza.

restringem somente à alimentação”, observa a socióloga Luciana Ramirez da Cruz, da Unicamp, autora de uma dissertação de mestrado sobre o impacto do programa em Santo Antônio do Pinhal, São Paulo. “As

mulheres, em sua maioria, não têm noção de que estão no programa por serem pobres, mas para elas é motivo de orgulho e status ter um cartão do Bolsa Família”.

No início da gestão de Dilma Rousseff, o orçamento do programa era de R\$ 14 bilhões e saltou, em 2013, para uma previsão de R\$ 24 bilhões. Essas quantias são injetadas diretamente na economia das pequenas cidades graças aos recursos oriundos do programa. Fato que tem gerado efeito multiplicador na economia local e contribuído para a emancipação das mulheres beneficiárias. De acordo com a ministra Tereza Campello, “os gastos básicos com alimentos, medicamentos e material escolar das mães que recebem o Bolsa Família criam um movimento dinamizador na economia, gerando novos consumidores”.

Divulgação



“Como o programa destina-se a transferir renda para quem tem muito pouco ou nada, pode suprir necessidades básicas que não se restringem somente à alimentação”

Luciana Ramirez da Cruz,
socióloga da Unicamp

PARADOXOS Desde que programa foi implantado, existe o confronto polarizado entre defensores e detratores. Acadêmicos neoliberais tendem a argumentar que o sistema ergue-se por causa do fracasso dos planos econômicos, quando surge uma cadeia de casualidade e as famílias passam a viver à beira do abismo social. Assim, entendem que a maneira mais segura de impedir a catástrofe, naquele momento, foi a criação de um programa de transferência direta de renda. Dois dos paradoxos do programa, na opinião do senador Cristovam Buarque –

“Os gastos básicos com alimentos, medicamentos e material escolar das mães que recebem o Bolsa Família criam um movimento dinamizador na economia, gerando novos consumidores”

Tereza Campello, ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome



Marcello Casati/ABr

Os três eixos do programa

O Programa Bolsa Família integra o Plano Brasil Sem Miséria, com foco de atuação nos 16 milhões de brasileiros com renda familiar per capita inferior a R\$ 70 mensais. O programa possui três eixos principais, todos no conceito da transferência de renda. No primeiro, promove o alívio imediato da pobreza. No segundo, as condicionalidades reforçam o acesso a direitos sociais básicos nas áreas de educação, saúde e assistência social. Por fim, as ações e programas complementares objetivam o desenvolvimento das famílias para que os beneficiários superem a situação de vulnerabilidade.

Desde que foi lançado, o programa tem evoluído em número de projetos, aumentado o valor real das transferências e, principalmente, multiplicado o número beneficiários. O governo Lula herdou 10 milhões de famílias beneficiárias de diferentes programas sociais, como o Bolsa Escola e o Vale Alimentação. O maior deles era o Auxílio Gás, com 6,7 milhões de beneficiários. Também herdou um cadastro e uma malha de distribuição

iniciada pela Comunidade Solidária de Ruth Cardoso.


Assim que assumiu, em 2003, o então presidente Lula lançou o Fome Zero. Em outubro de 2003, Lula criou o Bolsa Família, unificando os principais programas e criando o Cadastro Único. Começou com 3,6 milhões de beneficiários e a meta de 11 milhões. Em 2006 atingiu a meta. Em 2009, subiu para 12,3 milhões. No governo Dilma Rousseff,

Programa começou com 3,6 milhões de beneficiários e em 2006 atingiu a meta de 11 milhões

o programa multiplicou por quatro os beneficiários, chegando a 42,5 milhões em 2011. O Ministério do Desenvolvimento Social estima que seriam hoje 50 milhões de famílias beneficiárias.

Quanto aos valores, os benefícios e reajustes evoluíram em três fases importantes. A primeira fase ocorreu no período 2003-2006, quando os valores pagos ficaram entre R\$ 50 e R\$ 100. No segundo ciclo, 2006-2009, os valores mínimo e máximo foram, respectivamente, de R\$ 60 e R\$ 120. Por fim, de 2009 a 2012, registrou-se o marco atual de R\$ 70 e R\$ 140.

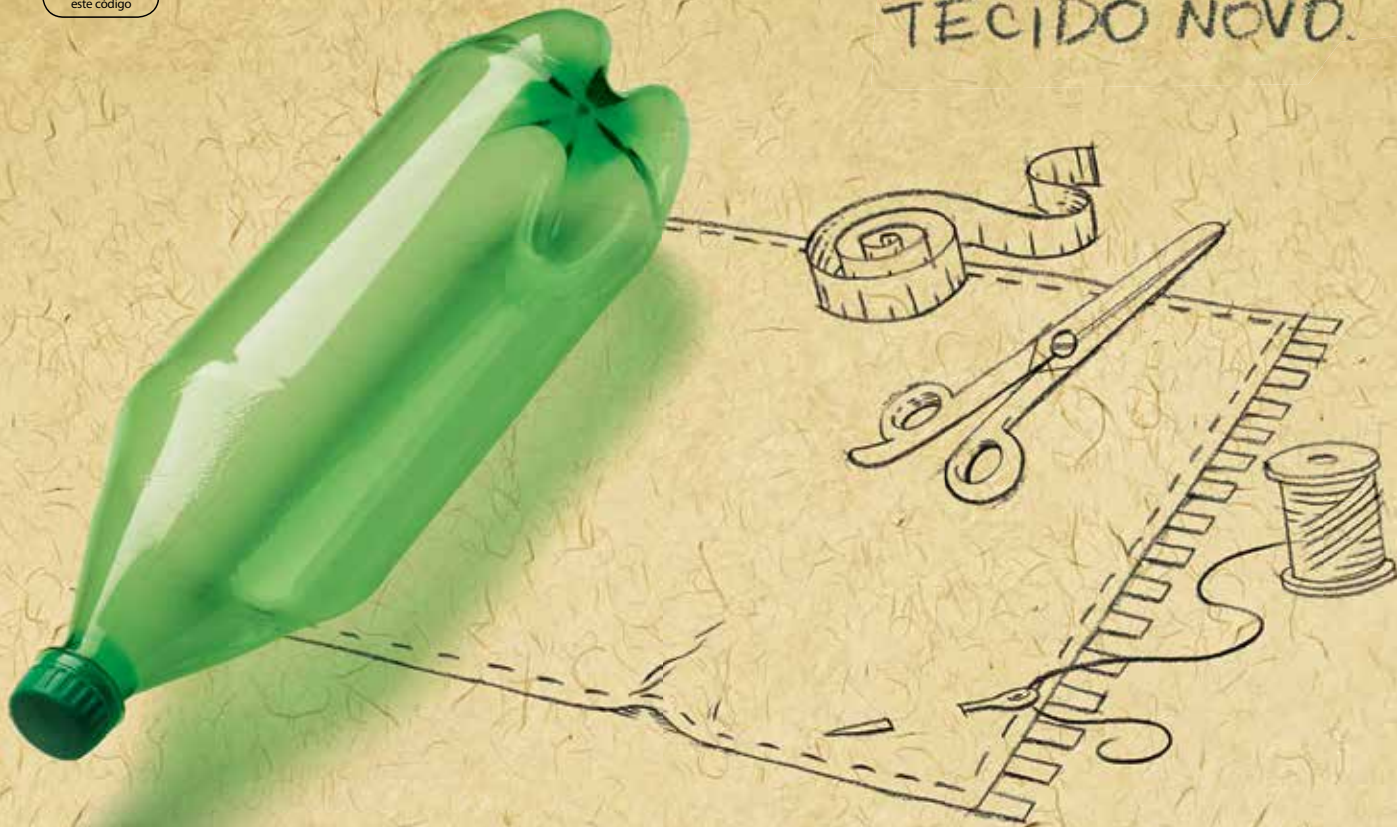
criador do Bolsa Escola, quando governador do Distrito Federal, iniciativa depois adotada pelo governo Fernando Henrique Cardoso – relaciona-se ao surgimento da segunda geração Bolsa Família, e o tempo de duração do benefício. “Seria uma tragédia se o Brasil de hoje não tivesse o Bolsa Família”, afirma Cristovam. “E será uma tragédia se daqui a 20 anos a gente continuar precisando do Bolsa Família”.

O certo é que, ao longo dos últimos dez anos, o Programa Bolsa Família tem sido bem avaliado aqui e no exterior. No Brasil, já se sabe que 70% dos beneficiários adultos do programa estão trabalhando. Porém, continuam dependentes do benefício por não obterem o valor suficiente para sustentar suas famílias. No plano externo, o programa tem merecido atenção por ter perfil e resultados capazes de produzir um movimento mundial (ver reportagem na página 22). O vice-presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, durante visita ao Brasil, lembrou que o programa vem sendo copiado ao redor do mundo. O presidente da Colômbia, Juan Manuel Santos, diz que se inspirou no modelo brasileiro para implantar os programas sociais vigentes em seu país. Um deles é o *Mais Famílias em Ação*, com previsão de atender 2,8 milhões de famílias, em 2013, cujo valor da bolsa é de R\$ 157. A Colômbia já saiu da lista dos dez países mais desiguais do mundo. 



Assista ao filme da campanha. Baixe o leitor de QR Code em seu celular e fotografe este código

PLÁSTICO VELHO
PODE VIRAR
TECIDO NOVO.



Garrafa PET vazia tem valor líquido e certo: reciclada, vira tecido, madeira sintética ou plástico novo de novo. Separar o lixo facilita o trabalho dos catadores e aumenta o material aproveitado. Principalmente se você limpar as embalagens por dentro, retirando toda a sujeira antes de descartá-las. Mude de atitude. Assim, você ajuda a gerar renda para quem mais precisa e poupa recursos naturais. Saiba mais no brasil.gov.br



Latas
Papéis
Plástico
Vidro



Restos de comida
Cascas e ossos
Pó de café e chá
Galhos e podas

SEPARE O LIXO E ACERTE NA LATA.

Ministério do
Desenvolvimento Social
e Combate à Fome

Ministério do
Meio Ambiente

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA



Como fortalecer os cofres municipais para financiar o transporte público

A demanda por melhor mobilidade urbana que culminou nas grandes manifestações no inverno de 2013 nos revela o grande desafio em fortalecer as finanças municipais para possibilitar o maior investimento e o subsídio ao transporte público. Perante essa demanda, a prática comum dos governos municipais tem sido pleitear mais transferências ao governo federal, tentar alienar parte de seu patrimônio e às vezes levantar empréstimos junto a instituições internacionais, como o Banco Mundial. A arrecadação própria municipal tem representado apenas 2% do PIB, porém o seu fortalecimento não tem sido o primeiro item da agenda neste debate.

O incremento dos atuais impostos municipais seria uma maneira mais rápida e simples para gerar receitas do que a instituição de contribuições setoriais, como o debatido e polêmico “pedágio urbano” ou um adicional ao Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) ou ao preço dos combustíveis. O aumento dessa carga tributária aconteceria no atual cenário de desoneração dos impostos federais sobre a produção. Embora no mínimo 40% da arrecadação tributária municipal sejam constitucionalmente vinculados aos fundos da saúde (15%) e educação (25%), ainda assim há espaço para aplicar esse excedente em transporte público. Então, como é possível aumentar a arrecadação tributária dos municípios?

A resposta engloba melhoria na própria administração tributária municipal e mudanças na legislação federal e municipal. Os municípios contam com três grandes impostos: Imposto sobre Serviços (ISS), Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU) e Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI). No tocante ao ISS, o imposto incide sobre uma lista de serviços contida na Lei

Complementar Federal 116/2003. Essa lista de serviços poderia ser atualizada, englobando novos tipos de serviços que ainda não são especificados nesta lei. Além disso, a alíquota máxima do ISS é limitada em 5%, o que é um contrassenso, já que o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) incidente sobre bens em geral possui alíquota média de 18%. Com isso, há um padrão regressivo na tributação, em que se tributa mais pesadamente bens essenciais como alimentos, remédios, fornecimento de água e energia elétrica do que serviços. O aumento da alíquota máxima do ISS para 10% ou 12% seria perfeitamente razoável e aumentaria enormemente o potencial do imposto.

Embora cada município apresente sua própria realidade com relação ao IPTU, ele também apresenta um grande potencial, haja vista a crescente valorização dos imóveis residenciais e comerciais. Para fortalecer o IPTU, a submissão de um projeto de lei de uma nova Planta Genérica de Valores costuma ser a primeira medida estudada por todos os municípios devido à crescente defasagem dos valores venais com relação ao mercado. Em geral, o valor venal de um imóvel é o resultado da soma do valor do terreno com o da edificação. A vinculação do valor estadual do CUB (Custo Unitário da Construção Civil), divulgado pelo Sindicato da Indústria da Construção Civil (Sinduscon) ao valor venal da edificação seria uma medida simples e de curto prazo para se aumentar os valores venais defasados, principalmente em cidades pequenas e médias, com menor capacidade técnica em avaliação de imóveis. O valor venal dos terrenos poderia ser atualizado em médio prazo, conforme a realização de estudos técnicos pelas Secretarias Municipais de Finanças.

Nas regiões Norte e Nordeste, melhorias administrativas como o recadastramento dos imóveis e políticas efetivas de redução da inadimplência teriam um elevado impacto na arrecadação. Em algumas cidades do Centro-Oeste (Brasília e Cuiabá, por exemplo), é comum haver alíquotas muito baixas e em algumas cidades do Sudeste (São Paulo e Rio de Janeiro, por exemplo) é usual a isenção de mais da metade dos imóveis cadastrados, sendo estes, pontos importantes na agenda da reforma do IPTU nestas cidades. Além disso, o uso de alíquotas progressivas ou a aplicação de maiores alíquotas para imóveis comerciais e industriais tem sido a política adotada por muitos municípios para aumentar a arrecadação do IPTU, devido à maior capacidade contributiva deste setor.

Num cenário de crescente valorização mobiliária, a majoração da alíquota do ITBI seria excelente instrumento para se capturar mais-valias fundiárias e ao mesmo tempo ajudar a amortecer a subida de preço dos imóveis. Em tese, o valor dos imóveis é próximo ao preço de monopólio e com isso a subida do ITBI não os encareceria. A instituição de uma pauta de valores do ITBI para se evitar a subdeclaração das transações e a majoração da alíquota para 3% ou 4% poderia ser perfeitamente aplicada, já que a alíquota do ITBI no Brasil é muito baixa para padrões internacionais.

Para realizar algumas destas medidas, é necessário alterar a legislação federal e municipal. E com isso, a inserção do Congresso Nacional e das Câmaras de Vereadores como agentes também responsáveis pelo aumento das receitas próprias municipais é primordial. **i**

Embratur



Um novo olhar sobre a diversidade territorial

O **Ipea** lança três publicações com contribuições significativas de pesquisadores em temas como saúde, educação, emprego, segurança e meio ambiente, sob a ótica do território regionalizado. A iniciativa faz parte do projeto Brasil em Desenvolvimento, uma reflexão sobre a evolução da questão regional e o debate em torno das políticas públicas

Adriana Nicacio



Alexander Chalkin / Shutterstock

O Brasil passou por amplo processo de integração nacional a partir de 1930, com o primeiro governo de Getúlio Vargas. Mas a política nacional de desenvolvimento acabou agravando as desigualdades regionais. E, apesar de especialistas, como o economista Celso Furtado, alertarem para a necessidade de se elaborar políticas específicas para cada região, o aspecto regional foi relegado quase ao abandono por décadas pelos mais variados motivos. Se os governos militares centralizaram ainda mais o poder, a instabilidade econômica exigiu todos os esforços de planejamento do governo. O resultado é uma enorme lacuna teórica incapaz de entender e pensar os diferentes Brasis.

Nos próximos meses, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (**Ipea**) dá um passo importante para preencher essa lacuna, ao resgatar a regionalização como estratégia para o desenvolvimento do país. O instituto lança, em outubro, o projeto Brasil



em Desenvolvimento, composto por três publicações que abrigam o total de 30 artigos elaborados por pesquisadores e técnicos nos mais importantes temas como: saúde, educação, renda, emprego, segurança, infraestrutura, meio ambiente e reforma agrária. As análises envolvem a evolução da questão regional, num momento especialmente delicado, em

que a persistência da desigualdade entre as regiões se impôs na pauta dos governos.

A questão agrária e as disputas territoriais estão no centro das atenções do **Ipea**. Índios, quilombolas, sem-terra, latifundiários, produtores agrícolas, pecuaristas e mineradores formam grupos que lutam por um extenso pedaço do Brasil. Não por um



“Essa publicação vai diminuir a lacuna na análise de políticas públicas. Sentimos uma deficiência em se entender que o território brasileiro é grande e diverso”

Rogério Boueri, diretor de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais do **Ipea**

“O SUS proporcionou a interiorização dos serviços mais frequentes, mas não conseguiu ampliar o acesso para aqueles mais especializados”

Lígia Schiavon Duarte,
pesquisadora do Programa de Pesquisa
para o Desenvolvimento Nacional



estado ou por um município, mas por um território que avance fronteiras e crie redes entre si. “Numa sociedade de classes, alguns grupos vivem, de forma plena e inédita, em uma multiplicidade de territórios fragmentados e ligados em rede”, explica o pesquisador do Ipea Antônio Teixeira Lima.

Os interesses são tão díspares que é difícil até responder a partir de quais objetivos a reforma agrária é necessária: se para atender o setor produtivo, criar instrumentos de preservação e proteção ou dar resposta ao campesinato em eterna postura defensiva frente ao capital.

A verdade é que só a abordagem territorial é capaz de construir relações que trabalhem espaço, tempo, objetos e ações. Só assim é possível entender que a Amazônia Legal, parte do Nordeste e o Pantanal mato-grossense são áreas com predomínio de atividades ligadas ao agronegócio e à exploração de recursos naturais. O Centro-Oeste e o Sudeste são basicamente dominados por agroindústrias de baixa intensidade tecnológica e áreas de média intensidade tecnológica atreladas à mineração. Ao mesmo tempo em que a exploração de babaçu, em regime de economia familiar, está espalhada pelo Piauí, Tocantins, Pará e Maranhão.

“Essa publicação vai diminuir a lacuna na análise de políticas públicas. Sentimos uma

deficiência em se entender que o território brasileiro é grande e diverso. E a despeito de todos os problemas, o Brasil melhorou muito nas últimas décadas, precisávamos conhecer e avaliar esse fenômeno regionalmente”, diz o diretor de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais do Ipea, economista Rogério Boueri, coordenador do projeto.

Nos artigos, o Brasil surge bem diferente do mapa geopolítico do território nacional. O país analisado pelo Ipea envolve as dinâmicas das relações socioespaciais construídas pela vivência social e suas angústias, além de levar em conta as características físicas e de infraestrutura de cada localidade. Os estudos são a tentativa de se aprimorar as ações dos governos federal, estaduais e municipais, em resposta aos anseios da população num momento em que a ineficiência da gestão pública e seu alto custo para a sociedade não são mais tolerados – ainda que sejam praticados.

Até mesmo pela ambição da proposta, os artigos foram elaborados com base em métodos usados em pesquisas científicas, o que lhes garante robustez acadêmica. A partir da abordagem do território, será possível planejar ou calibrar ações que priorizem os espaços geográficos, demarcados pelos fatores ambientais, socioeconômicos, arti-

culando as diversas instâncias de governo para que seja possível dar uma guinada no desenvolvimento do Brasil.

DESCENTRALIZAÇÃO DA SAÚDE PÚBLICA Na área que mais tem causado preocupações ao governo federal, a saúde, a pesquisadora do Programa de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional, Lígia Schiavon Duarte, avalia, no artigo *Regionalização da saúde e ordenamento territorial: análises exploratórias de convergências*, a importância da descentralização da gestão da saúde, promovida pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Mas seu diagnóstico traz críticas. Para ela, o Plano Nacional de Ordenamento Territorial (PNOT) faz pouco uso da política de saúde. E os formuladores da política de saúde não se apoiam na discussão do ordenamento territorial para elaborar as ações do Estado. “O SUS proporcionou a interiorização dos serviços mais frequentes, mas não conseguiu ampliar o acesso para aqueles mais especializados”, diz a pesquisadora.

Uma das saídas, segundo Lígia Duarte, é o agrupamento dos municípios em regiões. Ao estudar a rede de saúde do estado de São Paulo, em parceria com os colegas Fabio Betioli Contel e Renato Balbim, ela percebeu que as regiões

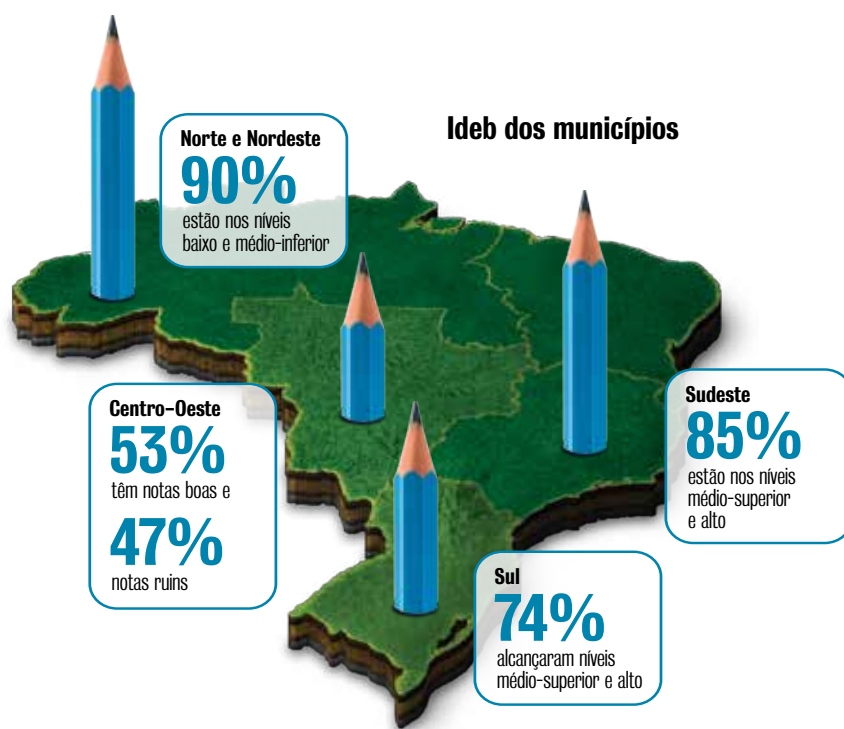
compostas por municípios influentes num determinado território têm mais possibilidade de atender a população com níveis assistenciais de saúde de maior complexidade.

Assim, cidades pequenas podem se unir num acordo para receber recursos federais e atender a seus moradores. Os acordos são importantes, porque o governo federal não repassa verba para regiões, apenas para municípios. Esses acordos poderiam ser feitos por meio do Contrato Organizativo de Ação Pública (Coap), um instrumento criado em 2006, mas usado apenas por municípios do Mato Grosso do Sul. “A regionalização precisa avançar para ajudar os municípios a ter mais autonomia na gestão. Essa discussão não é banal. É complicada, pois envolve as diferenças políticas nos municípios, nos estados e no governo federal”, diz Duarte.

DESIGUALDADES O coordenador de Estudos Regionais do **Ipea**, Guilherme Mendes Resende, investigou a evolução das disparidades do Produto Interno Bruto (PIB) per capita brasileiro, entre 1970 e 2008, em quatro diferentes estatísticas: coeficiente de variação, desvio-padrão, índice de Theil e índice de Gini, para provar que não importa a estatística usada, mas a escala geográfica da análise. Pela pesquisa, a desigualdade nos estados caiu significativamente, ficou estável nas mesorregiões (subdivisões do estado) e aumentou nas microrregiões e nos municípios. “A melhor maneira de analisar os fenômenos econômicos e sociais é na perspectiva multiescalar. Só assim é possível captar as diferenças”, diz Resende. “Quando comparamos São Paulo com Pernambuco, por exemplo, vimos que a desigualdade caiu bastante. Mas, muitas vezes, essa desigualdade aumentou entre um município pernambucano e um paulista”.

É a primeira vez que esse recorte espacial é feito. Segundo Resende, a possibilidade de se comparar as desigualdades do PIB em diferentes escalas de dados elevará a compre-

Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb): os números mostram alta desigualdade entre as regiões brasileiras



ensão do gestor público do processo que cria disparidades regionais do PIB per capita.

EDUCAÇÃO BÁSICA Assim como se observa em relação às demais condições sociais do país, os resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) também são bastante desiguais entre as regiões brasileiras. Segundo o artigo *O Ideb à luz de fatores extrínsecos e intrínsecos à escola: uma abordagem sob a ótica do município*, dos técnicos de Planejamento e Pesquisa do **Ipea** Paulo Corbucci e Eduardo Zen, 90% dos municípios nas categorias baixo e médio-inferior do Ideb estão localizados no Norte e Nordeste do país. O Sul e o Sudeste possuem respectivamente 74% e 85% dos municípios com nota médio-superior e alta. E o Centro-Oeste tem 47% dos municípios com notas ruins e 53% com notas boas.

“Chama a atenção o fato de ser nulo ou insignificante o número de municípios das regiões Norte e Nordeste com Ideb de seis

pontos ou mais, enquanto no Sudeste esta condição foi alcançada por 31% do total”, dizem os técnicos. No Brasil, 23,4% dos municípios possuem média de Ideb inferior a quatro pontos; 29,1% estão na média inferior entre quatro e 4,9 pontos; 33,9% alcançaram média superior entre cinco e 5,9 pontos e apenas 13,6% têm média alta.

Na educação, os autores identificaram que fatores como renda, moradia, água, esgoto, coleta de lixo, escolaridade da população do município têm influência maior para a qualidade da nota do Ideb do que o acesso à infraestrutura pedagógica, como biblioteca escolar e laboratório de informática. E o fator que mais pode aumentar o desempenho do aluno é a escolaridade dos pais, principalmente a da mãe.

Numa comparação entre o Ideb e o Índice das Condições Sociais (ICS), 94% dos municípios com ICS alto tiraram nota do Ideb entre alto e médio-superior. “Estes dados corroboram o entendimento de que

é maior a probabilidade de se obter um resultado elevado no Ideb quando se tem um maior número de fatores sociais considerados adequados”, explica Paulo Corbucci.

Os técnicos afirmam que, na área de educação, não basta aos governos oferecerem boas escolas às crianças que se encontram à margem do acesso aos direitos básicos de cidadania, embora boas instalações e professores qualificados sejam importantes requisitos para o rendimento escolar.

94%
dos municípios
com ICS alto tiraram nota do Ideb entre alto e médio-superior

AGLOMERADOS HABITACIONAIS Mesmo com a melhoria dos indicadores socioeconômicos na última década, os moradores em setores classificados como subnormais passaram de 6,5 milhões em 2000 para 11,4 milhões em 2010. No artigo *Agglomerados subnormais (2000-2010): um retrato mais preciso da precariedade habitacional nos censos*

demográficos, os técnicos de Planejamento e Pesquisa do Ipea Vanessa Nadalin, Lucas Mation, Cleandro Krause e Vicente Lima Neto reclassificaram os subnormais em 2000 e chegaram ao número de 10,6 milhões de moradias. Assim, de acordo com eles, foi possível obter estimativas mais precisas.

Os autores identificaram que, como seria de esperar, as condições de vida

(renda, alfabetização, banheiro, esgoto e densidade) apresentaram melhor perfil nas áreas normais do que nas subnormais em todas as metrópoles. No entanto, indicadores como “de dois ou mais banheiros” evoluíram entre 2000 e 2010, numa demonstração de que as famílias mais pobres fizeram investimentos, acompanhando o aumento do PIB e a redução da desigualdade.

As áreas consideradas subnormais ficam à frente das normais no aumento da densidade demográfica. Em São Paulo e no Rio de Janeiro, onde as favelas estão consolidadas e existem prédios de até seis andares, a densidade explodiu. Apesar disso, houve melhora em diversos indicadores, como do esgotamento sanitário, embora seja um problema ainda longe de ser resolvido. A exceção ficou para Belém (PA), onde inesperadamente os serviços de esgoto diminuíram.

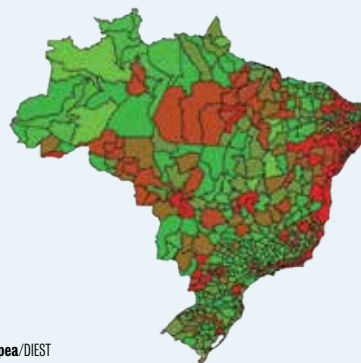
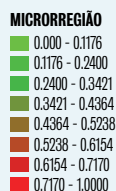
A morte vai aonde as armas estão

O Brasil em Desenvolvimento apresenta dois artigos sobre a evolução e o papel das políticas públicas de segurança, *A singular dinâmica territorial dos homicídios no Brasil nos anos 2000* e o *Mapa das armas de fogo nas microrregiões brasileiras*, ambos coordenados pelo diretor de Estudos e Políticas do Estado, Instituições e Democracia do Ipea, economista Daniel Cerqueira.

Os estudos mostram que entre 2000 e 2010 caiu a difusão das armas de fogo, em especial nas regiões Sul e Sudeste, sobretudo em suas microrregiões. A surpresa é que, mesmo com o Estatuto do Desarmamento, levantou-se um aumento das armas nas microrregiões do Nordeste. O recorte de microrregiões mostra que das 20 localidades com mais de 100 mil habitantes, onde aumentou o número de armas, 13 estão no Nordeste, quatro no Sudeste, duas no Sul e uma no Norte do país.

Segundo Cerqueira, foi justamente para o Nordeste que a violência migrou de forma mais acentuada na última década. Em seis estados do Nordeste, os homicídios mais do que dobraram na última década, principalmente no interior da região e em áreas de desmatamento. Os assassinatos nas áreas de desmatamento chegam a ser 197% maiores do que nos municípios sem desmatamento.

O mapa mostra a difusão das armas de fogo em cada microrregião do país, em 2010, sendo que a concentração maior encontra-se no Nordeste



Fonte: SIM/Datasus. Elaboração Ipea/DIEST

Se o aumento das mortes está relacionado ao aumento das armas de fogo, o contrário também é verdadeiro. As maiores reduções nas taxas de homicídios ocorreram nas regiões com redução de armas de fogo.

“Os elementos combinados sugerem fortemente que uma das medidas cruciais para garantir maior segurança no Brasil seja o desarmamento da população. O Estatuto do Desarmamento já existe, mas precisa ser aperfeiçoado e utilizado com mais ênfase pelas organizações que lidam com armas de fogo no Brasil”, diz o diretor.



A oferta de emprego formal da indústria aumentou nos três níveis de ordenamento territorial

MERCADO DE TRABALHO A análise do mercado de trabalho foi feita pelos técnicos do Ipea Sandro Pereira e Roberto Gonzalez, no artigo *Evolução de descentralização territorial do emprego industrial no Brasil: algumas evidên-*

cias para o debate atual. Pereira e Gonzalez observaram que o emprego formal cresceu, entre 2000 e 2010, de forma desconcentrada. A oferta de emprego formal da indústria aumentou nos três níveis de ordenamento

territorial – regional, estadual e microrregional. Se em 2001 havia 55,1% de trabalhadores informais, esse percentual caiu para 45,4%, com crescimento de renda. “A queda ainda é tímida ao se confrontar com as enormes desigualdades. As informações não deixam de ser relevantes. Elas apontam para uma retração da concentração da atividade industrial no eixo Centro-Sul do país”, afirmam os autores no texto.

O Brasil em Desenvolvimento deixa claro que o recorte territorial pode ser instrumento poderoso para a criação de políticas de estímulo a aumento do bem-estar social. No entanto, a proposta é um desafio para os governantes, pois as instituições responsáveis pelas políticas públicas devem ser fortalecidas nas três esferas, federal, municipal e estadual, além de desenvolverem um eficaz sistema de monitoramento, controle e avaliação. **id**

Pesquisa avalia conservação da biodiversidade

A conservação da biodiversidade brasileira é indispensável ao desenvolvimento econômico e ao bem-estar da população e para que as estratégias de conservação sejam efetivas é necessário ampliar o conhecimento desse imenso capital natural nas diferentes regiões do Brasil. Essa análise é o tema central do artigo *Avaliação do estado de conservação da biodiversidade brasileira: desigualdades entre regiões e unidades da Federação*, um estudo elaborado em conjunto pelos técnicos do Ipea João Paulo Viana, Ana Paula Moreira, Júlio César Roma e Nilo Saccaro Jr, o chefe do Centro de Sensoriamento Remoto do Ibama, Edson Sano, o analista ambiental do Ibama Daniel Moraes de Freitas e pela bolsista do Ipea Lílian da Rocha.

As diferenças entre os estados são gritantes. Enquanto o Amapá possui o maior Índice de Conservação da Biodiversidade (ICB), de 0,831, o índice do Espírito Santo é 0,291, menos da metade. O Espírito Santo é o estado com maior número de espécies da flora e fauna ameaçadas de extinção e possui baixa cobertura de áreas protegidas e de remanescentes de vegetação nativa.

O artigo afirma que o Brasil tem empenhado grandes esforços para implementar medidas de conservação da biodiversidade. O país, por exemplo, foi responsável pela criação de 74% de todas as áreas protegidas no mundo entre 2003 e 2008. No entanto, as áreas de conservação nos biomas brasileiros são bastante desiguais. “Será um grande desafio para o país reduzir as desigualdades na condição para a conservação da biodiversidade”, avaliam os pesquisadores.

A maior dificuldade para os gestores estaduais e municipais é manter a conservação onde há maior população e a agricultura está consolidada. Segundo os autores, a estratégia é usar os instrumentos de delimitação previstos pelo Código Florestal, como Áreas de Preservação Permanente (APP) e de Reserva Legal (RL). No entanto, essa estratégia exige o acompanhamento de perto das autoridades públicas, o que se mostrou deficiente no passado.

Segundo os pesquisadores, a reversão do quadro desfavorável à conservação depende da capacidade dos estados em promover, articular e coordenar ações, planos de programas voltados para a conservação da biodiversidade na esfera estadual.

O Amapá possui o maior Índice de Conservação da Biodiversidade (ICB), de 0,831. O índice do Espírito Santo é 0,291, menos da metade



Território metropolitano, políticas municipais

No Brasil, as primeiras regiões metropolitanas (RMs) foram criadas em 1973 e 1974, fruto de políticas públicas centralizadas.

O fim do regime autoritário e a promulgação em 1988 da Constituição Cidadã alteraram as competências e a disponibilidade de recursos dos municípios brasileiros, dando aos estados a responsabilidade pela criação de RMs.

Das nove RMs iniciais chega-se a 55 RMs ao final de 2012, às quais se juntam três RIDEs instituídas pelo governo federal. A sua diversidade é imensa: da RM de São Paulo, com 20 milhões de habitantes, a seis RMs com apenas dois municípios e 300 mil habitantes. Notam-se ainda RMs com influência mundial e outras com fortes características locais, sem influência regional ou estadual.

O que podem RMs tão diferentes ter em comum? No mínimo, em graus muito distintos, há interdependências entre seus municípios, especialmente no que toca às políticas setoriais como saneamento e transportes. E, assim como as relações entre os municípios são complexas, também nas RMs as relações com o Estado e a União são mais intensas.

Contudo, ao mesmo tempo em que as relações intraurbanas se complexificam, as instâncias de intermediação entre os entes, que eram fortes quando da instalação das primeiras RMs, decaem ou desaparecem. Em RMs de criação recente, essas instâncias nem chegam a constituir-se.

É em meio a esta contradição que deve ser analisada a questão metropolitana brasileira. Um primeiro ponto destaca-se: o “divórcio” entre o fenômeno metropolitano e sua institucionalização em RMs. Como fazer para que haja “conciliação”? Seguindo as primeiras RMs, criadas por critérios conhecidos, haveria na

atualidade características que pudessem apontar o pertencimento de grupos de municípios a uma categoria “Região Metropolitana”? O governo federal teria algum papel em definir esses critérios, e para quê? Vejam-se os limites colocados pelo Art. 182 da CF, pelo qual cabe ao governo federal a elaboração de diretrizes gerais à política urbana, cuja operacionalização é de responsabilidade dos municípios – reunidos ou não em RMs criadas pelos estados.

Um segundo aspecto a destacar associa a ingovernabilidade das RMs à violência extrema e à precariedade das finanças públicas nas suas periferias. Isto é demonstrado por taxas de homicídios maiores em municípios periféricos mais integrados e pela inferioridade das receitas dos municípios periféricos, em relação aos núcleos, que recebem mais recursos por cidadão, arrecadam mais tributos próprios e gastam menos com a máquina administrativa.

Ao tratar-se das políticas setoriais, há que colocar uma hipótese: a ação pública pode ser mais eficiente (fazer mais, com menos recursos) quando tratada para além de limites administrativos dos municípios? Como fazer para que o financiamento das políticas públicas tenha alguma forma de “conciliação” dos diversos interesses e necessidades dos municípios metropolitanos?

Algumas respostas constam do livro *Território Metropolitano, Políticas Municipais*, editado pelo **Ipea**. Discutem-se desde os processos e conteúdos que conformam uma metrópole (incluindo critérios técnicos para delimitar áreas integradas em termos econômicos e sociais), passando pela reflexão sobre instrumentos mais efetivos para enfrentar problemas como a violência urbana, chegando-se a apontar a necessidade de melhor entendimento dos

agentes que disputam hegemonia na construção da chamada “escala metropolitana”.

O livro também discute as políticas de habitação, transporte e saneamento e a complexidade associada à sua gestão nas RMs, apresentando casos de arranjos de governança da provisão habitacional; chamando a atenção para a necessidade de integração, dada a “natureza intrinsecamente conflituosa” dos transportes; e buscando possibilidades de cooperação entre municípios metropolitanos no que toca ao saneamento. Por fim, são apresentadas evidências que confirmam a distância, em termos de receitas orçamentárias, entre as sedes metropolitanas e suas periferias.

Afirma-se que “o município não é mais a unidade adequada para o enquadramento territorial da maioria dos processos econômicos e sociais” e, portanto, questões urbanas não poderiam ser de responsabilidade única de um município, “quando inserido em dinâmica territorial mais ampla, vinculada a outros municípios e polos”.

É especialmente preocupante que ainda não haja, “nem conceitualmente, nem institucionalmente”, definições nacionais para a questão metropolitana. Por outro lado, “não há consenso sobre algum modelo, supostamente ideal, de governança metropolitana”. Indica-se que a questão seja minimamente definida em legislação, “de modo a deixar espaço para experiências locais”, respeitando as autonomias estaduais. Pois, “sem pactuação de responsabilidades e alocação de recursos orçamentários, as periferias metropolitanas têm muito poucas chances de atender aos preceitos maiores da Constituição Cidadã”. **■**

Cleandro Krause e **Bernardo Alves Furtado** são técnicos de planejamento e pesquisa do **Ipea**



Somos menos desiguais

Pesquisa do **Ipea**, PNUD e Fundação João Pinheiro revela que o IDHM do Brasil cresceu quase 50% em 20 anos. Os dados do Atlas do Desenvolvimento Humano 2013 surpreendem e mostram um novo país, que avança em longevidade, renda e educação

Rubens Santos



Os mais de 180 indicadores de 5.565 municípios, já disponíveis na plataforma *online*, mostram o quanto o Brasil, com Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 0,727, avançou nas duas últimas décadas e ficou menos desigual. Entre 1991 e 2010, o país experimentou crescimento relativo total de 47,8% no IDHM, turbinado pelos municípios mais desenvolvidos em três indicadores: Educação (0,637), Renda (0,739) e Longevidade (0,816). Esses dados constam do Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil de 2013, elaborado com base nos censos do IBGE de 1991, 2000 e 2010, e produzido pelo **Ipea**, em conjunto com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e a Fundação João Pinheiro (FJP). Um novo Brasil descortina-se e avança de maneira objetiva.

Em um período de 20 anos, o país saltou do índice de muito baixo desenvolvimento humano, em 1991, para a posição de médio desenvolvimento em 2000. E, finalmente, chegou ao patamar de alto desenvolvimento humano em 2011, com esse crescimento de 47,8% no IDHM.

REGIÕES Outra boa notícia é que 74% dos municípios ocupam as faixas de médio e alto desenvolvimento. Porém, 1.431 municípios pesquisados apresentaram baixo ou muito baixo desenvolvimento. A maioria deles se localiza nas regiões Nordeste (61,3%) e Norte (40,1%). As pesquisas confirmaram, ainda, que as regiões Norte (50,3%) e Centro-Oeste (56,9%) têm maior concentração de municípios com médio desenvolvimento humano. Mas as regiões Sul (64,7%) e Sudeste (52,2%)

detêm o percentual maior de municípios classificados com alto IDHM.

Entre os 20 municípios de IDHM mais elevados, destacam-se as cidades de Florianópolis (SC), Vitória (ES), Curitiba (PR), Brasília (DF) e Belo Horizonte (MG). O campeão é o município de São Caetano do Sul (SP), com o mais alto IDHM (0,862). E Melgaço (PA) tem o menor IDHM (0,418). São dois exemplos extremos. São Caetano do Sul, cidade do Grande ABC, tem população de 148 mil pessoas, que vive numa área de 15,3 quilômetros quadrados. Na pesquisa, foi a primeira colocada em renda e segunda em educação. Já o pior IDHM de Melgaço (PA) reflete o índice de 50% de analfabetos na população, com pouco mais de 24 mil pessoas, além de baixa remuneração e evasão escolar.

LONGEVIDADE, RENDA E EDUCAÇÃO As pesquisas do Atlas foram coordenadas pelo técnico Marco Aurélio Costa, coordenador da Rede **Ipea**. O trabalho contou com a participação das pesquisadoras Daniela Gomes Pinto, do PNUD, e Maria Luiza Marques, da Fundação João Pinheiro (FJP). A parceria permitiu que a realidade do país fosse avaliada também sob a ótica do desenvolvimento econômico.

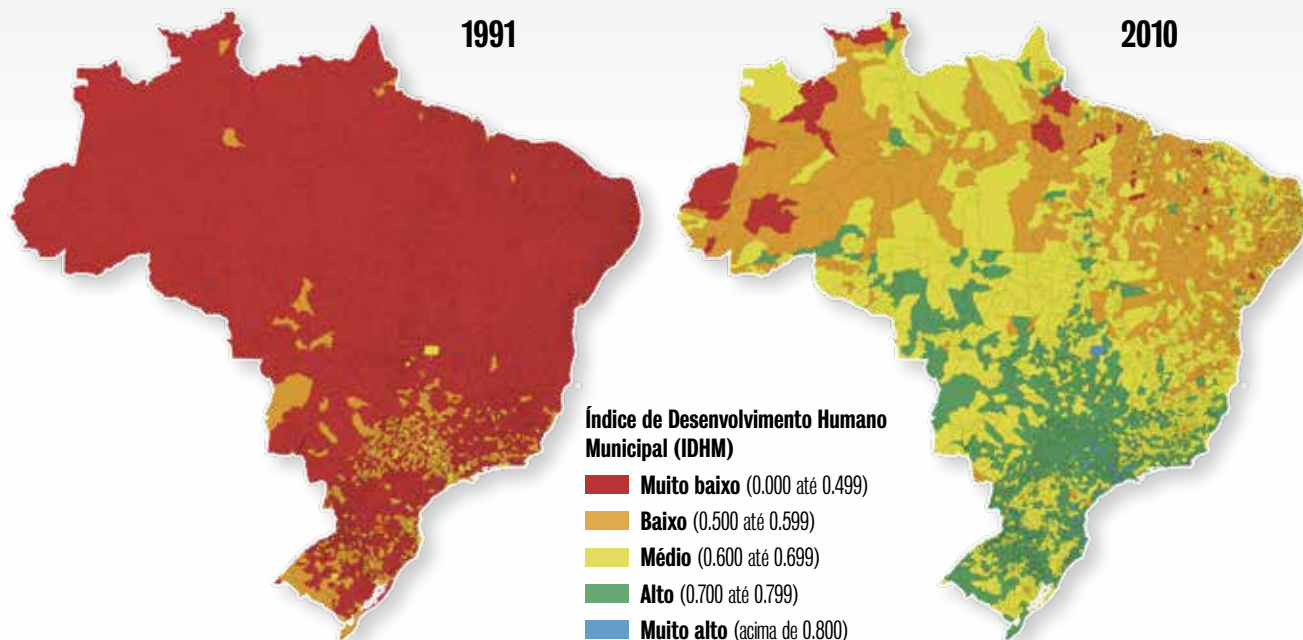
“Estar mais cedo em sala de aula significa também entrar mais cedo na universidade e no mercado de trabalho”

Marco Aurélio Costa, coordenador da Rede **Ipea**



João Viana

MAPA Em um período de 20 anos, o país saltou do índice de muito baixo desenvolvimento para o patamar de alto desenvolvimento humano



Fonte: Atlas IDHM 2013 no Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas com dados do Censo Demográfico de 2010 feito pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

Essa análise é feita a cada dez anos, a partir do Censo Demográfico do IBGE. Assim, os pesquisadores descobriram que a renda cresceu muito acima da média no Brasil. Em especial nos municípios que detinham uma renda per capita muito baixa. Também se descobriu que a expectativa de vida no país saltou para 73,4 anos.

O IDH, em sua formação clássica, é composto por três indicadores, que representam a oportunidade de uma sociedade ter vida longa e saudável, acesso ao conhecimento e comando sobre recursos de forma a garantir um padrão de vida digno. Por meio das duas primeiras dimensões, pretende-se avaliar a realização do bem-estar mediante a adoção de um estilo de vida resultante de escolhas livres e informadas, a partir das habilidades e conhecimentos acumulados. Já o comando sobre recursos indica se esse processo se deu livre de privações das necessidades básicas, como as de água, alimento e moradia.

73,4
anos é a

expectativa de vida do brasileiro

Longevidade, renda e educação puxaram o IDHM para cima. São os três componentes do Atlas do Desenvolvimento Econômico 2013, e cujos fatores decisivos determinaram o crescimento dos índices. Ou seja, nos últimos 20 anos, o Brasil domou a inflação, gerou empregos e renda e elevou o nível de escolaridade. Em matéria de expectativa de vida, o IDHM foi o mais elevado, em termos absolutos. A expectativa de vida subiu para 73 anos. O IDHM Educação

cresceu muito (128%) e registrou seu maior avanço em duas décadas de pesquisas, nas quais se destaca o fluxo escolar dos jovens (156%). Em termos absolutos (0,039) e em números percentuais (129,1%), aumentou o subindicador do fluxo escolar (0,418) e registraram-se mais pessoas (24,8%) no ensino fundamental. Porém, no item Renda, o Brasil se mostra ainda patinando entre a desigualdade e a prosperidade, entre municípios que cresceram mais ou menos.

“Estar mais cedo em sala de aula significa também entrar mais cedo na universidade e no mercado de trabalho”, avalia Marco Aurélio Costa, ao fazer uma correlação entre as variáveis Educação e Renda. “Se o brasileiro tiver um nível de escolaridade melhor, poderá atingir um nível de renda melhor”, diz o pesquisador. Segundo ele, o avanço na renda, verificado no Atlas, revela que o trabalhador brasileiro passou a ganhar mais porque também passou a trabalhar mais.



Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013

- 180 Indicadores socioeconômicos
- IDHM dos 5.565 municípios brasileiros
- Dados de 1991, 2000 e 2010
- Temas abordados: demografia, saúde, trabalho, renda, educação, habitação, vulnerabilidade social
- Perfil municipal: retrato resumido de cada município brasileiro
- Ferramenta simples e amigável de disponibilização de informações



IDHM RENDA Apesar dos contrastes, o que aconteceu no Brasil nas últimas duas décadas? “Houve avanço significativo nos municípios e nos estados brasileiros”, afirma Marco Aurélio Costa. O pesquisador salienta que a renda cresceu muito acima da média do Brasil, especialmente nos municípios onde a renda per capita era muito baixa. É o caso de Nova Colinas (MA). Em 1991, o município era o detentor da renda mais baixa. Mas nos últimos 19 anos, a renda cresceu 44%. A renda mensal per capita em 1991 era de R\$ 447,56. Passou para R\$ 592,87 em 2000 e subiu para 793,87 em 2010. No período, o IDHM saltou de 0,647(1991) para 0,739 (2010).

Os pesquisadores constataram que não há municípios com renda per capita inferior a R\$ 70, como era há duas décadas. Mesmo

assim, a menor renda per capita é de Marajá do Sena (MA) e tem o valor de R\$ 96,25. “No Brasil não existe mais IDHM Renda de 0,551%, como constatado no Maranhão em 1991”, diz o coordenador do Atlas. Ele sustenta que a renda cresceu em 75% porque também aumentaram os postos de trabalho. O trabalho também alavancou a renda per capita no Brasil, que cresceu 78%. Já o IDHM Renda teve um crescimento de 14,2% no período entre 1991 e 2010 – o equivalente a cerca de R\$ 346 de aumento na renda per capita mensal, com números ajustados para valores de agosto de 2010.

As taxas não são traduzidas de maneira automática. Mas os levantamentos do Atlas revelam um crescimento real. E trouxeram à tona situações novas que aparentemente são conflitantes, à primeira vista, mas comprovam o quanto o Brasil foi desigual em passado recente. São os casos de 2.663 cidades que, em 2010, estavam abaixo da média nacional de R\$ 447,56. Desse grupo, a maioria se localiza no Sudeste (424) e no Nordeste (364). Também no Sul (80) e no Centro-Oeste (78), porém em menor quantidade. “Essas cidades tinham níveis de renda tão baixos, em 1991,

que mesmo crescendo em velocidade superior à média do Brasil chegaram em 2010 abaixo da média nacional”, observa Marco Aurélio Costa. Ele avalia que esses dados refletem a desigualdade existente no Brasil, em 1991. Também refletem um crescimento da renda entre 300% e 400% desses mesmos municípios no período pesquisado pelo Atlas em 2013. “Foi um avanço grande e muito acima da média nacional de 77%”, comenta.

Na comparação entre os municípios de maior e menor renda per capita mensal do país, a diferença permanece enorme: de R\$ 2.043,74 em São Caetano do Sul (SP) para R\$ 96,25 em Marajá do Sena(MA). Isso significa que um cidadão médio de São Caetano do Sul (SP) tinha, em 2010, renda per capita mensal 20 vezes maior que a de um cidadão médio de Marajá do Sena, ou uma diferença de mais de 2.000%. O método de cálculo do IDHM Renda aplica uma fórmula logarítmica que aproxima os maiores valores de renda per capita dos menores e, com isso, reduz a disparidade de renda existente na perspectiva entre municípios.

“Olhando para o conjunto, vê-se que em 1991 o Maranhão era o Estado que tinha o IDHM mais baixo (0,551%). Porém, nos dias atuais, o mais baixo está em Alagoas (0,755), que é mais alto que o melhor IDHM de 1991”, observa Marco Aurélio Costa.



IDHM LONGEVIDADE O brasileiro também passou a viver mais e agora tem esperança de vida ao nascer de 73,4 anos. E esta vida mais longa ocorre na maioria dos municípios brasileiros. Em 2.356 municípios (42,3%) dos 5.565 pesquisados, as pessoas têm expecta-

IDHM Educação

É o que tem a menor contribuição em termos absolutos para o valor atual do IDHM do Brasil e também o que possui o maior hiato (0,363). Mesmo assim, entre 1991 a 2010, o indicador foi o que registrou o maior crescimento absoluto (0,358) e a maior elevação em termos relativos (129%) entre as três dimensões do índice. Saiu de 0,278 em 1991 para 0,637 em 2010. O crescimento foi puxado, principalmente, por três fatores: a escolaridade da população adulta aumentou; a população com 18 anos de idade que concluiu o ensino fundamental foi de 59,9%; e o fluxo escolar, formado por grupos frequentando as salas de aula, foi maior junto às populações de 5 a 6 anos (91,1%), de 11 a 13 anos (84,9%) e de 15 a 17 anos (57,2%).

Ocorreu aumento de 156% no fluxo escolar da população jovem, no período pesquisado. Na mesma comparação, a escolaridade da população adulta, outro subíndice do IDHM Educação, ficou quase duas vezes maior na comparação com 1991, uma alta de 82,4%.



tiva de viver mais (0,815%). Mesmo assim, em Cacimba, no interior da Paraíba, e em Roteiro, no interior de Alagoas, vive-se menos. De acordo com o Atlas, nas duas cidades, o cidadão nasce com a esperança de viver 65,3 anos. A expectativa de vida chega a 78,6 anos em algumas cidades como Blumenau, Brusque, Rio do Sul e Balneário Camboriú, todos em Santa Catarina.

No período pesquisado ocorreu uma evolução. Em 1991, a expectativa de vida era de 64,7 anos, subiu para 68,9 anos em

2000 e em 2010 atingiu 73,9 anos. Políticas públicas, que resultaram em processos de vacinação contra gripe, por exemplo, além de atenção maior aos idosos, têm favorecido a longevidade.

AVALIAÇÕES “Quando se olha para 1991, nenhum estado brasileiro terá desempenho satisfatório. Mas, hoje, essa nova metodologia mostra que o Brasil ainda tem muito a avançar. Por outro lado, revela que o avanço foi maior

em Educação, Renda e Longevidade”, destaca Costa. Segundo ele, o Brasil das duas últimas décadas avançou em todas as dimensões que o IDHM contempla: “A experiência da democracia fez bem ao desenvolvimento humano do país, permitindo avanços em todos os setores, e agora as pessoas querem mais, querem avançar nessa experiência democrática, e querer mais é legítimo”.

NOVA METODOLOGIA Embora tenha sua metodologia baseada no cálculo do IDH Global, que é publicado anualmente pelo PNUD para mais de 150 países, a comparação entre IDHM e IDH não é possível. O IDHM é uma adaptação metodológica do IDH ao nível municipal, utilizando outra base de dados – neste caso, os censos do IBGE. Ambos agregam as dimensões Longevidade, Educação e Renda, mas com diferentes indicadores e base de dados para retratar estas dimensões.

Na parceria entre Ipea, PNUD e Fundação João Pinheiro, o Atlas Brasil 2013 teve seu processo de construção iniciado em junho de 2012. A equipe técnica e os parceiros organizaram a revisão metodológica e conceitual do IDHM – por meio de oficinas com mais de 40 especialistas brasileiros –, compatibilizaram as áreas municipais que sofreram transformações de 1991 até 2010 e analisaram os dados extraídos dos censos demográficos do IBGE de 2010, 2000 e 1991.

Além da evolução metodológica do IDHM, o Atlas Brasil 2013 traz uma inovação importante em relação aos outros dois Atlas lançados em 1998 e 2003. Pela primeira vez, todos os dados, gráficos e tabelas estão disponíveis na internet. A plataforma online é pública, amigável e totalmente gratuita. Dentre as informações disponíveis, estão o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) e seus componentes, além de mais de 180 indicadores socioeconômicos com o retrato do desenvolvimento humano de cada município.

MELGAÇO É O MICROCOSMO DO BAIXO IDHM

Cercado pelas belezas naturais do rio Tapajós e a floresta amazônica, o município de Melgaço é uma ilha no interior do Pará, onde o meio de transporte é o barco. Poderia atrair turistas ecológicos o ano inteiro e ser o melhor dos mundos. Mas, definitivamente, ainda não é. Com PIB de R\$ 71.610 em 2010, o município da Ilha do Marajó, localizado na foz do rio Amazonas e área de 6.804,609 km², vem registrando baixo crescimento econômico. Tem o pior Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) do país, constatado pelo *Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013*.

Nascido Varycuru, em 1.653, Melgaço tem 24.808 habitantes (Censo 2010 do



Centro da cidade de Melgaço, no Pará. Localizado na foz do rio Amazonas, o município tem o pior IDHM do país

IBGE) e geração de emprego limitada em dois endereços: a prefeitura municipal e o supermercado Cidades. Os setores de

Educação e Saúde também são problemáticos e, reunidos à pífia geração de renda, tornaram Melgaço o microcosmo

ANÁLISE



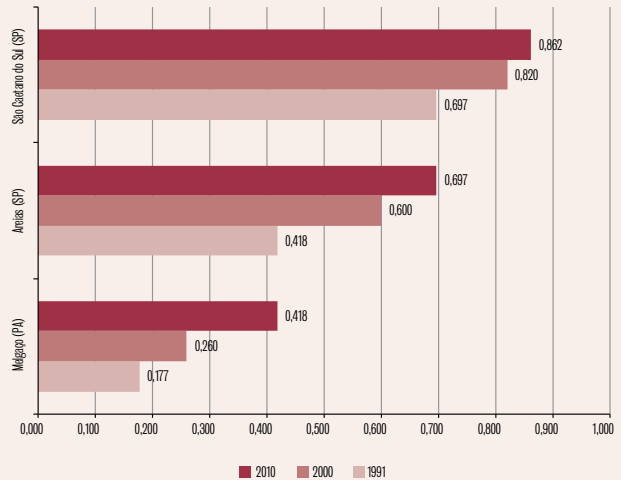
Marcos Hecksher*

Túnel do tempo do desenvolvimento humano

De carro, é possível percorrer os 260 km entre Areias (SP) e São Caetano do Sul (SP) em cerca de três horas. Em matéria de bem-estar social, no entanto, uma distância de 19 anos separa os dois pontos. Areias registrou Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 0,697 em 2010, precisamente o mesmo já atingido em 1991 por São Caetano, que se mantém no topo do ranking nacional desde então. Entre 5.565 municípios brasileiros, Areias ocupa a 2006ª melhor posição no indicador, à frente de 64% das localidades do país.

O mais interessante é que os mesmos 19 anos separam Areias do município com o menor IDHM do Brasil em 2010, Melgaço (PA). Só em 2010 a cidade paraense atingiu o mesmo nível de IDHM que já fora experimentado em 1991 por Areias: exatamente

IDHM: “eu sou você amanhã?”



Fonte: Prnud, Ipea e FJP.

0,418! Ou seja, na linha do tempo do desenvolvimento, Areias fica bem no meio do túnel entre os extremos do IDHM no país: 19 anos à frente de Melgaço, 19 atrás de São Caetano do Sul.

A tentação de somar as distâncias temporais é grande. Contudo, nada garante que 38 anos exatos levarão Melgaço ao atual IDHM máximo do país. Cabe ao país construir seu futuro. Mas, afinal, o que os municípios podem fazer para acelerar o desenvolvimento humano? Prefeituras que gastam uma fatia maior do Produto

da pobreza entre os 5.565 municípios brasileiros.

Em matéria de saúde, Melgaço tem três médicos que se revezam, semanalmente, no município, ganhando diária de R\$ 1,2 mil segundo dados da prefeitura. “Eles vêm e depois pegam o navio e vão embora”, diz a dona de casa Márcia Trajano. Na área de educação, a maioria dos professores não tem formação adequada. O que ajudou a empurrar a metade da população melgacense, ou cerca de 12 mil pessoas, ao analfabetismo: 50% não sabem ler, nem escrever: “Eu sei assinar o nome”, comentou Elson Silva. A lista de problemas é enorme: não há creche para todas as crianças, os moradores reclamam do transporte escolar, bancado com recursos do governo federal. Mas já

se sabe que, entre 2008 e 2011, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) enviou micro-ônibus e lanchas para reforçar o transporte escolar. Entre 1997 e 2013, o MEC repassou R\$ 174.945.759,93, dinheiro para ser aplicado em educação. Mas há casos de desvio, no passado, sendo apurados pela Procuradoria da República, em Belém: “Hoje, nós gastamos a maior parte (70%) do dinheiro da educação pagando os salários dos professores”, diz o secretário municipal de Educação. “Falta transparência sobre os recursos recebidos e gastos”, diz o professor do ensino básico em Melgaço, Sandro Souza, que, recentemente, participou de audiência com o prefeito, Adiel Moura de Souza (PP), para discutir o futuro de seu município, após manifestações nas

ruas. Os moradores também reclamam da ausência de água tratada e de esgotos e da falta de segurança.

O prefeito entende que os problemas começam quando os jovens deixam as escolas: “Eles se casam muito cedo, por volta dos 17 anos”, apontou. “Por consequência, também abandonam as escolas para trabalhar, ganhar algum dinheiro”, disse.

As maiores fontes de renda e geração de empregos são conhecidas: ou se trabalha na prefeitura municipal ou no supermercado Cidades. Mesmo assim, muitos se revezam no trabalho duro nas plantações de mandioca, em Anapur. Mas, para pagar as contas, a população tem a lotérica, o Bradesco, a agência dos Correios (ECT), além de três correspondentes bancários. **U**

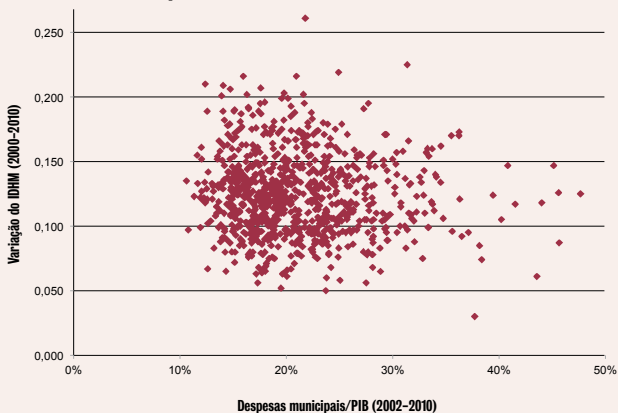
Interno Bruto (PIB) municipal apressam ou retardam o processo? Todas as despesas têm efeito similar?

Em 2001, com base no IDH das nações, o economista italiano Vito Tanzi – mais conhecido pelo efeito “Olivera-Tanzi”, que ocorria às avessas no Brasil – constatou que, entre os 20 países de maior bem-estar social, a despesa pública em relação ao PIB podia ser mais alta em alguns (Alemanha, Áustria, Bélgica, Dinamarca, França e Suécia) e mais baixa em outros (Estados Unidos, Austrália, Irlanda, Canadá e Japão). Alguns deles, como Noruega, Canadá, Suécia, Bélgica, Países Baixos e Finlândia, até reduziram gastos públicos mantendo IDH elevado.

Isso vale para os municípios brasileiros? Há casos notáveis de cidades que deram saltos no IDHM sem recorrer a níveis altos de gasto público, contribuindo ao mesmo tempo para o bem-estar social e a responsabilidade fiscal, uma das bases do pacto que a Presidência da República propôs à Federação em junho. Uma análise do conjunto deve ser feita cuidadosamente, mas vale extrair uma primeira impressão.

Para não comparar situações muito díspares, aparemos as pontas. Ao dividir a amostra de municípios em três grupos de igual tamanho ordenados pelo Produto Interno Bruto (PIB) per capita e também em três grupos ordenados pela proporção do PIB local que corresponde ao gasto municipal com educação entre 2002 e 2010, encontramos 837 municípios que pertencem simultaneamente aos dois conjuntos do meio.

Acelerar o IDHM pode ser barato?



Fontes: Pnud, Ipea, FJP e STN. Elaboração do autor com subamostra de 837 municípios

Mesmo dentro desse recorte de municípios medianos, os que mais elevaram seu IDHM entre 2000 e 2010 são, em geral, os que tiveram maior despesa em educação como proporção do PIB. Entretanto, se guardam alguma relação entre avanço no IDHM e despesa municipal total, ela não parece ser positiva. É claro que é preciso ir bem além desse exercício impressionista para obter conclusões precisas, mas ele sugere hipóteses que merecem ser estudadas. **U**

* Marcos Hecksher é assessor especializado do Ipea



A large crowd of young people is gathered at night for a protest. Many are holding signs and a Brazilian flag. The scene is illuminated by streetlights and building lights, creating a vibrant atmosphere. The crowd is dense, and the participants appear to be actively engaged in the demonstration.

Vozes da inquietação

Pesquisas do **Ipea** e da SAE mapeiam o perfil dos jovens a fim de pavimentar o futuro do Brasil e ajudam a compreender, em números e em projeções, as principais preocupações dessa nova geração que sai às ruas para exigir um país melhor

Washington Sidney

Jady Espíndola Caffaro, 21 anos, aluna de Publicidade e Propaganda do centro universitário UniCEUB, de Brasília, Edemilson Paraná, 24, estudante de mestrado de Sociologia, e Fábio Félix, 24, estudante de mestrado de Política Social, ambos da Universidade de Brasília (UnB), têm muito mais em comum do que o simples fato de serem jovens universitários. Eles expressam uma grande preocupação com o futuro, cobram mudanças urgentes no nosso modelo de sociedade e manifestam desejo incontido de participar ativamente da vida política do país.

Conectada nas redes sociais, essa juventude transpira inquietação e inconformismo e revela capacidade incomum de mobilização, como se pôde atestar nas manifestações de junho, que começaram em São Paulo com protestos contra o reajuste e a má qualidade do transporte público e tomaram as ruas do país, encorpadas por um conjunto de reivindicações que envolvem vários itens, desde a melhoria dos serviços públicos até o fim da corrupção.

A empregabilidade é outro desafio para a nova geração. Pesquisa feita pelo **Ipea**, em agosto deste ano, a partir da base de dados da Relação Anual de Informações Sociais (Rais) do Ministério do Trabalho e Emprego, revela que o grande problema da juventude não é a inserção no mercado de trabalho, mas as altas taxas de rotatividade, fator que dificulta o aumento de sua (futura) produtividade e salários. Na verdade, os jovens têm até mais facilidade para conseguir trabalho que os trabalhadores mais velhos, mas não duram nos empregos.

De fato, a média 92,6% da taxa de rotatividade para os jovens sugere que, para cada dez deles empregados, nove foram contratados ao longo do ano. A mesma média para adultos situa-se em 42,8%. No mesmo gráfico, percebe-se que a taxa de separação (razão entre o número de trabalhadores que saem de seus postos de trabalho por demissão voluntária ou involuntária em relação ao estoque de trabalhadores) é tão elevada quanto: 72,4%. Ou seja, em média, sete em cada dez trabalhadores jovens desligam-se de seus postos

de trabalho ao longo de um ano. A taxa de separação dos mais velhos é pouco mais da metade, em torno de 41,3%.

Em resumo, os números mostram que as taxas de separações também são elevadas para os jovens: mínimo de 65% e acima de 85% em dois anos (2008 e 2010). Colocadas juntamente, as taxas de contratação e separação mais altas indicam um mercado de trabalho mais “turbulento” para os jovens, em que empregos curtos associados com taxas mais elevadas de separação coexistem com a entrada rápida no emprego e taxas de contratação mais elevadas, em média.

Carlos Henrique Corseuil, diretor-adjunto de Estudos e Políticas Sociais (Disoc) do **Ipea** e um dos responsáveis pelo estudo, atribui esse fenômeno a dois fatores: “Em primeiro lugar, os jovens estão ingressando no mercado de trabalho em empresas de alta rotatividade. Outro fator que contribui para isso, mas de forma menos relevante, é que eles ingressam no mercado fazendo uso de contratos temporários de uma forma mais frequente que os adultos.” O



Antonio Cruz

“Os jovens são a principal porta de entrada de inovações nos valores e nas aspirações de cada sociedade, permitindo antecipar no tempo a formação do pensamento geral da nação”

Marcelo Neri, ministro-chefe interino da Secretaria de Assuntos Estratégicos e presidente do **Ipea**

estudo sugere a criação de políticas públicas para incentivar trabalhadores e empregadores a investir na relação de trabalho por meio de treinamento custeado por ambas as partes, de forma que tenham menos motivação para romper a relação de trabalho.

JUVENTUDE QUE CONTA As demandas da juventude se tornaram, nos últimos tempos, importante pauta na agenda do **Ipea**. Em maio deste ano, o órgão realizou a pesquisa *Juventude que Conta*, cujo objetivo foi traçar

o perfil desta nova geração e saber o que ela pensa. Mais de 10 mil pessoas foram consultadas, mediante modelo de perguntas similar ao da pesquisa *My World* (Meu Mundo), levada a cabo por agências das Nações Unidas em diversas partes do globo. O estudo foi divulgado pelo presidente do instituto e ministro-chefe interino da Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE), Marcelo Neri, e pelo subsecretário de Ações Estratégicas da Presidência da República, Ricardo Paes de Barros, às vésperas da Jornada Mundial da Juventude.

A grande aspiração dos jovens, segundo a pesquisa, é educação de qualidade: 85,2% dos brasileiros de 15 a 29 anos apontaram esta opção como a primeira das seis mais importantes de 16 alternativas elencadas. Melhoria nos serviços de saúde (82,7%), acesso a alimentos de qualidade (70,1%), governo honesto e atuante (63,5%), proteção contra o crime e a violência (49%) e melhores oportunidades de trabalho (46,9%) completaram as prioridades dos entrevistados.

Entre a pesquisa de campo, em maio, e sua divulgação, em julho, eclodiram as grandes manifestações por todo o país, deixando surpresa boa parte dos observadores políticos. Os números detectados na pesquisa expõem com clareza que as reivindicações há muito estavam latentes. O questionário apresentado aos jovens brasileiros incluiu questões como a melhoria nos transportes e estradas, liberdades políticas, proteção a florestas, rios e oceanos e eliminação do preconceito e da discriminação, entre outras.

“O jovem, no Brasil, que é criminalizado, que padece nas periferias, vítima da violência e da falta de oportunidades, olha para a educação como uma chance de mudar de vida, de ter dias melhores”, explica o estudante Edemilson Paraná. Ele continua: “Então, a educação é fundamental para nós. Uma educação priorizada pelo Estado, governo e sociedade, que seja emancipadora, valorize o senso crítico e que seja cidadã. É por meio dessa educação que nós podemos mudar esse país, daí ela ser tão importante”.

PLATÔ DA JUVENTUDE Outra pesquisa, coordenada pela Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) da Presidência da República e apoiada pelo **Ipea**, mapeou o crescimento e as tendências demográficas da população jovem. Intitulada *Juventude Levada em Conta*, a pesquisa aponta a existência, hoje, de 51 milhões de jovens no Brasil, o que corresponde a 26% da população do país. Trata-se da maior juventude brasileira de todos os tempos, número que, a se manterem as tendências

O que eles pensam

Carla Lisboa



Edemilson Paraná:

“As manifestações revelaram o desejo de ver um país mais justo, mais igual, onde as pessoas tenham uma vida digna, com direito a saúde, educação, transporte público, acesso a cidades de qualidade. Enfim, foi um chamado político, social, para uma mudança profunda nesse país”

Jady Espindola Caffaro:

“A reivindicação por uma educação de qualidade é uma pauta extremamente importante. Acredito que a educação pública possa ser de qualidade, com condições de conceder oportunidades que hoje em dia não se tem, porque o ensino público é extremamente precário”



Carla Lisboa

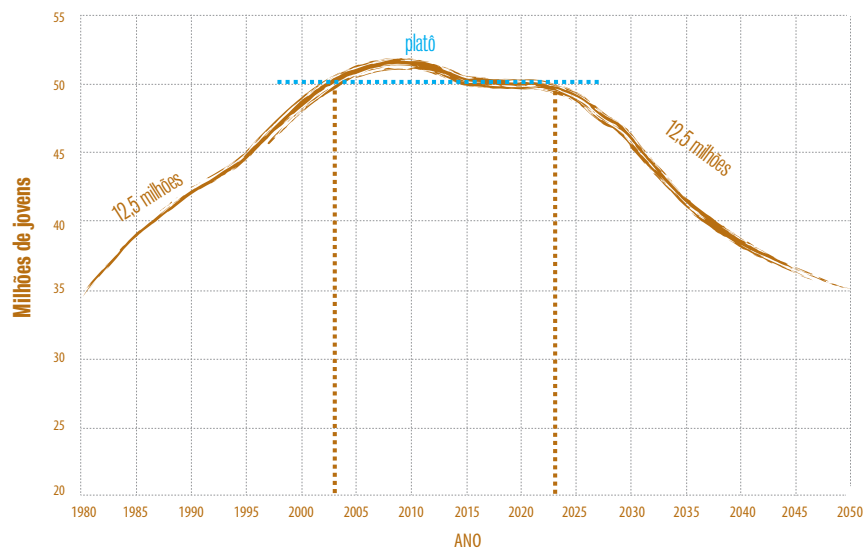
Carla Lisboa



Fábio Félix:

“Eu acho que a grande luta é pela radicalização da democracia participativa. A gente precisa de mais plebiscitos, referendos, fortalecimento e ampliação dos conselhos de participação. Acho que é preciso ampliar e radicalizar a democracia para o povo participar daquilo que é fundamental”

Evolução do número de jovens: 15 a 29 anos, Brasil, 1980 a 2050



demográficas históricas, deve permanecer nesse patamar por mais uma década.

O estudo revela que o número de jovens ficará estagnado por 20 anos, de 2003 a 2022, com pouco mais de 50 milhões de pessoas. Paes de Barros, da SAE, chama este período de “platô da juventude”, o qual será sucedido por outro de contração da população jovem, com redução de 12,5 milhões entre 2023 e 2042. “No fim desse século, a juventude será 60% da que temos hoje”, afirmou Paes de Barros ao apresentar o estudo. “Hoje temos a maior juventude da história, foi a maior pré-juventude e será a maior força de trabalho relativa e absoluta, mas não será a maior população idosa”, ressaltou.

A maior população idosa, por outro lado, será composta pelos filhos destes jovens, por causa da redução na taxa de mortalidade. O presidente do **Ipea** e ministro-chefe interino da Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE), Marcelo Neri, divide essa população em três grupos: o jovem adolescente (15 a 17 anos), representando 20% do total, com 10 milhões de pessoas; o jovem-jovem (18 a 24 anos), que corresponde a 45% do total e 23,1 milhões; e o jovem-adulto (25 a 29 anos), cujo número atinge os 35%, totalizando 17,5 milhões de jovens.

Marcelo Neri diz que é preciso ouvir os mais jovens. “É necessário que a juventude nos conte o que pensa e o que quer. A fim de empoderar na prática a juventude, ouvir é preciso. Não só para atender aos anseios da juventude, mas a fim de decifrar os principais desafios ainda por vir do país. Os jovens são a principal porta de entrada de inovações nos valores e nas aspirações de cada sociedade, permitindo antecipar no tempo a formação do pensamento geral da nação”, comenta.

CANAIS DE COMUNICAÇÃO AMPLIADOS A preocupação com o futuro do Brasil foi o grande motivador da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República para a realização da pesquisa *Juventude Levada em Conta*. A subsecretária de Ações Estratégicas da SAE, Adriana Mascarenhas, que participou ativamente da elaboração do estudo, destaca: “É impossível pensar em crescimento econômico e social e em transformação do país sem levar em conta nossos maiores ativos. Investir nas novas gerações tem reflexos positivos não apenas no presente das próprias crianças e jovens, mas também no futuro do Brasil”.

Adriana lembra que por 20 anos teremos mais de 50 milhões de pessoas entre os 15 e 29 anos. Esses jovens irão formar a maior força de trabalho que o país já teve. Ela será capaz de dar uma contribuição para o desenvolvimento do país maior do que qualquer outra geração. “Para isso ocorrer, contudo, é necessário prepará-los, oferecer condições, informações e oportunidades adequadas. Conhecer quem são esses jovens, ouvi-los e entender quais são as suas prioridades, o que eles querem e como querem é fundamental”, acrescenta.

Segundo ela, ao contrário do que se viu no passado, o país tem ampliado cada vez mais seus canais de comunicação com o jovem. De fato, há hoje mais de 100 conselhos municipais e estaduais de juventude, além do Conselho Nacional de Juventude (Conjuve). Além disso, foi lançado no ambiente virtual o Participatório, que agrega o elemento participação ao Observatório da Juventude, com vistas a promover justamente o debate, a interlocução e possibilitar a mobilização social.

Outra prova da preocupação do governo com a nova geração é a criação de uma Secretaria Nacional de Juventude, vinculada à Secretaria-Geral da Presidência da República, para integrar e coordenar as multissetoriais políticas públicas voltadas para este segmento. Agora, ressalta Adriana, a questão crucial e urgente é mapear o que tem sido oferecido, identificar o que falta oferecer e, sobretudo, analisar a adequação dessas políticas às reais necessidades e anseios dos jovens.

“Nunca o Estado brasileiro teve um grupo tão numeroso de jovens e que está, ao mesmo tempo, demonstrando os resultados de um avanço social recente. Registramos os ganhos de renda e aumento de escolaridade, comparados com as gerações anteriores. É uma juventude que está estudando mais, que trabalha e interage de maneira acelerada e transita por essas diversas dimensões da sua trajetória de vida de uma maneira ainda não totalmente compreendida e aproveitada pela sociedade brasileira. É, ainda, uma juventude que tem manifestado, nas ruas e nas redes

sociais, a sua capacidade de articulação, sua vontade de ser ouvida e de participar das decisões do seu país. Mas, além disso, restam muitos desafios a serem superados. Há inúmeras e persistentes desigualdades na oferta e no acesso efetivo a oportunidades entre os jovens”, esclarece a subsecretária.

Os estudos que a Secretaria de Assuntos Estratégicos vem desenvolvendo com diversos parceiros nessa área têm o objetivo justamente de atuar nesse sentido, ao buscar entender a heterogênea juventude brasileira e colaborar na identificação e na superação dos principais

desafios que a envolvem de maneira inovadora. Outra linha de ação é a inédita abordagem para análise e combate da evasão dos jovens de atividades e programas.

“Ressaltamos, inicialmente, uma diferença fundamental entre a mobilidade positiva dos jovens (relacionada ao dinamismo e à busca por melhores oportunidades, que denominamos circulação) e entre o abandono e a evasão, de fato, prejudiciais. Essa última leva à perda de recursos públicos com programas de baixos índices de conclusão, a distorções idade-série, à alta rotatividade no mercado de trabalho e

passa, muitas vezes, pela falta de adequação do que é oferecido aos jovens. Os altos índices de evasão dos jovens não são um problema exclusivo do ensino médio. Já tivemos conversas preliminares com especialistas da neurologia, da psicologia e de TI para conhecer fatores fisiológicos particulares dos jovens, além daqueles relacionados ao meio social e às novas formas de aprendizagem e interação proporcionadas pela tecnologia digital, que podem, de alguma forma, influenciar o seu comportamento e as suas tomadas de decisões”, finaliza. **i**

Educação e mercado de trabalho

Educação de qualidade e mais e melhores oportunidades de trabalho são os desafios que o Brasil enfrenta para atender os anseios da juventude. O Estado manifesta preocupação com o problema, já que está associado ao futuro do Brasil, mas a realidade é implacável: na última década o desempenho dos jovens no mercado de trabalho ficou aquém da média nacional. Eles estudaram mais, porém tiveram mais dificuldades para conseguir se empregar por causa da baixa qualificação.

Levantamento feito pelo IBGE revela que, entre junho de 2003 e junho de 2013, a taxa de desemprego dos jovens de 16 a 24 anos caiu 41,6%. Seria um resultado expressivo, não fosse o fato de que a queda, na média dos trabalhadores de todas as idades das seis maiores regiões metropolitanas, foi bem maior: 53,8%. Esses números deixam claro que, se não aproveitar bem o potencial de sua juventude, o Brasil poderá ter, na próxima década, o maior desperdício de sua história. Até 2023, a população de jovens entre 15 e 24 anos somará mais de 33 milhões, uma força de trabalho com potencial para aumentar o crescimento econômico do país.

Por outro lado, se houve avanço da escolaridade dos jovens, não ocorreu

“Temos de melhorar a capacitação do professor. Hoje o Brasil tem dois milhões de professores nos ensinos médio e fundamental. Essas pessoas foram, em sua maioria, malformadas e são funcionários estáveis”

Divonzir Gusso, pesquisador do Ipea

melhora da qualidade da educação. E esse pode se tornar, senão o maior, um dos maiores entraves ao desenvolvimento do país. Segundo Divonzir Gusso, pesquisador do Ipea especializado em educação, o país levou cinco décadas para incluir todos os brasileiros no ensino regular, mas deverá levar pelo menos outras duas para melhorar a qualidade da educação. São muitos os desafios.

“Temos de melhorar a capacitação do professor. Hoje o Brasil tem dois milhões de professores nos ensinos médio e funda-



Divulgação/Ipea

mental. Essas pessoas foram, em sua maioria, malformadas e são funcionários estáveis. E outra coisa: as escolas de formação de professores, na maior parte, não são do governo. Ele não tem controle sobre a qualidade dessas escolas. A licenciatura das universidades públicas é muito pequena. Ou seja, forma menos professores que o setor privado. Mudar isso exige informação. E hoje a gente tem muito mais informação. Tem uma experiência mundial. Então, estamos em busca de respostas para o clamor das ruas”, ressalta Divonzir Gusso.

Os que sobrevivem do lixo

Estudo inédito do **Ipea** revela que são 400 mil os catadores de resíduos no Brasil. Eles têm baixa escolaridade e a maioria é formada por homens, negros e jovens. A surpresa é que 58% contribuem para a Previdência, metade usufrui de esgoto em casa, quase um quinto tem computador e somente 4,5% estão abaixo da linha da miséria

Carla Lisboa

Wilson Das/Agência Brasil



São dois grandes problemas distintos, contudo tão interligados quanto gêmeos siameses. O primeiro são os lixões a céu aberto existentes em quase todos os municípios brasileiros. Trata-se de uma mazela de ordem ambiental com solução à vista. O outro problema é social – as legiões de brasileiros que sobrevivem nesses lixões como catadores de resíduos sólidos, uma das mais insalubres e indignas atividades econômicas humanas. Para resolver o problema dos depósitos de lixo a céu aberto, o Congresso Nacional aprovou, em 2010, uma lei instituindo uma política nacional para os resíduos; e o Ministério do Meio Ambiente, por sua vez, determinou que os municípios têm até agosto de 2014 para criar aterros sanitários e iniciar a coleta seletiva. Até agora, 10% dos municípios tomaram providências. Contudo, trata-se de um problema de vontade política (ver box na página 62).

A verdadeira encruzilhada está em como promover a inclusão social dos catadores. Mas quantos são eles? Onde estão e como vivem? Do que afinal precisam? Para tentar encontrar respostas a essas questões, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)

A renda é um dos destaques do trabalho. Entre os estados, a maior renda ficou com Santa Catarina (R\$ 701) e a menor com a Paraíba (R\$ 391)

fechou parceria com a Secretaria-Geral da Presidência da República e com a Secretaria de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego. O resultado, publicado sob o título de *Diagnóstico sobre Catadores de Resíduos Sólidos*, apresenta uma radiografia que guarda uma série de novidades, algumas surpreendentes.

A primeira novidade diz respeito ao tamanho desse grupo social. São 400 mil catadores de resíduos sólidos em todo o Brasil. Somados os membros das famílias, chegam a 1,4 milhão de brasileiros que sobrevivem do lixo. A maioria dos catadores é formada por homens jovens, negros ou pardos. Eles têm baixa escolaridade e vivem nas cidades com uma renda média de R\$ 571,56. O estudo também descortina uma série de contrastes. Um deles é a diferença da situação

do Nordeste em relação às demais regiões. O Nordeste é pior em tudo. Em seguida, em uma situação quase semelhante, aparece a região Norte. Outro aspecto que chama a atenção nessa pesquisa é o fato de que apenas 10% do contingente de catadores está organizado em cooperativas.

A surpresa foi encontrar estatísticas positivas em meio a esse grupo social. Mais da metade deles (58%) contribui com a Previdência Social. Como estão basicamente em grandes ou médias cidades, 99% moram em residências com energia elétrica e 48% usufruem de sistema de saneamento básico. A maior das surpresas foi constatar que somente 4,5% das famílias de catadores sobrevivem com menos de R\$ 70 per capita mensais, a cifra que estabelece a linha abaixo da pobreza absoluta. “Quando imaginamos um catador de lixo, desenhamos a imagem de uma pessoa na extrema pobreza”, diz Albino Rodrigues Alvarez, técnico de planejamento e pesquisa da Diretoria de Estudos Regionais, Urbanos e Ambientais (Dirur), do Ipea, e um dos coordenadores do estudo, junto com os técnicos Sandro Pereira Silva e Fernanda Lira Goes. “Mas como a linha é baixa, menos de R\$ 70 per

R\$ 8 bilhões ao ano são desperdiçados por falta de reciclagem

Mercado de materiais reciclados		Hoje os catadores reciclam...		Mas o potencial de reciclagem é de...	
Material	Valor pago (por ton)*	Ton/ano	Ganhos*	Disponível (ton/ano)	Potencial de ganhos*
Alumínio	2.900	339	2,7 milhões	166	448 milhões
Plástico	5.300	56	1,2 milhão	5.263	5,8 bilhões
Celulose	241	24	330 milhões	6.934	1,70 bilhão
Aço	88	74	127 milhões	1.014	89 milhões
Vidro	18	11	120 milhões	1.110	20 milhões
Total		504	R\$ 580,9 milhões	14.487	R\$ 8,1 bilhões

* Todos os valores são em reais



“Observei nas visitas às cooperativas que as mulheres aparentam ser mais sensíveis a essas organizações e os homens mais refratários a cumprir uma disciplina de trabalho”

Albino Rodrigues Alvarez, técnico de planejamento e pesquisa da Diretoria de Estudos Regionais, Urbanos e Ambientais (Dirur) do **Ipea**

capita, alguma coisa os catadores sempre conseguem pegar. Esse é o atrativo da rua: a pessoa remexe o lixo e descobre coisas de algum valor para vender”.

Inéditos, esses dados começaram a ser divulgados na segunda semana de agosto, nas Conferências Estaduais de Meio Ambiente, organizadas principalmente para subsidiar governos que ainda não adotaram ações efetivas para acabar com os lixões até agosto de 2014, conforme previsto na Lei 12.305/2010, o Plano Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS). Resultado do cruzamento de dados dos Censos Demográficos 2008 e 2010 do IBGE, o diagnóstico faz parte de um rol de 14 cadernos com a descrição minuciosa da situação dos resíduos sólidos do país, produzidos pelo **Ipea** para subsidiar o governo federal na elaboração e na implantação do PNRS. Esse diagnóstico também servirá de base para uma nova pesquisa que o instituto iniciará no fim de 2013, em parceria com a Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho. “Vamos aprofundar o conhecimento sobre os catadores, explorar a situação social, formas de arranjos, dentre outros aspectos dessa população”, adianta Alvarez.

93%
dos catadores

vivem nas cidades, em residências com aproximadamente quatro pessoas

URBANOS Um dos dados constatados neste diagnóstico é que 93% dos catadores são urbanos. Esse número supera a taxa de urbanização do país: 85%. Eles moram em residências com aproximadamente quatro pessoas e a taxa de coabitação com crianças é maior do que a média nacional. Nos domicílios com catador, a razão de dependência é de 50% em relação às crianças. Ou seja, crianças são 50% da população. E mais: das crianças de zero a três anos que residem em casa com catador, 22,7% frequentam creche.

Nos domicílios com algum catador, há 99% de acesso à energia elétrica e 49,8% usufruem de saneamento básico, com água encanada e rede de esgoto. Seguindo

a diferenciação por região, no Norte, 12% usufruem desse serviço, até porque, na Amazônia, o saneamento básico existe em poucas cidades. Outra novidade é que 17,7% dos domicílios de catadores têm computador.

MULHERES Inicialmente uma atividade masculina, as mulheres já representam 31,1% do total de brasileiros que se declararam ao IBGE catadores de resíduos. Esse percentual varia muito entre os estados. No Amazonas, as catadoras chegam a 40%, enquanto são apenas 17% no Rio Grande do Norte e 15% em Roraima. Em nenhum estado o número de mulheres supera o de homens.

Contudo, quando os catadores se organizam em cooperativas, as mulheres superam os homens. “Observei nas visitas às cooperativas que elas aparentam ser mais sensíveis a essas organizações e os homens mais refratários a cumprir uma disciplina de trabalho”, explica o coordenador da pesquisa. “Por isso as mulheres têm assumido a liderança nas cooperativas”.

As melhores surpresas, aliás, estão concentradas entre os catadores organizados em cooperativas. “Quase podemos dizer

que existe uma elite (entre aspas porque essa população é muito pobre) de catadores em cooperativas, pessoas que conseguem mais que os outros”, acrescenta Alvarez. “Por outro lado, há uma massa de catadores bastante sacrificada”.

O coordenador da pesquisa relata que, ao visitar vários lixões pelo Brasil, é comum ouvir relatos de catadores que consideram a insalubridade do lixo melhor do que viver de pequenos bicos nas ruas. “Eles dizem que catar lixo pode parecer mais degradante, higienicamente mais constrangedor, mas, de alguma maneira, é mais garantido porque é um ponto. A rua tende a ser mais violenta, até porque trabalham isoladamente”, explica.

RENDA O estudo constata que, em 2010, o rendimento médio dos catadores era de R\$ 571,56. Todavia, há variações regionais. Ao cruzar os dados, percebeu-se que, no Nordeste, a renda média é de R\$ 459. No Sudeste, R\$ 629. Quando se considera os domicílios em que há pelo menos um catador, a renda média per capita da família cai para R\$ 235,60. Contudo, é três vezes e meia acima da linha da miséria absoluta – são aqueles cuja renda familiar per capita está abaixo de R\$ 70 mensais.

O catador tenta construir uma identidade própria perante a sociedade e, ao mesmo tempo, desenvolver na categoria o sentimento de autoestima e de orgulho da atividade

Entre os estados, a maior renda ficou com Santa Catarina (R\$ 701) e a menor com a Paraíba (R\$ 391). Outro dado interessante é que, diferentemente da realidade percebida na região Norte, Roraima se sobressai com uma renda acima de R\$ 700 e por ser o estado com menos catadores de resíduos sólidos (apenas 263), concentrados em Boa Vista. São Paulo é o estado com o maior número absoluto de catadores, quase 80 mil, 20% do total.

“Os catadores e suas famílias são alvo de preocupação e, sobretudo, das políticas públicas de inclusão social e geração de renda”, informa Daniel Gobbi, assessor da Secretaria Nacional de Articulação Social, da Secretaria-Geral da Presidência

da República, um dos responsáveis pela difusão do estudo do **Ipea** nos estados e municípios. Em agosto, Gobbi esteve em João Pessoa para apresentar o diagnóstico dos catadores da Paraíba no Congresso Estadual do Meio Ambiente. Foi quando informou que a Paraíba é o estado onde os catadores estão em pior situação econômica.

ESCOLARIDADE Quanto ao nível de escolaridade, 20,5% dos catadores se declararam analfabetos. Ou seja, são aqueles que não sabem escrever sequer o próprio nome. No Nordeste, 34%; no Sudeste, 13,4%. Ou seja, a taxa de analfabetismo entre eles é acima da média nacional, de 7,9% da população com mais de 18 anos, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, o Pnad 2011.

Um olhar mais detalhado revela que 24,5% dos catadores com 25 anos ou mais têm pelo menos o ensino fundamental completo. Esse número evidencia a baixa escolaridade entre os que passaram pela escola e que, provavelmente, estudaram somente três ou quatro anos. Estes integram a massa de analfabetos funcionais. Por outro lado, 11% dos catadores com mais de 25 anos declararam ter o ensino médio.

O que pensam os catadores

São muitas as ideias e debates sobre como aproveitar a implantação do Plano Nacional de Resíduos Sólidos para promover a inclusão social dos catadores. Mas afinal, o que pensam os principais interessados?

“Ninguém consegue implantar os aterros ou ajudar os catadores por causa de problemas políticos”, aponta Raimunda Alves Ribeiro, diretora da Central das Cooperativas de Catadores de Resíduos

Sólidos do Distrito Federal (Centcoop), que reúne 25 cooperativas da capital federal. Raimunda mostra-se bem informada sobre o PNRS e sobre a situação do grupo em outros estados. Segundo ela, catadores em todo o Brasil, organizados ou não em cooperativas, estariam disputando os lixões com as grandes empresas que prestam serviços de coleta para as prefeituras.

As empresas ganham por tonelada recolhida e despejam o lixo, sem

tratamento, nas áreas indicadas pelas prefeituras. “Elas resistem à coleta seletiva e ao fim dos lixões; pressionam os políticos porque não é interessante investimento dos governos em reciclagem e em inclusão social”, acrescenta. “O lixo é uma fonte de riqueza que poderia muito bem ter uma destinação social se pudesse ser adequadamente coletado”, faz coro Rônei Alves, também catador de Brasília.

O estudo revela que 58% dos catadores contribuem para a Previdência como autônomos ou facultativos. Ao verem esse dado, os técnicos deduziram que os catadores que integram esse percentual podem estar em momento de entrada ou de saída de emprego e, para não perder o vínculo, continuam pagando a contribuição previdenciária.

Do total de catadores que contribuem com a Previdência Social por estado, os do Espírito Santo são os que contribuem mais: 83%. No Rio de Janeiro são 74% e em São Paulo, 71%.

BUSCA DA IDENTIDADE A pesquisa traçou o perfil dos catadores por regiões, estados e microrregiões. Os dados revelaram que a maioria dos catadores é do sexo masculino (68,9%) e a população negra e parda entre eles é mais elevada do que a média nacional em todas as regiões: 66,1%. No Sul, os negros e pardos são 41%. Santa Catarina, com taxa de 34,5%, é o estado com o menor número de catadores negros. No Norte e Nordeste, a atividade de catador é essencialmente exercida por negros e pardos. No Amapá, o índice é de 85,7%; na Bahia, de 84%. Em Salvador, chega a 92% e em Catu, cidade

no Recôncavo Baiano, 94% dos catadores são negros.

O catador tenta construir uma identidade própria perante a sociedade e, ao mesmo tempo, desenvolver na categoria o sentimento de autoestima e de orgulho da atividade. Geralmente, sobretudo entre as lideranças, eles não tentam passar a imagem de que desejam adquirir características dos segmentos sociais privilegiados. Essa atitude é perceptível nos encontros sobre resíduos. “Apesar de aparecerem pessoas de terno e cheias de eufemismos, que não conhecem bem a área, os catadores sempre estão presentes

A difícil luta pela implantação dos aterros sanitários

A implantação do Plano Nacional de Resíduos Sólidos tem enfrentado muitas barreiras. A primeira delas foi o trâmite de 20 anos no Congresso Nacional esperando aprovação. A dificuldade atual é o cumprimento do prazo para extinção dos lixões em todo o país. O Ministério do Meio Ambiente definiu o mês de agosto de 2014 como limite para que os 5.570 municípios acabem com os lixões e adotem, como medida de emergência, os aterros sanitários. Também é o prazo para que instituem a coleta seletiva e a reciclagem dos resíduos sólidos. Mas implantar um sistema desses é caro e, por isso, essa realidade está longe de se materializar.

“Todo dia tem prefeito em Brasília pedindo mais prazo”, afirma Júlio Cesar Roma, coordenador de Estudos em Sustentabilidade Ambiental da Diretoria de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais do Ipea. Segundo ele, faltando menos de um ano para finalizar o prazo, apenas 10% dos municípios apresentaram seus planos municipais para extinção dos lixões.



Agência Brasil/Arquivo

Ministério do Meio Ambiente definiu agosto de 2014 como limite para os 5.570 municípios acabarem com os lixões

10%
dos municípios

apresentaram planos para
a extinção dos lixões

O instituto participa do PNRS e de sua implantação desde o início. Os pesquisadores do órgão elaboraram diagnósticos de áreas diferentes, participaram de todas as etapas de implantação do plano, incluindo as audiências públicas realizadas em cada região do Brasil. Esses encontros desembocaram na audiência nacional que deu uma forma definitiva ao plano. No momento, a fase é de implantação do PNRS, mas os prazos começam a vencer.



Um dos dados revelados pela pesquisa destaca que 24,5% dos catadores com 25 anos ou mais têm pelo menos o ensino fundamental completo

e gostam de ser chamados de catadores de material reciclado”, lembra Albino Alvarez, coordenador da pesquisa.

INCLUSÃO SOCIAL Feito o diagnóstico, vem a receita. Ou seja, depois dos governos federal, estaduais e municipais tomarem conhecimento dessa radiografia pormenorizada dos 400 mil catadores de resíduos, o que as autoridades públicas pretendem prescrever para buscar promover a inclusão social, melhores condições de trabalho e o acesso de 1,4 milhão de familiares (sendo 700 mil crianças) aos serviços públicos? O Plano Nacional de Resíduos Sólidos veio para tentar resolver o problema dos lixões do ponto de vista técnico e econômico, obrigando os municípios a criarem aterros sanitários, dentre outras medidas. Mas também prevê a inclusão social e profissional dos catadores.

Muitos especialistas do setor privado entendem que o objetivo do PNRS é o de somente resolver o problema do lixo, não o problema social. Outro debate instaurado

58%
dos catadores
contribuem para a Previdência

entre os diferentes setores envolvidos com o PNRS é definir se a atividade de catador é suficientemente digna a ponto de o Estado fomentá-la como profissão a ser regulamentada. Ou se não seria melhor qualificar os catadores para outras atividades.

POTENCIAL ECONÔMICO Pelo PNRS, gestão do lixo não será uma atividade essencialmente pública e estatal. Mas abre espaço para a sociedade civil e para os catadores. O que se busca nos foros de discussão sobre o problema é encontrar uma solução mista.

Por exemplo, em muitos locais no Brasil, a coleta de lixo é um contrato licitado por empresas privadas. A mesma coisa pode acontecer com a administração do aterro sanitário: vai ter o público e em muitos lugares haverá licitações para uma empresa privada gerir.

Enquanto isso não se resolver, o Brasil perde dinheiro e um meio ambiente saudável. A prova disso está no resultado da pesquisa *Pagamento por Serviços Ambientais Urbanos para Gestão de Resíduos Sólidos*, publicada pelo **Ipea** em 2010, que considerou apenas cinco elementos presentes no lixo factíveis de reciclagem – alumínio, aço, vidro, celulose e plástico.

A pesquisa demonstra que o valor de R\$ 8 bilhões representa a estimativa dos benefícios potenciais da reciclagem para a sociedade brasileira. “Em outras palavras, se todo o resíduo reciclável que atualmente é disposto em aterros e lixões fosse encaminhado para a reciclagem, os benefícios gerados seriam da ordem de R\$ 8 bilhões para a sociedade”, registra o estudo. **ii**



Dreamstime

Impactos profundos

Estudo sobre a relação entre saúde e mudanças climáticas revela um Brasil muito vulnerável ao aquecimento global, com a tendência ao aumento significativo de mortes por doenças respiratórias, tropicais e câncer de pele em nossa população

Washington Sidney



Tsunamis, terremotos, tornados, enchentes, secas, ondas de calor e de frio capazes de ceifar vidas em profusão, como aconteceu na Europa, em 2003. Se tudo isso não bastasse, um agravante: o aumento significativo de casos de doenças, como as respiratórias, o câncer de pele e até as tropicais, como a malária e a leptospirose. Esse quadro pode se assemelhar ao do apocalipse bíblico, mas corresponde a uma realidade prevista insistentemente por cientistas e ambientalistas de várias partes do mundo: o impacto das mudanças climáticas sobre a vida e a saúde das pessoas e do planeta.

O tema tem sido objeto de preocupação de várias instituições mundiais, como a OMS (Organização Mundial de Saúde), a OPAS (Organização Pan-Americana

de Saúde) e a Cruz Vermelha. A verdade é que, em vez de promover o conforto e o bem-estar, a intervenção humana na natureza, em nome do progresso, está comprometendo gradativa e irreversivelmente a qualidade de vida da humanidade, sujeitando-a a uma série de enfermidades e mortes precoces. O Brasil, apesar de seus recursos naturais, será uma das grandes vítimas dessa tragédia anunciada.

Estudo feito pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), em abril deste ano, tendo como referência as previsões dos modelos climatológicos para o comportamento da temperatura e das chuvas no Brasil até o ano de 2100, traça um quadro desanimador. O resultado do trabalho, sustentado nos modelos baseados nos cenários de emissões de gases de efeito estufa

apresentados no 4º Relatório de Avaliação do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas, é preocupante: “O país possui alto grau de vulnerabilidade aos impactos das mudanças climáticas sobre a saúde, dadas suas características geográficas, seu território de tamanho continental, seu perfil climático, sua grande população e seus problemas estruturais e sociais”, alerta José Féres, um dos pesquisadores responsáveis pelo trabalho. Além disso, segundo ele, “a persistência de doenças infecciosas endêmicas sensíveis a mudanças no clima, como leptospirose, malária, dengue, contribui para intensificar a vulnerabilidade do país, e ainda mais com problemas decorrentes de um sistema de saúde pública deficiente”.

As simulações apresentadas pelo estudo sugerem que as mudanças climáticas podem afetar as taxas de mortalidade no Brasil. Os impactos são bastante diferenciados, segundo a faixa etária e a região geográfica. O grupo etário mais vulnerável é o das crianças com menos de um ano de idade. Esta maior vulnerabilidade decorre do fato de as mudanças climáticas provocarem um aumento da incidência de doenças infecciosas, parasitárias e do aparelho respiratório.

“Estas doenças estão entre as principais causas de mortalidade de crianças de zero a um ano. A taxa de mortalidade entre os idosos também aumentaria em virtude do aumento da incidência de doenças ligadas aos aparelhos respiratório e circulatório. Os maiores aumentos da taxa de mortalidade seriam registrados na Região Norte. Já na Região Sul, o aquecimento global tornaria os invernos menos rigorosos, reduzindo as taxas de mortalidade”, observa o pesquisador.

Divulgação

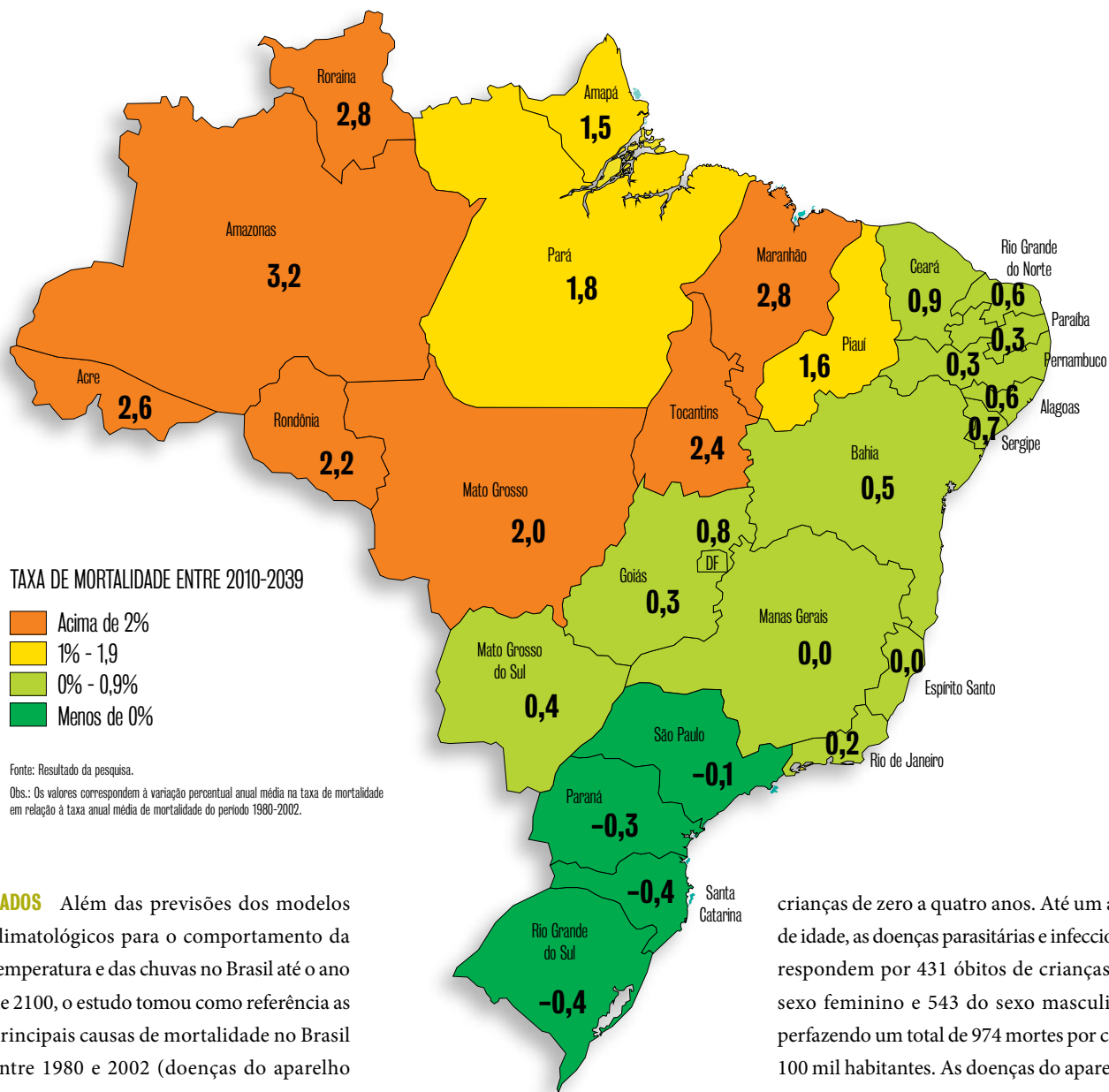


“O país possui alto grau de vulnerabilidade aos impactos das mudanças climáticas sobre a saúde, dadas suas características geográficas, seu território de tamanho continental, sua grande população e seus problemas estruturais e sociais”

José Féres, pesquisador do Ipea, um dos responsáveis pelo trabalho

MAPA Estimativa do impacto das mudanças climáticas sobre a taxa de mortalidade no Brasil

As mudanças previstas na temperatura devem levar a um aumento da taxa de mortalidade em quase todo o país, com exceção dos estados do Sul e de São Paulo



DADOS Além das previsões dos modelos climatológicos para o comportamento da temperatura e das chuvas no Brasil até o ano de 2100, o estudo tomou como referência as principais causas de mortalidade no Brasil entre 1980 e 2002 (doenças do aparelho circulatório, causas externas, neoplasmas, as doenças do aparelho respiratório e as infecciosas e parasitárias, por ordem de importância). Estas cinco causas responderam por 62,1% e 64,1% das mortes de mulheres e homens, respectivamente, como se pode observar na tabela 1 (mortes por 100 mil habitantes conforme a causa, o sexo e a faixa etária).

As doenças infecciosas, parasitárias e do aparelho respiratório estão entre as principais causas de mortalidade para as

crianças de zero a quatro anos. Até um ano de idade, as doenças parasitárias e infecciosas respondem por 431 óbitos de crianças do sexo feminino e 543 do sexo masculino, perfazendo um total de 974 mortes por cada 100 mil habitantes. As doenças do aparelho circulatório, por sua vez, começam a ganhar destaque entre as causas de morte a partir do grupo de 25-34 anos de idade. A partir da faixa etária de 45-54, ela é a principal causa de morte, tanto para mulheres como para homens.

A partir dos 75 anos, as doenças do aparelho circulatório ocupam o posto de principal causa de morte no Brasil (7.134,4 pessoas em cada grupo de 100 mil habitantes, das quais 3.471,4 do sexo feminino e 3.663 do sexo masculino). Essas doenças

974
mortes

de crianças até um ano de idade, a cada 100 mil habitantes, causadas por doenças parasitárias e infecciosas, entre 1980 e 2002

TABELA 1 Taxa de mortalidade anual média (por 100 mil habitantes) por causa de morte, sexo e faixa etária (1980–2002)

O grupo mais vulnerável é o das crianças com menos de um ano de idade. Isso decorre do fato de as mudanças climáticas provocarem um aumento da incidência de doenças infecciosas, parasitárias e do aparelho respiratório, principais causas de mortalidade nessa faixa etária

Faixa etária	Todas as causas		Doenças infecciosas e parasitárias		Neoplasmas		Doenças do aparelho circulatório		Doenças do aparelho respiratório		Causas externas	
	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino
0-1	2.786,1	3.527,4	431,2	543,5	5,3	5,3	16,6	18,8	287,1	362,8	30,7	38,9
1-4	137,7	152,8	26,0	27,7	4,7	5,5	2,8	2,8	24,4	25,6	14,8	21,8
5-14	34,3	51,2	3,0	3,8	3,3	4,2	2,0	2,1	3,0	3,3	11,2	23,8
15-24	66,4	204,9	4,6	6,6	4,6	6,4	6,5	7,8	4,3	5,7	22,9	149,5
25-34	115,2	329,0	10,1	20,2	12,9	10,9	19,5	26,6	7,2	12,0	23,5	182,7
35-44	228,8	503,7	14,6	34,7	42,4	33,4	61,2	92,7	12,9	24,5	23,8	159,9
45-54	492,8	936,5	23,2	51,9	109,0	120,7	165,4	277,5	27,7	51,7	26,0	145,3
55-64	1.054,8	1.849,6	38,7	74,9	212,6	310,1	397,2	678,0	71,4	134,1	30,3	133,8
65-74	2.473,9	3.776,1	71,0	114,2	371,2	591,4	1.023,0	1.479,1	199,8	367,6	48,2	136,5
75 ou +	8.103,4	9.629,6	178,6	223,0	649,9	1.010,0	3.471,4	3.663,4	860,5	1.182,9	133,4	217,0
Todas	477,3	690,6	27,8	41,1	54,7	66,7	145,7	170,7	42,9	58,0	23,8	114,1

Fonte: Datasus (2010). Elaboração dos autores

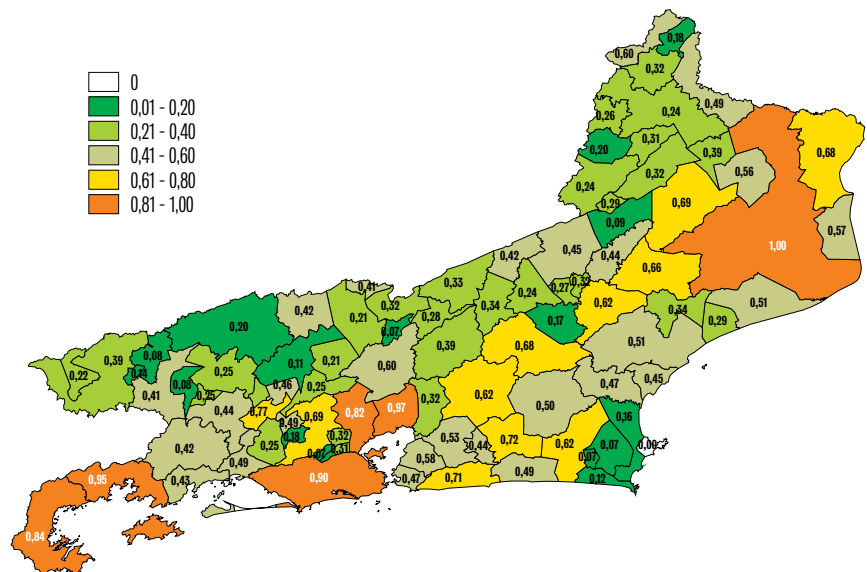
também respondem por um elevado número de óbitos entre as crianças de até um ano de idade (362,8 do sexo masculino e 287,1 do sexo feminino, perfazendo um total de 649,9 mortes a cada 100 mil habitantes).

A tabela 2, por sua vez, mostra que a relação entre temperatura e mortalidade é mais evidente nas equações de mortalidade por doenças do aparelho circulatório e por todas as causas de morte. Os dados indicam que, estatisticamente, a relação mais clara entre temperatura e mortalidade se dá para as mortes relacionadas a problemas do aparelho circulatório. Os resultados do estudo sugerem que a perda de bem-estar relacionada à saúde poderá chegar a 4,7% do PIB (Produto Interno Bruto).

Outro dado relevante deste trabalho refere-se ao aumento do consumo residencial anual de energia que, devido ao

MAPA Índice de Vulnerabilidade Geral (IVG) – Rio de Janeiro

No Estado do Rio, a pesquisa chegou a detalhar o impacto das mudanças climáticas por município. O mais vulnerável é Campos, no norte, com índice 1,0; enquanto Cabo Frio e Búzios têm índices próximos a zero



Fonte: Malha estadual de municípios - IBGE

TABELA 2 Coeficientes estimados para o impacto da temperatura sobre a taxa de mortalidade, segundo as principais causas de morte.

Os dados indicam que, estatisticamente, a relação mais clara entre temperatura e mortalidade se dá para as mortes relacionadas a problemas do aparelho circulatório. A partir dos 75 anos, essas doenças ocupam o posto de principal causa de morte no Brasil

Variável	Infecciosas	Circulatório	Respiratório	Neoplasmas	Causas externas	Todas
TMEAN ¹	-0,168	3,589***	0,324	-0,410	0,236	5,225**
TMEAN ²	-0,261	2,345***	-0,011	0,262	-0,068	2,586*
TMEAN ³	-0,101	1,099***	0,154	0,059	0,027	0,823
TMEAN ⁵	0,278***	0,413*	-0,128	0,001	0,029	0,607
TMEAN ⁶	0,204	0,658*	-0,383**	0,060	0,323	1,854*
Constante	21,519***	144,504***	49,798***	60,379***	50,091***	514,619***
R2 within	0,108	0,095	0,098	0,138	0,062	0,157
R2 between	0,142	0,452	0,074	0,036	0,056	0,286
R2 overall	0,118	0,340	0,081	0,008	0,058	0,232
F	15,870***	13,800***	14,300***	20,980***	8,700***	24,500***

Fonte: Resultado da pesquisa.

Notas: *Significativo a 10%. **Significativo a 5%. ***Significativo a 1%. Obs.: TMEAN¹ = número de meses, por ano, com temperatura média abaixo de 15°C. TMEAN² = número de meses, por ano, com temperatura média entre 15°C e 18°C. TMEAN³ = número de meses, por ano, com temperatura média entre 18°C e 21°C. TMEAN⁵ = número de meses, por ano, com temperatura média entre 24°C e 27°C. TMEAN⁶ = número de meses, por ano, com temperatura média acima de 27°C.

uso de aparelhos que protegem a saúde dos efeitos danosos do clima, foi estimado em aproximadamente 6%. A previsão é de que o consumo residencial anual per capita de energia elétrica no Brasil venha a crescer de 17,8 kWh a 26,5 kWh entre 2070 e 2099.

MAIS EVIDÊNCIAS O próximo relatório do IPCC (Intergovernmental Panel on Climate Change), o quinto de uma série, a ser divulgado no ano que vem, reunirá ainda mais evidências dos impactos das mudanças climáticas sobre a saúde das pessoas. “São intensificações de problemas conhecidos, como chuvas e secas intensas. Não são problemas novos”, adianta o médico e pesquisador Ulisses Confalonieri, representante do Brasil no órgão intergovernamental.

Mais de mil cientistas de mais de 100 países participam do relatório a ser divulgado em 2014, dez dos quais são membros do comitê específico de saúde, entre eles Brasil, Estados Unidos, Inglaterra, Japão e China. O novo relatório culpa os países mais desenvolvidos pela poluição do planeta e recomenda que

52

mil pessoas

morreram devido à enorme onda de calor na Europa em 2003

paguem mais por isso. “Esses países podem sofrer impactos graves, tanto quanto os outros. Lembre-se do furacão Katrina, em Nova Orleans (2005), nos Estados Unidos, e da onda de calor que matou 52 mil pessoas na Europa em 2003”, adverte Confalonieri.

MAPA DA VULNERABILIDADE No Rio de Janeiro, as alterações climáticas podem ser observadas, dentre outros aspectos, na elevação da ocorrência de catástrofes naturais, como as chuvas mais intensas, que provocam inundações e

alagamentos, além de problemas de saúde da população, como o aumento dos casos de dengue e leptospirose, e pelo número de mortes ocasionadas pela intensificação destas chuvas. Pesquisadores do Instituto Oswaldo Cruz (IOC/Fiocruz), em parceria com a Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca (Ensp/Fiocruz) e a Fiocruz-Minas, desenvolveram o Mapa de vulnerabilidade da população dos municípios do Estado do Rio de Janeiro frente às mudanças climáticas. A iniciativa tem como objetivo indicar a exposição dos municípios do estado às mudanças climáticas previstas para os próximos 30 anos.

O estudo, realizado pela Fiocruz, foi definido a partir do Índice de Vulnerabilidade Municipal (IVM) às mudanças do clima. “Este índice é resultado da agregação do Índice de Cenários Climáticos (ICC/RJ) e do Índice de Vulnerabilidade Geral (IVG), formados por componentes de saúde, ambiental e social, como o número de doenças infecciosas influenciadas pelo clima, as características de cobertura vegetal e da fauna, além do acesso a trabalho, habitação e renda”, explica a coordenadora-geral do

“Em relação aos demais municípios do estado, a população do Rio está entre as mais vulneráveis”

Martha Barata, pesquisadora em clima do Instituto Oswaldo Cruz

projeto, Martha Barata, pesquisadora em clima do IOC.

Os índices são apresentados em uma escala que varia de zero (0) a um (1), atribuídos aos municípios com menor ou maior vulnerabilidade, respectivamente. O índice de vulnerabilidade municipal classifica os municípios quanto ao grau de atenção que terá de ser dado frente às esperadas mudanças climáticas. Para o cenário climático mais pessimista, ou seja,



Amazônia sofrerá graves impactos até 2100

Estudo internacional publicado no início deste ano pela revista da Academia Americana de Ciências (PNAS) alerta que mais de 10% da população mundial poderá ser seriamente afetada em 2100 pelas consequências das mudanças climáticas. Foram identificados, na investigação científica, os principais locais afetados pelo aquecimento global a partir da medição de aspectos fundamentais da vida humana, como a cultura, o acesso à água, ecossistemas e a saúde. Quanto mais prejuízo nesses setores, maior o impacto das mudanças climáticas. Para traçar esse cenário, os cientistas levaram em conta a não redução das emissões de gases de efeito estufa e um aumento de temperatura 4 °C observado no período entre 1980 e 2010.

O sul da Amazônia, de acordo com o estudo, teria a maioria dos locais gravemente impactados. A previsão indica mudanças importantes nas condições de acesso à água potável e à agricultura, além de risco aos ecossistemas. A segunda região mais

afetada será o sul da Europa, devido a uma maior dificuldade de acesso a recursos hídricos e conseqüente prejuízo nas colheitas. Outros “pontos quentes” do mundo estariam na América Central e regiões tropicais da África e partes da Etiópia. Algumas partes do sul da Ásia também sofreriam pelos mesmos motivos.

Os dados foram levantados por uma equipe de cientistas do Instituto de Pesquisa sobre o Clima de Potsdam, na Alemanha, e publicados pela revista da Academia Americana de Ciências, a PNAS. O estudo é o primeiro a identificar pontos específicos do impacto da mudança climática baseando-se em simulações computacionais, tanto para as alterações do clima quanto para seus

impactos atuais. Segundo a pesquisa, os efeitos começarão a ser sentidos quando for registrado aumento da temperatura em 3°C em relação à média registrada entre 1980 e 2010.

10%
da população

mundial poderá ser seriamente afetada em 2100 em consequência das mudanças climáticas

com maiores emissões de gases de efeito estufa, foi identificado o conjunto de municípios da macrorregião metropolitana do Rio de Janeiro e o seu entorno como o mais suscetível aos impactos do clima.

“Em relação aos demais municípios do estado, a população do município do Rio está entre as mais vulneráveis. Isso acontece em face aos seus elevados índices de vulnerabilidade da saúde e do ambiente quando comparados aos dos demais municípios do Estado. A cidade de Niterói apresenta o menor índice de vulnerabilidade social. No entanto, o IVG é elevado em função da maior vulnerabilidade da saúde e do ambiente”, assinala a especialista.


O estudo aponta que os municípios de Magé e Campos dos Goytacazes também apresentam vulnerabilidade acima de 0,50, média estadual, para os três indicadores que compõem o IVG. Já o município de Nilópolis

Municípios como Angra dos Reis e Paraty, Petrópolis e Teresópolis destacam-se pela elevada vulnerabilidade ambiental

apresentou-se como o menos vulnerável na escala, seguido de São Pedro da Aldeia (localizado na macrorregião das baixadas litorâneas) e Volta Redonda (macrorregião sul-fluminense), que também apresentaram baixa vulnerabilidade para os três indicadores.

A especialista alerta que o baixo índice apresentado por determinados municípios não significa ausência de risco. “O fato de o município ter recebido valor zero (0) para o IVM indica que este índice é o menor dentre todos os municípios, assim como o valor um (1) não significa que o município seja o mais vulnerável, mas que há uma instabilidade

relativamente maior que os demais, devendo ser, portanto, objeto de atenção prioritária na implantação de políticas, planos e programas de adaptação à mudança climática”, afirma.

Municípios da macrorregião Costa Verde, como Angra dos Reis e Paraty, e da macrorregião serrana, como Petrópolis e Teresópolis, destacam-se pela elevada vulnerabilidade ambiental. “Estas macrorregiões devem estar atentas aos cuidados necessários para a proteção das florestas”, diz. Martha destaca a importância do estudo para a orientação de políticas públicas, a fim de apoiar as decisões estratégicas de adaptação aos efeitos projetados das mudanças do clima. “Este conjunto de informações permite a identificação desse *hotspot* metropolitano, mas os indicadores parciais também podem ser utilizados para a orientação de políticas setoriais, sejam de saúde, socioeconômicas ou de proteção ambiental”. 



Embratur

Salvem os manguezais

O Brasil abriga 10 mil km² de mangues e de matas em pontos onde a vida na terra se encontra com a do mar. A ocupação desordenada ao longo da costa tem provocado perda e fragmentação desses ecossistemas. Especialistas alertam para a degradação ambiental, as perdas sociais e trazem à tona a relevância desses habitat para a vida no planeta

Myrian Luiz Alves



O bairro de Guaratiba, no Rio de Janeiro, ainda de baixa densidade demográfica e com grandes áreas desocupadas que estão virando loteamentos urbanos, abriga canais de acesso para o oceano, apicuns e imensos manguezais

No passado, os manguezais eram associados a doenças como a febre amarela e a malária. Daí, de certa forma, decorre o desprezo e a antipatia com o ecossistema, apesar da importância para a economia e para a sobrevivência de espécies animais e vegetais. Ocorre que, como reza o ditado popular, por vezes Deus escreve certo por linhas tortas. A área escolhida para sediar o principal encontro da Jornada Mundial da Juventude com o papa Francisco, no bairro de Guaratiba, na cidade do Rio de Janeiro, batizada de Campo da Fé (*Campus Fidei*), foi completamente inundada momentos antes da chegada do pontífice, em fins de julho. O transtorno, no entanto, estava previsto desde abril deste ano, como mostra a ata de reunião do Conselho Municipal de Meio Ambiente, da prefeitura do Rio. Documento do Instituto Estadual de Meio Ambiente, por sua vez, alertara que duas áreas do loteamento onde seria instalado o Campo eram “frágeis e com a presença de mangue”.

O biólogo Mario Moscatelli também alertara a imprensa, no início de junho, que a área onde estava sendo construído o Campo da Fé era “reconhecidamente área de mangue e apicum, instável e sujeita a inundações”. Segundo ele, para tornar a área edificante, muito mais recursos teriam de ser aportados, “mas prejudicaria ainda mais a reserva biológica de Guaratiba”. Ainda de baixa densidade demográfica, o bairro de Guaratiba, localizado depois da Barra da Tijuca e do Recreio dos Bandeirantes, abrange canais de acesso e a barra para o oceano, com grandes áreas desocupadas, a maioria com vegetação rasteira, apicuns e imensos manguezais. O fato é que esse desastre ecológico acabou por chamar a atenção do grande público

A conservação nos 17 estados que abrigam manguezais

Do Amapá ao Rio Grande do Sul, todos eles estão com mais de 10% de seus manguezais protegidos. Mas grande parte dessa proteção tem baixa efetividade (Os números indicam áreas de mangues por m²)

	AL	AP	BA	CE	ES	MA	PA	PB
Área do ecossistema	5.763	177.525	84.312	16.661	7.948	490.128	288.436	12.570
Em UC prot. integral	-	137.137	891	470	405	4.817	-	14
Em UC uso sustentável	49	-	21.409	2	410	67.142	117.150	5.046
Apenas em APA	1.340	-	44.081	5.127	1.016	404.633	37.673	598
Total dentro de UCs	1.389	137.137	66.381	5.599	1.831	476.593	154.823	5.657
% protegido na UF	24,1%	77,2%	78,7%	33,6%	23,0%	97,2%	53,7%	45,0%

	PE	PI	PR	RJ	RN	RS	SC	SE	SP
Área do ecossistema	17.370	4.578	33.903	13.358	12.451	-	11.576	23.824	25.041
Em UC prot. integral	-	-	9.899	3.107	-	-	858	7	3.043
Em UC uso sustentável	2.574	460	94	-	510	-	697	21	3.933
Apenas em APA	3.381	3.314	17.131	4.284	1.523	-	3	9.674	5.772
Total dentro de UCs	5.956	3.774	27.125	7.391	2.033	0	1.558	9.703	12.748
% protegido na UF	34,3%	82,4%	80,0%	55,3%	16,3%	-	13,5%	40,7%	50,9%

Fonte: Panorama da Conservação dos Ecossistemas Costeiros e Marinhos no Brasil - MMA/SBF/GBA, 2010

para aquilo que há muito os ambientalistas vêm alertando: a relevância dos manguezais para a vida no planeta.

MAIORES DO MUNDO Dos 162 mil Km² de florestas de mangues do planeta, segundo a Organização Internacional de Madeiras Tropicais das Nações Unidas, o Brasil abriga 10 mil Km², 80% deles nas regiões Norte e Nordeste. Com 1,2 mil km de costa, a Bahia possui 800 km² de manguezais. As maiores extensões do ecossistema na costa brasileira, segundo o Ministério do Meio Ambiente, localizam-se entre a desembocadura do rio Oiapoque, no Amapá, e o Golfão Maranhense, formando uma barreira entre o

Dos 162 mil Km² de florestas de mangues do planeta, o Brasil abriga 10 mil Km², 80% deles nas regiões Norte e Nordeste. As maiores extensões localizam-se na foz do rio Oiapoque e no Golfão Maranhense

mar, os campos alagados e a terra firme. Do sudeste do Maranhão ao Espírito Santo, os manguezais, mais reduzidos, são associados a lagunas, baías e estuários. Entre o Pará e o Maranhão localiza-se a maior área de manguezais contínua do mundo.

O estudo *Panorama da Conservação dos Ecossistemas Costeiros e Marinhas*, de 2012, do Ministério do Meio Ambiente, mostra como a ocupação desordenada ao longo da costa brasileira vem causando perda e fragmentação desses habitat. As principais causas apontadas são a conversão das áreas para a criação de camarões em cativeiro, a carcinicultura, ocupações humanas e as destinadas ao turismo, alvos de sucessivas denúncias encaminhadas ao poder público, incluindo o Ibama. O estudo alerta não somente para a degradação ambiental, mas também para as perdas sociais e econômicas.

O problema tem origem na formação do Estado brasileiro. A cidade paulista de Santos, por exemplo, nascida com um porto, expandiu-se sobre um gigantesco manguezal que foi sendo aterrado ou drenado, por completo, para dar lugar ao progresso. A cidade do Rio de Janeiro, por sua vez, espalhou-se sobre a Baía da Guanabara, os manguezais foram progressivamente aterrados para a expansão da cidade ou sendo usados como lixões. Em 500 anos de ocupação, 60% dos manguezais da baía desapareceram. Assim, dependendo da cidade, por causa dos aterros, lixões, esgoto doméstico, poluição por detritos químicos ou derramamento de petróleo – e, ainda, a especulação imobiliária e a atual febre da carcinicultura – calcula-se que 25% dos manguezais brasileiros foram destruídos.

LEI FLORESTAL O Ministério do Meio Ambiente e o Instituto Chico Mendes mantêm o Projeto de Conservação Efetiva e Uso Sustentável dos Manguezais no Brasil em Áreas Protegidas (GEF-Mangue), que já apresentou diagnóstico dos impactos da produção de camarão nos manguezais. Coordenado pelo Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Sociobiodiversidade Associada a Povos e Comunidades Tradicionais (CNPT-ICMBio), o projeto tem espaço institucional com representação governamental e da sociedade: a Comissão Técnica sobre Manguezais (CT

Olho Verde dos mangues cariocas

Mestre em Ecologia com concentração na área de gerenciamento costeiro e recuperação desses ecossistemas, Mario Moscatelli é presença constante nos periódicos do Brasil e do exterior. Com o projeto de monitoramento ambiental aéreo Olho Verde, ele sobrevoa uma vez por mês a Região Metropolitana do Rio de Janeiro, denunciando pela mídia os problemas ambientais observados. Ele lembra que, até o final da década de 1980, de nada adiantaram a Lei Federal de 1965 e dispositivos estaduais e municipais criados para proteger o habitat.

Durante seu trabalho na Baía de Ilha Grande, em Angra dos Reis (RJ), de 1989 a 1991, presenciou que o estrago era autorizado por quem deveria proteger os manguezais. Naquele período, como chefe de Controle Ambiental da cidade, além das denúncias por ele encaminhadas ao Ministério Público, anulou todas as licenças ambientais emitidas em favor de loteamentos e marinas de luxo sobre manguezais. Após quatro ameaças de morte e uma fuga de 45 dias do país, foi literalmente expulso da cidade. Estima-se que dois mil hectares

de manguezais foram degradados com o aval do poder público. Naturalmente e de forma induzida, recuperou aproximadamente 100 hectares de mangues na região de Angra dos Reis.

“Aos trancos e barrancos, recuperamos algumas áreas de mangue”, observa, referindo-se ao Sistema Lagunar de Jacarepaguá, Lagoa Rodrigo de Freitas, entorno do Aterro Metropolitano do Jardim Gramacho, na foz do rio São João de Meriti, no canal do Fundão, onde criou, para a Secretaria de Estado do Ambiente, 170 mil m² de novos mangues na Ilha do Fundão.

170
mil m² de

novos mangues foram criados na Ilha do Fundão, na foz do rio São João de Meriti

Divulgação



“Aos trancos e barrancos, recuperamos áreas de mangue”

Mario Moscatelli,
biólogo e mestre em Ecologia



Com a desculpa de receber os peregrinos no Campo da Fé durante a visita do papa Francisco, empresários do setor imobiliário queriam que governo do Rio drenasse quatro canais em Guaratiba, o que acabaria por destruir 48 km de mangues e 144 mil m² da Reserva Biológica local. O desastre ambiental não chegou a ser efetivado

sobre Manguezais), criada pela Portaria 185 do MMA, de 31 de maio de 2011, no âmbito do Comitê Nacional de Zonas Úmidas.

“É preciso entender o ecossistema como ele realmente se apresenta, plástico, resiliente e flexível”, diz a professora Flávia Rebelo Mochel, representante das universidades na Comissão Técnica sobre Manguezais. Na discussão do novo Código Florestal, em 2011, liberou-se parte do manguezal para a criação de crustáceos e para salinas. Na região amazônica, pode ser explorado economicamente em até 10% da área total do manguezal. Nas demais regiões, permitiu-se a exploração de 35%, com exceção das ocupações já consolidadas.

Para Flávia, a decisão seria um equívoco. “Não há apenas *um* manguezal, como não há apenas *um* tipo de floresta nesse imenso território”, diz. Ela explica que, se no Sul e Sudeste o apicim é encontrado na interface entre a terra firme e o manguezal, no Norte, em boa parte, ele aparece no meio do mangue. Professora do Departamento de

15%
do total

mundial dos manguezais encontram-se
no Brasil, aproximadamente

Oceanografia e Limnologia da Universidade Federal do Maranhão, ela também é a representante da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) no Conselho Deliberativo do Fundo Nacional de Meio Ambiente (FNMA).

Carioca, há 25 anos radicada no Maranhão por querer trabalhar nos maiores manguezais do mundo, Flávia adquire conceitos sobre o habitat principalmente na vivência com os que sobrevivem secularmente do meio: “A academia do mangue nunca foi fechada.

Não é possível o conhecimento somente de laboratório. Os pesquisadores estão em campo, interagindo, dialogando com marisqueiros, quilombolas, mulheres”. Ela conta: “Quando observamos algo diferente, perguntamos a eles: vocês sabem se isso estava aqui há 20, 50 anos?”

Um dos pontos críticos que hoje mais ameaçam os manguezais é o uso de grandes áreas para a aquicultura, geralmente de apenas uma espécie, como acontece com a carcinicultura, que utiliza um bem público para aproveitamento privado. E é esse tipo de “privatização” o maior provocador de conflitos, incluindo o armado, como os deflagrados no Rio Grande do Norte, Ceará e Piauí. O objetivo da comissão técnica é apresentar subsídios ao Programa Nacional para a Conservação dos Manguezais, também chamado Plano de Ação Nacional (PAN) Manguezal. Apesar do prazo de dois anos – prorrogáveis – para o funcionamento do colegiado, até meados de setembro ainda não havia ocorrido uma reunião prevista para abril deste ano.

RELEVÂNCIA ECOLÓGICA Técnica de Planejamento e Pesquisa do **Ipea**, Maria Bernadete Sarmiento Gutierrez ressalta que, dada a importância do ecossistema na manutenção de um equilíbrio ecológico, com destaque para a vida marinha e seus desdobramentos na cadeia alimentar, é certo que sua preservação deveria ser tratada de forma compatível com sua relevância ecológica.

Ela lembra que aproximadamente 15% do total mundial dos manguezais encontram-se no Brasil e que esse ambiente tem sofrido alterações significativas, principalmente pela ocupação urbana sem o devido cuidado com a sua preservação. “A utilização dos manguezais deve ocorrer de forma sustentável, evitando-se a sobrepesca, por exemplo”, alerta. Portanto, diz, além de controlar a ocupação urbana neste ecossistema, torna-se também de primordial importância a educação ambiental para que sua utilização ocorra de forma sustentável e não predatória, com atividades num nível adequado que permitam a manutenção das suas funções ecológicas.

Neste ecossistema, torna-se também de primordial importância a educação ambiental para que sua utilização ocorra de forma sustentável e não predatória

Maria Bernadete observa que o *Mapa dos biomas do Brasil: primeira aproximação* (IBGE, 2004) não incluiu os manguezais como um bioma com identidade própria, mas sim como parte de outros biomas. “Trata-se, sem dúvida, de uma limitação que deverá ser superada no futuro, com a produção de melhores estatísticas”, diz. Ela também entende que a evolução do Código Florestal, numa segunda fase, deverá incluir a discussão de forma clara e consistente com a realidade brasileira. **ii**

“A utilização dos manguezais deve ocorrer de forma sustentável, evitando-se a sobrepesca, por exemplo”

Maria Bernadete Sarmiento Gutierrez, técnica do **Ipea**



Thiago Rodrigues Cavalcanti

A riqueza dos nutrientes nas gamboas

Os manguezais encontram-se, em sua maioria, nas regiões costeiras tropicais e subtropicais do planeta. Formam-se junto a desembocaduras dos rios e em litorais protegidos da ação direta do mar. Também podem adentrar quilômetros no continente, com as águas dos rios misturando-se com o mar, como ocorre em Belém e no estado de São Paulo. Os canais que permitem a troca de água doce e salgada são chamados gamboas. Considerado berçário de variadas espécies animais e vegetais, o solo dos manguezais é rico em nutrientes e matéria orgânica.

A temperatura determina a altura das árvores dessa floresta. No Norte do

país, mais próximo do Equador, podem alcançar 30 metros, enquanto na região Sul, apenas um. Originárias do Oceano Índico, as plantas típicas de mangue se reproduzem por propágulos que germinam ainda ligados à árvore-mãe. Ao tornarem-se maduros, deslocam-se e formam uma nova planta.

Composto por apenas três tipos de árvores – *Rhizophora mangle* (mangue-bravo ou vermelho), *Avicena schaueriana* (mangue-seriba ou seriúba) e *Laguncularia racemosa* (mangue-branco) –, o mangue sofre ação predatória também por parte do setor de turismo, na construção de resorts, e urbanização.



Flor do mangue (*Rhizophora mangle*): bioma de matéria orgânica



Cooperação e conflito por águas transfronteiras na América Latina

Países vizinhos podem entrar em conflito pelo acesso e uso da água. Ainda mais quando existe uma grande assimetria entre eles, gerada por fatores militares, históricos, sociais, econômicos, políticos e ambientais. No passado recente, alguns países da América Latina enfrentaram problemas que podem levar, caso não sejam bem administrados politicamente, à instabilidade regional.

Faixas fronteiriças que envolvem México e os Estados Unidos, a Argentina e o Uruguai, os países amazônicos, os que estão na Bacia do Prata e sobre o Sistema Aquífero Guarani – SAG – são muito relevantes por abrigarem importantes reservas hídricas que, em um cenário de escassez relativa, tornam a água um recurso estratégico. Além do uso para abastecimento humano e produção agrícola e industrial, a água tem outros destinos, como a geração de energia e o transporte, que acabam muitas vezes tornando-se o principal foco de tensão pela água entre países na América Latina.

Conflito é uma relação entre grupos e indivíduos, mediada pela visão diferente sobre o uso de um recurso natural. Portanto, ele não necessita avançar para uma guerra para ganhar visibilidade. O conflito se expressa por meio de declarações ríspidas de autoridades técnicas e políticas, por tensões entre chefes de Estado em reuniões multilaterais, por pressão de movimentos sociais que levam à revisão de projetos, por intenção de alterar contratos que estabelecem o pagamento pelo

uso da água, dentre outras formas. Todas essas ações podem desencadear instabilidade regional, mas dificilmente levariam a uma guerra por água na América Latina, já que ela degradaria as fontes hídricas, que facilmente podem se contaminar em caso de conflito armado.


A cooperação internacional é uma ação entre países em busca de interesses comuns. Essa convergência deve pautar-se pelo domínio técnico e político que sustente acordos políticos, técnicos e acadêmicos. Entretanto, ela não ocorre facilmente. A dificuldade para a cooperação resulta de várias causas, como o conflito Norte-Sul, que apesar da recente crise que alterou o cenário internacional ainda mantém apartados países ricos, pobres e emergentes, pelo interesse dos estados em manter sua soberania e pela falta de incentivos para a negociação entre estados.

O recente conflito entre Argentina e Uruguai, decorrente da instalação de uma fábrica de papel no último país às margens do rio Uruguai, confirma que as tensões ainda pairam no ar. Infelizmente, a solução desse problema foi tomada muito além da América do Sul, em 2010, na Corte Internacional de Justiça em Haia, nos Países Baixos, resultado também da falta de instrumentos de solução de controvérsias regionais.

Do mesmo modo, ocorrem problemas pelo uso da água na Amazônia. Contrariando o mito do vazio demográfico, encontram-se na Bacia Amazônica diversos grupos

sociais, muitos organizados, que geram pressão política sobre governos nacionais e estaduais, afetando projetos políticos de seus mandatários. Também é digna de nota a visibilidade que adquirem junto à opinião pública internacional, o que pode repercutir em processos sociais e políticos aplicados na região.

Apesar dessas dificuldades, vislumbram-se perspectivas de cooperação. O caso do SAG parece apontar nessa direção. Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai estabeleceram um acordo de cooperação que regula as relações quanto ao uso da água subterrânea antes que uma situação de tensão apareça. Espera-se que ele sustente ações de cooperação ainda mais intensas entre esses países.

Na América Latina, os conflitos entre países não ocorrem pela falta de água. Eles surgem pelo uso da água, que muitas vezes não atende interesses locais. O caso do SAG pode ser um caminho a ser empregado nas demais faixas de fronteiras latino-americanas em relação ao acesso e uso de água. É melhor prevenir conflitos e criar normas de convivência do que ter que resolvê-los depois que estão em curso. Apesar de existirem órgãos multilaterais regionais, eles possuem pequena institucionalização e não conseguem absorver as discussões. Fortalecer tais instrumentos é outra medida necessária. 

Wagner Costa Ribeiro é professor titular dos programas de Pós-Graduação em Geografia Humana e em Ciência Ambiental da Universidade de São Paulo, pesquisador do CNPq e coordenador do Grupo de Trabalho 4, Águas Transfronteiras, da rede Waterlat (www.waterlat.org).

Maria da Penha



João Cláudio Garcia

“A vida começa quando a violência termina”

Há 30 anos Maria da Penha empreende uma campanha feroz contra a violência doméstica. Em homenagem à sua luta, sete anos atrás foi promulgada uma lei de proteção às mulheres batizada com seu nome. Desde então, mais de 450 mil mulheres agredidas encontraram forças para denunciar seus algozes

Gláudia Guerreiro

Ela ficou paraplégica em decorrência das agressões do ex-marido. Esse fato ocorreu em 1983. Sangrou muito, levantou as partes do corpo que lhe foram possíveis – peito e cabeça eretos – criou coragem e, desde então, deslocando-se numa cadeira de rodas, foi à luta por justiça para todas as mulheres vítimas de violência de seus maridos e companheiros no país. Sua história pessoal acabou por inspirar uma lei federal de proteção às mulheres contra a violência doméstica: a Lei Maria da Penha. Aos 68 anos, essa senhora continua inspirando.

Afinal, a Lei 11.340, promulgada em 2006, deu força para que mulheres agredidas passassem a acreditar mais nas instituições e a denunciar seus algozes. Desde sua entrada

em vigor, foram registrados cerca de 450 mil processos contra agressores, ou mais de 60 mil ocorrências anuais, de acordo com a Secretaria de Política para as Mulheres da Presidência da República. De cada quatro casos, três referem-se a homens agredindo suas companheiras na frente dos filhos. As agressões estão presentes em todas as classes sociais, etnias, culturas e credos.

“As mulheres começaram a acreditar nas instituições e a denunciar mais”, festeja Maria da Penha. Para ela, contudo, a luta continua. Em 2009, criou o Instituto Maria da Penha com o objetivo de divulgar o Projeto Defensores e Defensoras do Direito à Cidadania.

“O projeto explica a origem e a razão da violência familiar e contra as mulheres às

comunidades, empresas e redes de atendimento à Lei Maria da Penha, compostas por psicólogos, advogados e assistentes sociais”, esclarece a fundadora.

A luta pela emancipação feminina é tão longa quanto dolorosa. Assume diversas frentes e conta com algumas batalhas já vencidas, como a livre escolha afetiva e o divórcio, a igualdade no trabalho e o direito ao voto. Entretanto, muitas outras questões ainda estão por se resolver. No Brasil, o maior desafio neste início de Século XXI é o combate à violência doméstica. Nesse contexto, a Lei Maria da Penha constitui um dos capítulos mais relevantes dessa história. Por isso torna-se tão importante conhecer a história da mulher-símbolo que a inspirou.

DO AMOR À TRAGÉDIA Maria da Penha Maia Fernandes nasceu em Fortaleza, no Ceará, em 1945. É farmacêutica bioquímica. Conheceu seu ex-marido e agressor em meados dos anos 1970, por intermédio de amigos em comum, quando fazia mestrado na USP. Marco Herédia, colombiano, era bolsista na mesma universidade. Namoraram e casaram. Nos primeiros anos de relacionamento, a vida em comum era ótima. Tiveram três filhas. Ele naturalizou-se brasileiro. E então as coisas começaram a mudar.

De amigo e companheiro, Marco tornou-se agressivo com a esposa e as crianças, à época com idades entre dezoito meses e seis anos. Sem entender o que acontecia, ela não sabia o que fazer para mudar a situação. Tampouco tinha condições de enfrentar as brutais violências físicas e psicológicas. Marco praticava halterofilismo e era extremamente forte e imprevisível. Ela tentou por diversas vezes conversar com ele para saber o que estava acontecendo, sugerindo, inclusive, que se separassem. O ex-marido, entretanto, não apenas recusava essa possibilidade como se tornava ainda mais violento.

Certa noite, no final de maio de 1983, após um dia relativamente tranquilo passado com Marco e suas filhas, Maria da Penha foi acordada com um forte estampido

Na época, as delegacias de mulheres ainda não existiam e as brigas de marido e mulher eram vistas com certo desdém pela sociedade. A maioria comungava com a máxima “em briga de marido e mulher, ninguém mete a colher”. Para completar, aquelas que ousavam se separar eram vistas de maneira preconceituosa, enquanto assassinos confessos de suas mulheres, como Doca Street e Lindomar Castilho, eram absolvidos pela Justiça sob a argumentação de estarem agindo em “legítima defesa da honra”. Isso a impedia de tomar uma ação.

Certa noite, no fim de maio de 1983, após um dia relativamente tranquilo passado

com Marco e suas filhas, Maria da Penha foi acordada com um forte estampido. Sem entender o que tinha acontecido, seu primeiro pensamento foi: “O Marco me matou!”. Ao tentar se mexer, não conseguiu. A bala atingiu sua coluna. Socorrida pelos vizinhos, Maria da Penha passou quatro meses internada, lutando pela vida.

À polícia, Marco contou que tinha havido um assalto em casa, que lutara com quatro assaltantes e estes haviam tentado enforcá-lo. Ao voltar para casa, no início de outubro, Maria da Penha vivia uma nova realidade: estava paraplégica. A situação tornou-se, então, ainda mais dramática. Com sua mobilidade comprometida e extremamente debilitada, foi mantida em cárcere privado por Marco, que não deixava ninguém visitá-la ou fazer contato com ela. Sua angústia tornou-se insuportável: via as filhas, indefesas, à mercê das agressões do pai, assim como ela própria, sem poder fazer mais nada naquele momento.

Neste ínterim, sua família procurava por todos os meios possíveis obter uma separação de corpos – medida cautelar usada para prevenir os efeitos extremos de um casal em processo de separação, garantindo o afastamento de um dos cônjuges da morada do casal sem configurar abandono de lar. Essa medida, muito necessária no caso de Maria da Penha, tinha à época importância ainda maior, pois sem ela a parte que saísse de casa – ainda que vivesse uma situação insustentável – era acusada de abandono de lar.

Quinze dias após seu retorno, em meio a intenso sofrimento físico e psicológico, Maria da Penha sofreu nova tentativa de assassinato. Marco danificou um chuveiro elétrico da casa para que entrasse em curto quando ela o abrisse. Dessa vez, a babá das meninas a salvou. Já com o alvará em mãos,



Diplomação das alunas do Curso Defensores e Defensoras do Direito à Cidadania do Instituto Maria da Penha



Maria da Penha: autografando o livro que lhe deu notoriedade

ainda teve de esperar alguns dias, até que seu algoz viajasse, para sair de casa em segurança.

Com um advogado a apoiá-la e a polícia tomando conta do caso (quando ficou provado que Marco Herédia havia simulado o assalto para atentar contra a vida da mulher), Maria da Penha esperou oito anos para que acontecesse o primeiro julgamento de seu ex-marido, findo o qual saiu em liberdade, apesar de todas as provas o apontarem como autor dos crimes.

DO LIVRO À LEI Desesperada e sem saber o que fazer, Maria da Penha decidiu escrever um livro, *Sobrevivi, posso contar* (publicado em 1994 e reeditado em 2010 pelo Armazém da Cultura), onde narrou toda a sua história, mostrando os pontos falhos da justiça e do processo. Procurada por grupos de direitos humanos, foi convidada a denunciar o Brasil na Organização dos Estados Americanos (OEA). Signatário de tratados acerca dos direitos das

Desesperada, Maria da Penha decidiu escrever um livro, Sobrevivi, posso contar, onde narrou toda a sua história, mostrando os pontos falhos do processo. Então, foi convidada a denunciar o Brasil na OEA

mulheres, o país havia se comprometido a reduzir a impunidade dos agressores, sem, no entanto, cumprir o papel assumido nessas convenções.

Após as pressões externas, o Brasil foi obrigado a adaptar sua legislação de modo a atender às exigências da OEA. Assim, surgiu a lei 11.340, de 7 de agosto de 2006, batizada de Maria da Penha em homenagem a essa mulher. A Constituição de 1988 já garantia a igualdade entre homens e mulheres, especificamente no âmbito familiar. A Lei Maria da Penha avançou ao vedar e prevenir a violência doméstica e

familiar de forma explícita, protegendo a mulher contra os maus-tratos praticados por homens com os quais ela tenha tido relações maritais ou de afetividade.

“Por ser estigmatizante, as vítimas preferiam ocultar os abusos sofridos e somente uma parcela pequena tinha a coragem de denunciar o marido ou companheiro”, explica a ministra do Supremo Tribunal Militar, Elizabeth Rocha. “A Lei Maria da Penha buscou romper com o véu da vergonha e mostrar que os agressores devem responder, penal e civilmente, pelas suas condutas.

A lei também protege a mulher contra a violência em caso de relações estáveis ou afetivas entre pessoas do mesmo sexo, estabelecendo uma evolução legal do conceito de família e de relação íntima de afeto. Vale lembrar que essa tutela legal sobre as relações homoafetivas ocorreu antes mesmo de o Supremo Tribunal Federal reconhecer o casamento entre pessoas do mesmo sexo, em 2011. Protege igualmente a mulher da violência de todas as pessoas com as quais convive na intimidade, como pai, mãe, irmão, cunhado, filhos ou netos. Outra inovação significativa foi dispor sobre a prisão preventiva do agressor.

“Não restam dúvidas acerca do papel fundamental da Lei Maria da Penha para alterar o tratamento dado à mulher vítima de violência doméstica, garantindo punição mais severa aos agressores”, avalia a ministra Elizabeth Rocha. “A luta agora é buscar a mudança de mentalidades”.

AGORA, A IMPLEMENTAÇÃO Sete anos depois de promulgada, a lei ainda encontra-se em fase de implantação. Esta etapa não tem sido mais fácil do que as anteriores. Um dos grandes entraves é a morosidade da Justiça



No Planalto, com o então presidente Lula: viagens pelo Brasil para divulgar o instituto que administra com as filhas

brasileira e um Código Penal que possibilita uma sucessão de chicanas protelatórias.

O ex-marido Marco Antônio Heredia, por exemplo, foi duas vezes a julgamento, recorrendo da condenação para conseguir permanecer em liberdade. Somente 19 anos e meio depois de haver cometido seus crimes, quando faltavam seis meses para a sua prescrição, ele foi de fato encarcerado. Sua pena foi de dois anos de reclusão – enquanto sua vítima terá de passar o resto da vida aprisionada a uma cadeira de rodas.

Para Maria da Penha, a lei só trouxe coisas boas. Ela ressalta sua fundamental contribuição para a prevenção e proteção da mulher em relação à violência doméstica. Destaca, porém, que políticas de prevenção, como a educação em questões de gênero, façam toda a diferença na redução dos casos

de violência familiar. Por essa razão, decidiu criar um instituto para prosseguir com a luta.

Uma das consequências da lei é que gerou um aumento no número de registros de casos de violência doméstica. Trata-se de uma boa nova. Especialistas no tema avaliam que, efetivamente, há uma quantidade maior de denúncias por parte das mulheres. Isso se verifica em virtude de uma maior visibilidade dada à violência doméstica e, sobretudo, um maior acesso das vítimas ao sistema judicial. Esta postura, entretanto, tem ocorrido de forma mais evidente nos grandes municípios e capitais. Nas cidades menores, a realidade ainda é outra.


“Isto acontece por falta de apoio dos gestores públicos, que não se interessam em desenvolver políticas públicas eficientes para combater o problema”, explica Maria da Penha.

A questão, dada a sua complexidade, não se resolve apenas com a criação de mais delegacias de proteção à mulher. A Lei Maria da Penha autorizou a criação de Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, de competência cível e criminal.

“Juizados, Centros de Referência da Mulher e casas-abrigo são essenciais para a orientação, o esclarecimento e o acompanhamento, além da execução de medidas para a salvaguarda das vítimas”, completa Maria da Penha.

A lei também estabeleceu uma série de pequenas regalias às mulheres que, em seu conjunto, podem fazer a diferença. Entre elas, a realização dos atos processuais no horário noturno e a competência jurisdicional conforme opção da vítima, podendo ser o local do domicílio, a residência, o lugar do fato ou do domicílio do agressor. Os juízes, por sua vez, deixaram de sentenciar os agressores com penas banais, que se convertiam em multa ou pagamento de cestas básicas.

Hoje, dedicada ao Instituto Maria da Penha, que administra com o apoio das três filhas, ela viaja pelo Brasil inteiro com uma agenda cheia de vários compromissos: palestras, participação em campanhas contra a violência como convidada e apoiadora de órgãos governamentais na estruturação, orientação e divulgação de políticas e projetos públicos que beneficiem mulheres vítimas da violência doméstica que surgem por todo o país.

Como gosta de dizer, sua vida é o seu instituto e esta só tem sentido a partir da sua luta. Em outras palavras, Maria da Penha tornou-se um farol para as brasileiras, projetando um cone de luz – cuja dimensão é bem maior do que sua silhueta. Por tudo o que viveu, é natural que insista em repetir a frase que já virou seu bordão: “A vida começa quando a violência termina.” 



Biodiversidade e inovação no Brasil: incentivar é melhor que controlar

A biodiversidade é importante fonte de inovação para diversos setores, como os de biotecnologia, agricultura, nutrição, farmácia, cosmética, engenharia de materiais, produção de energia, entre outros. Ao mesmo tempo, questões relativas ao acesso a recursos genéticos de cada país, repartição dos lucros gerados e investimento na manutenção da biodiversidade permanecem em discussão. Com o avanço da ciência e da inovação, o assunto adquire centralidade crescente no esforço da humanidade para uma relação sustentável com o ambiente. O Brasil, dono da maior fatia da biodiversidade mundial, demonstrou protagonismo nas negociações internacionais sobre o tema e foi pioneiro ao criar regulamentação nacional específica. Entretanto, a posição de destaque do país esbarra atualmente em dificuldades no aprimoramento destas regras internas.


A Medida Provisória nº 2.186-16/2001 tem recebido, ao longo dos últimos 12 anos, pesadas críticas de todos os setores, desde empresas e pesquisadores a ONGs e comunidades tradicionais, principalmente por gerar uma burocracia excessivamente complexa e ineficaz. Ela impõe a obrigatoriedade de permissão governamental para qualquer pesquisa com potencial geração de lucro sobre espécies brasileiras, seja o interessado estrangeiro ou não. Apesar dos esforços dos órgãos regulatórios em dar maior flexibilidade e agilidade às decisões, as regras têm se mostrado um obstáculo exagerado e desnecessário. Ao mesmo tempo, embora haja obrigação de repartir benefícios com as comunidades tradicionais, quando envolvidas, não há obrigação clara de destinar parte dos lucros a programas de conservação natural.

O objetivo principal dos acordos internacionais sobre recursos genéticos é promover sua utilização de forma a proporcionar maior bem-estar à humanidade e auxiliar na manutenção da biodiversidade. Assim, a pesquisa não deve ser encarada com desconfiança nem a proteção ambiental deve ser deixada de lado. Melhor seria, portanto, que existisse apenas a obrigatoriedade de o bioprospector nacional informar ao governo sobre o acesso a qualquer componente da biodiversidade do país. Se o potencial econômico da pesquisa se concretizasse (o que ocorre apenas na menor parte das vezes), uma porcentagem fixa do lucro final deveria ser exigida e destinada a um ou mais fundos de repartição de benefícios e de conservação da biodiversidade. Essa repartição difusa dos benefícios, além de simplificadora, também seria indicada devido à característica difusa do conhecimento tradicional no Brasil. Ao mesmo tempo, ela não impediria a existência de contratos com comunidades específicas, visando o fornecimento inicial de informação e materiais para a pesquisa.

Uma vez reduzidos os obstáculos impostos pela regulamentação, o incentivo poderia ser conseguido por meio de editais de financiamento específicos para projetos voltados ao uso da biodiversidade nacional, sejam eles para pesquisa básica (como os do CNPq), inovação (como os da Financiadora de Estudos e Projetos – Finep) ou empreendedorismo (como os do Banco Nacional do Desenvolvimento – BNDES). Uma vez que os projetos submetidos precisariam necessariamente informar o acesso, as condições atraentes, por si só, favoreceriam o monitoramento. O maior custo da ilegalidade passaria a ser a impossibilidade de adesão às linhas de financiamento facilitadas.

Mais que isso, o acesso a recursos genéticos poderia passar de um obstáculo burocrático a uma poderosa ferramenta de marketing. Isso ocorre porque cada vez mais empresas buscam associar sua imagem a produtos naturais. Talvez os casos mais notáveis sejam as indústrias cosmética e farmacêutica, mas já ocorre o mesmo em outros setores: pesquisas apontam uma nítida preferência dos consumidores pelos produtos de origem natural.

O esforço de controle do acesso ilegal aos recursos genéticos é válido e necessário, mas não deve ser o objetivo principal da lei. Mais eficaz é facilitar e disseminar a utilização informada e legalizada a fim de gerar divisas e novas fontes de financiamento para a proteção de espécies e comunidades tradicionais. E esse deve ser o foco. Sob uma perspectiva pragmática, simplificar e incentivar adequadamente o acesso automaticamente aumentam o poder de fiscalização, simplesmente por tornar vantajoso um maior contato com o governo. Os bioprospectores que agem à margem da lei – também chamados de biopiratas – continuariam tão difíceis de detectar como atualmente, mas passariam a enfrentar uma dura competição com os legalizados.

Na relação entre biodiversidade e inovação, o incentivo a atividades desejáveis é mais efetivo que a repressão das indesejáveis, levando a um cenário muito melhor do que o atual. Para tanto, é necessário um novo marco regulatório dos recursos genéticos, aliado a uma correta política de incentivos, os quais permitirão que o Brasil utilize uma de suas maiores vantagens naturais na busca pelo desenvolvimento. 

Nilo Luiz Saccaro Junior é técnico de planejamento e pesquisa do Ipea

Em luta pela floresta quase perdida



Montagem baseada no desenho original de Ivanier Benato

Naqueles tempos em que os governos incentivavam a ocupação da Amazônia pela pecuária predatória, apareceu um líder seringueiro chamado **Chico Mendes** que usou estratégias de luta pacífica em defesa do desenvolvimento econômico com a preservação do meio ambiente. Exatos 25 anos após sua morte, descobre-se que seu grande legado talvez tenha sido o de acelerar, com seu martírio, o processo de conscientização ecológica no Brasil

Ayana Trad

A casa, cenário daquele crime histórico ocorrido há 25 anos, não guardava qualquer singularidade especial em relação às moradias de milhares de outros seringueiros da região amazônica. Tratava-se de uma palafita de madeira, com saleta, dois quartos e cozinha, banheiro no quintal, instalada nas bordas de uma pequena cidade do Acre, Xapuri, encravada no coração da floresta. A vítima, por sua vez, era um trabalhador rural que passara a vida inteira, desde a infância, sobrevivendo do extrativismo do látex e da castanha. Nasceu e morreu na mesma Xapuri, bem perto da divisa com a Bolívia. Até mesmo seu algoz não tinha nada de especial em relação aos milhares de aventureiros que, naqueles tempos, em nome do progresso, tocavam fogo em toda e qualquer floresta que viam pela frente, numa corrida desenfreada pela conquista da Amazônia.

Era final da tarde de 22 de dezembro de 1988 quando aquele seringueiro saiu pela porta dos fundos de sua palafita para cumprir a rotina de tomar banho no quintal. Batizado Francisco Mendes Filho, conhecido por Chico Mendes, ainda nos primeiros passos seria abatido por um tiro de escopeta no peito. Havia uma semana que completara 44 anos. Deixou viúva e dois filhos pequenos, de quatro e dois anos. Os tiros foram disparados por um pequeno pecuarista, Darly Alves

Pereira, e por seu filho Darcy. Semianalfabeto, rústico, Darly vivia em condições ainda mais precárias do que as de sua vítima, numa pequena gleba perto de Xapuri, com três esposas, uma dúzia de filhos e uma centena de cabeças de gado. Pai e filho negaram que estivessem a serviço de grandes fazendeiros, assumiram toda a culpa, foram condenados e cumpriram penas de prisão.

Ele simboliza o espírito de um tempo de transição entre a exploração desenfreada dos recursos naturais e o início da luta por um modelo de desenvolvimento sustentável

Chico Mendes Filho tinha tudo para ser mais um elemento de massa a engrossar as estatísticas da violência no Brasil, apenas mais um dentre os 982 camponeses que foram mortos em disputas na Amazônia entre 1964 e 1988. Entretanto, uma confluência especial de fatores históricos o transformaria em mártir. Logo, viraria um mito, o símbolo maior de um tempo. Quando o filósofo Hegel explicava a seus alunos os conceitos de Espírito do Mundo e Espírito do Tempo, sua aula seria interrompida por um ensurdecedor

barulho de cascos de cavalos. Correu à janela e avistou Napoleão invadindo a Alemanha. Então chamou os alunos para apontar um exemplo encarnado de suas ideias. “Eis o espírito do mundo a cavalo”.

Chico Mendes, por sua vez, representa o espírito das lutas ambientais no Brasil. Ou, mais precisamente, simboliza o espírito de um tempo de transição entre os conceitos do progresso sem fim, da exploração desenfreada dos recursos naturais, e o início da luta por um modelo de desenvolvimento sustentável, que busque conciliar as necessidades econômicas com a preservação do meio ambiente. Sua história pessoal, por essa razão, não é apenas a biografia de um personagem relevante. Mas conhecer a trajetória desse homem é o melhor caminho para se compreender o contexto de lutas econômicas daquele tempo.

NO CORAÇÃO DA FLORESTA Para se chegar à cidade de Xapuri, nos tempos de Chico Mendes, era preciso enfrentar 175 quilômetros de estrada de barro e crateras, intransitáveis à maior parte do ano por conta das chuvas. Uma viagem que, por vezes, durava três a quatro dias. Filho de cearense, um daqueles “soldados da borracha” nordestinos que entre 1943 e 1945 foram convocados, alistados e transportados para a Amazônia a fim de extraírem borracha para o esforço de

guerra dos Estados Unidos contra o Eixo, Chico acabou seguindo o caminho do pai. Na Xapuri de sua juventude não havia outra opção que não fosse a extração de látex da forma tradicional.

Ainda adolescente, encontrou um mentor político: Euclides Távora, ex-militar que pertencera à Coluna Prestes. Depois de percorrer por três anos o interior do Brasil em protesto contra o governo de Arthur Bernardes, a Coluna terminou refugiada na Bolívia. A maior parte dos rebeldes voltou para suas casas. Távora atravessou a fronteira e instalou-se em Xapuri. Por conta do discípulo Chico Mendes, acabaria deixando o anonimato para se transformar, ele próprio, num dos protagonistas da história recente do Acre. Os matadores Darly e Darcy Alves da Silva, por motivos opostos, também.

Távora teria ensinado Chico a ler, a escrever e a compreender a realidade social à sua volta. Foi assim que Chico amadureceu diferente de seus pares nos seringais. Desde pequeno, contam hoje seus amigos de infância, aprendeu que somente a união poderia mudar a condição dos extrativistas, que era praticamente escrava. Trocavam látex por objetos e alimentos – assim como os índios, outrora, haviam trocado madeira e ouro por bugigangas europeias.

A CONQUISTA DO OESTE Desde os anos 50, uma das estratégias do projeto desenvolvimentista brasileiro era crescer rumo ao oeste, até os extremos da chamada Amazônia Ocidental. A partir dos anos 70, sucessivos governos militares começaram a abrir rodovias e a incentivar a ocupação da Amazônia pela pecuária, quase sempre com fazendeiros de São Paulo ou da região Sul. Por todo o Pará, Mato Grosso, Rondônia e Acre, os mognos e castanhais caíam ao chão para dar lugar ao gado, à soja e ao algodão. Quanto ao método de “amansar” a mata, o mesmo do Brasil Colônia: as queimadas. Em 1983 ocorreria um fato relevante, quando o governo de João



Chico Mendes colhe látex em Xapuri, onde liderou os seringueiros na luta contra o avanço das atividades predatórias

Desde os anos 50, uma das estratégias do projeto desenvolvimentista brasileiro era crescer rumo ao oeste, até os extremos da chamada Amazônia Ocidental

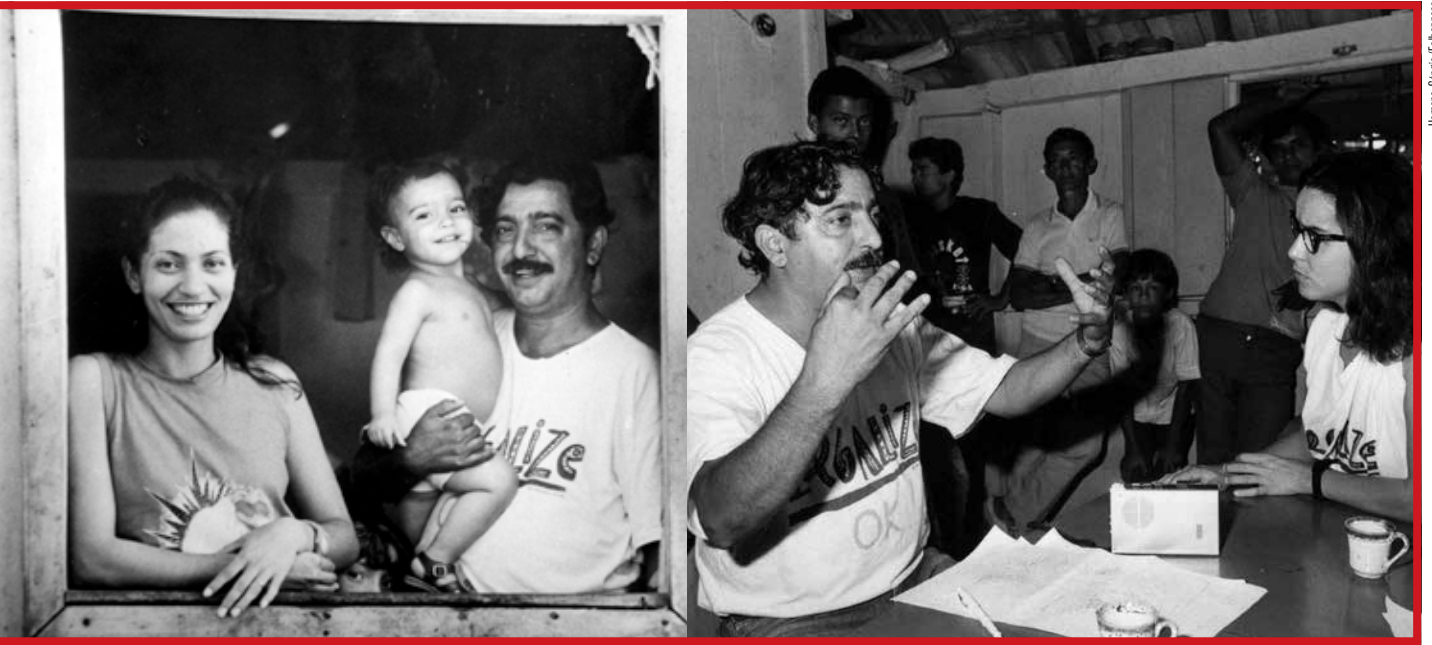
Figueiredo inaugurou o asfalto do trecho norte da rodovia BR-364, com consequências desastrosas para o meio ambiente.

A BR-364, iniciada por Juscelino Kubitschek, é uma das maiores rodovias do país. Sai de Limeira, São Paulo, e rasga em diagonal todo o lado oeste do Brasil até a cidade de Rodrigues Alves, Acre, no extremo ocidental do Brasil. Figueiredo mandou asfaltá-la no trecho entre Cuiabá e Rio Branco. Nesse processo de ocupação acelerada com incentivos fiscais da Sudam e da Sudeco, cerca de mil km² eram queimados por dia para dar espaço às pastagens. Índios e posseiros já não eram mais donos das terras nas quais cresceram. Era o conceito usual de desen-

volvimento daquele tempo. Nas imediações de Xapuri, os seringais também começaram a tombar para dar espaço aos pastos. Chico foi apanhado nessa encruzilhada da História. Emergiu como líder dos seringueiros de sua comunidade.

A GÊNESE DA LUTA “Os seringueiros não tinham um referencial político do nível do Chico”, relata o índio Marcos Terena, que naquele início dos anos 80 era uma das principais referências brasileiras na luta pela preservação da floresta. “Eles eram da floresta, isolados. Viviam em torno da vida selvagem. O Chico era o mais politizado, sabia da importância de denunciar como era a vida do seu povo. Ele era padrinho, consultor e conselheiro”.

Na realidade, naquele início, Chico sequer era ambientalista, segundo a concepção atual. O conceito de meio ambiente e de ecologia, assim como a agenda de luta, foi consolidado somente nos anos 90, portanto, depois da morte de Chico. Naquele tempo, ele lutava por algo no chão da sua própria realidade, o direito das pequenas comunidades amazô-



Chico com a mulher, Ilzamar Mendes, e um dos filhos na janela de sua casa. Ao lado, a atriz Lucélia Santos conversa com o seringueiro

nicas de usufruírem da extração do látex e das castanhas das florestas tropicais. O antigo mentor, Távora, já o havia iniciado na cartilha tradicional do Partido Comunista Brasileiro.

Mas naquele início dos anos 80, emergia uma nova organização, o Partido dos Trabalhadores, PT, pregando novas formas de luta política. Em 1980, fazendeiros mandaram assassinar o principal líder seringueiro do Acre, Wilson Pinheiro, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Brasiléia, segunda maior cidade do estado. Em sua homenagem, o PT criou em São Paulo a Fundação Wilson Pinheiro, mais tarde rebatizada de Fundação Perseu Abramo. Chico ascendeu no vácuo de Pinheiro. Primeiro assumiu a presidência do sindicato de Brasiléia. Foi um dos fundadores da Central Única dos Trabalhadores (CUT) no Acre e, depois, do Conselho Nacional dos Seringueiros. Assim, transcendeu seu grupo de seringueiros da pequena Xapuri e, rapidamente, começou a se tornar uma liderança política de âmbito nacional.

Na luta específica contra a derrubada das florestas e para conter o avanço da pecuária no Acre, ele passou a utilizar táticas pací-

ficas de resistência, batizadas de “empates”. Consistia em juntar dezenas de pessoas a fim de cercar os tratores escalados à devastação. Grupos de famílias de seringueiros, homens, mulheres, crianças e anciãos, davam-se as mãos e faziam uma corrente em volta das máquinas. Obviamente os “empates” tinham um enorme potencial de tragédias. Algum jagunço poderia abrir fogo, ou alguém poderia acelerar o trator. Contudo, acabou prevalecendo o lado mais humano dos empregados das agropecuárias. Foi assim que Chico acabou muitas vezes sendo chamado, por aliados nas grandes cidades, de “Gandhi da Amazônia”. Os pesquisadores Miguel Haddad e Renato Kestener, que se mudaram de São Paulo para o Acre a fim de descortinar a vida do seringalista, explicam no livro *Acre – na ponta do Brasil* a situação da região:

“O estado ardia em chamas com as queimadas e com o clima de guerra instaurado naquelas pequenas cidades do interior do Acre. A onda de assassinatos contra lideranças fez com que os seringueiros passassem a se organizar e a lutar cada vez mais em conjunto. Chico encabeçou um movimento pacífico de

defesa de terras. Com uma corrente de isolamento, composta por diversos trabalhadores e suas famílias, os empates não permitiam a entrada de fazendeiros em suas terras”.

POVOS DA FLORESTA Em meados dos anos 80, Chico foi um dos fundadores da União dos Povos da Floresta. Lideranças sindicais, quase todas ligadas à CUT e ao PT, se juntaram aos povos indígenas da região (Caxinauás, Apurinãs) e minorias sociais para entrar em consenso sobre suas lutas. Essa iniciativa foi algo completamente novo. Hoje, conceitos como de “povos da floresta” – a junção de índios, de comunidades extrativistas, de entidades sindicais e de movimentos sociais – são internacionalmente reconhecidos. Contudo, naquele primeiro momento, foi muito difícil de ser implementado. Marcos Terena, índio fundador da União, explica como o processo aconteceu:

“Desde o início dos anos 80 já pensávamos em como poderíamos defender o meio ambiente e ao mesmo tempo fazer a exploração econômica das florestas. Eram ideias parecidas com



A BR-364 sai de São Paulo e rasga todo o lado oeste do Brasil até o do Acre. Figueiredo asfaltou o trecho entre Cuiabá e Rio Branco, com consequências desastrosas ao meio ambiente

esses pensamentos que hoje as Nações Unidas chamam de sustentabilidade. Historicamente, os povos indígenas, principalmente do Acre, viam os seringueiros como homens brancos, iguais aos demais. O trabalho foi mostrar que os seringueiros conseguiriam tirar proveito da floresta sem prejudicá-la. Tínhamos que perder medo um do outro. Tudo isso para lutar em prol dos valores humanos, dos direitos sociais e da preservação da floresta”.

Esse apoio mútuo entre os povos da região foi um duplo estopim. Por um lado, deu visibilidade internacional àqueles líderes emergentes egressos dos confins da Amazônia, como Chico Mendes e Marcos Terena. De outro, deixou os fazendeiros da política do boi apreensivos. Em 1988, Chico criou a Cooperativa Agroextrativista de Xapuri. Uma nova bandeira de luta então apareceu: a criação de reservas extrativistas na Amazônia. Os fazendeiros, por sua vez, atacavam abertamente a ideia de reservas e defendiam o boi como modelo insubstituível de ocupação da Amazônia.

“Chico parece ter sido um ser humano com todos os vícios e virtudes, que se juntou aos diversos movimentos para defender a sobre-

1988

foi o ano em

que Chico Mendes ganhou notoriedade no Brasil, somente após a repercussão internacional de seu assassinato

vivência de seu povo”, avalia o pesquisador Miguel Haddad. “Ele morreu sem saber que seria o mito Chico Mendes, que se transformaria em ídolo do Acre e em maior símbolo da luta ambiental da Amazônia”, acrescenta.

DEU NO NEW YORK TIMES Até o dia do seu fim, Chico Mendes era no Brasil só mais um dos milhares de sindicalistas semianônimos espalhados por esse Brasil. Em sua própria terra, a pequena Xapuri, era bastante polêmico, acusado pelos adversários de bigamo, de homem de confronto. Relevantes e conhecidos, dentre

os “povos da floresta”, eram Marcos Terena, primeiro índio piloto de avião do país (e também o primeiro a cursar universidade), o folclórico deputado Mário Juruna e o cacique Raoni Caiapó, líder maior dos povos do Xingu. Quando morreu, nenhum grande jornal brasileiro publicou o crime.

Até que a notícia sobre seu assassinato saiu com destaque no jornal *The New York Times*. Ato contínuo, no *The Washington Post*, *Boston Globe* e no *The Guardian*, de Londres. Logo, nas principais redes de televisão dos Estados Unidos e da Europa. Só depois a imprensa brasileira começaria a noticiar a existência desse protagonista. Entre o Natal e o Réveillon de 1988, reportagens sobre o líder seringueiro ocupariam páginas inteiras de todos os grandes jornais nacionais. Descobriu-se então que já existiam dois documentários internacionais sobre ele, que suas práticas de extrativismo com preservação da floresta, o conceito de “povos da floresta” e suas táticas de resistência pacífica, o “empate”, também já eram discutidos em diversas rodas do emergente movimento ambientalista global. O próprio Chico dava palestras em universidades no



Marcos Terena: “os seringueiros não tinham um referencial político do nível do Chico. Eles eram da floresta, isolados. Viviam em torno da vida selvagem”



Quando ministra do Meio Ambiente, Marina Silva reconheceu a relevância histórica do antigo amigo de lutas, dividindo as atribuições do Ibama com a criação do Instituto Chico Mendes

exterior. Chegou a fazer um discurso na ONU, quando recebeu o prêmio Global 500 por um Mundo Melhor.

“A força política veio da entrada na arena internacional. Foi assim que Chico passou a ser seriamente nocivo aos interesses dos grandes fazendeiros que exploravam a mão de obra da região”, conta Marcos Terena.

LEGADO HISTÓRICO O fato concreto é que o destaque internacional provocado por sua morte começou a chamar a atenção, dentro do Brasil, para questões até então confinadas em guetos de ativistas verdes ou de sindicalistas. Há 25 anos, a consciência ecológica do país era pequena. Antes disso, em 1974, o presidente Ernesto Geisel até havia criado a Secretaria Especial de Meio Ambiente, gênese do futuro ministério, e nomeou para o cargo, com status de ministro, mas com poucos poderes de fato, um respeitado indigenista e naturalista, Paulo Nogueira Neto – que lá permaneceria até fins do governo de João Figueiredo, em 1985. José Sarney, por sua vez, já havia criado o Ibama pela fusão de vários órgãos governamentais.

Nesses 25 anos, a consciência ecológica vem crescendo em processo exponencial. Chico abriu caminho, por exemplo, para Marina Silva, outra companheira das primeiras lutas pelos povos da floresta

Entre europeus e americanos, crescia a preocupação com o destino da maior floresta tropical do mundo. Havia na Europa um movimento político chamado de “Verde”, nascido na Alemanha, e com simpatizantes no Brasil como os jornalistas Fernando Gabeira e Alfredo Sirkys, ambos ex-exilados políticos. Contudo, a consciência ecológica era muito incipiente e difusa em todo o mundo. Sequer existiam expressões como sustentabilidade ou reciclagem. Falava-se basicamente de preservação de biomas e de animais.

Com sua morte, Chico Mendes acabou por se tornar símbolo maior da luta ambiental no Brasil. Nesses 25 anos, a consciência ecológica vem crescendo em processo exponencial. Seu

Acre, por sua vez, ganhou visibilidade política e econômica sem igual dentre os demais estados da Amazônia. Chico abriu caminho, por exemplo, para outra companheira das primeiras lutas pelos povos da floresta, Marina Silva, que hoje é reconhecida internacionalmente como uma das porta-vozes da luta pela preservação da Amazônia. E Marina, por sua vez, abriu caminho para a atual ministra do Meio Ambiente Izabela Teixeira, que em fins de setembro ganhou o prêmio da ONU “Campeões da Terra 2013” por sua liderança mundial em defesa da natureza – instaurando a terceira geração de ecologistas brasileiros com prestígio global. Recentemente, em 2007, o governo Lula criou o Instituto Chico Mendes de Conservação e Biodiversidade, órgão nascido da costela do Ibama. Ficaram com o instituto as atribuições de administrar os parques nacionais e de fomentar a pesquisa ambiental. Por todas essas razões, a imolação de Francisco Mendes Filho, há 25 anos, significou um grande impulso para o longo e doloroso processo de consciência ecológica no Brasil. E Chico Mendes, por sua vez, encarnou o espírito do homem vivendo em harmonia com a natureza. **ti**



Saúde

Stent coronariano feito no Brasil

A parceria entre um engenheiro, um médico e um físico criou um stent coronariano, com tecnologia nacional, inovação que já rendeu prêmios e conquistou mercados no exterior. Desenvolvido em conjunto com o Incor-SP, a Scitech e a Laser Tools, o stent é um pequeno cilindro de tela metálica, empregado para dilatar vasos sanguíneos e no tratamento de doenças coronarianas. Doenças que costumam ser tratadas, em geral, de duas maneiras: por meio de medicamentos ou por intermédio de procedimentos invasivos, como a cirurgia cardíaca. No segundo caso, o médico coloca a chamada ponte de safena. Mas na angioplastia coronária, a saída são os stents fabricados com ligas especiais e que impedem novo estreitamento da artéria.

“Seguimos um caminho bom de C&T, onde tudo é feito no Brasil”, diz Spero Morato, físico nuclear vinculado à USP. A inovação faz sucesso na América Latina. Chegou ao Oriente Médio, com maior fatia das vendas em Dubai. Conquista também a Europa, com destaque para Portugal, Espanha e Itália. E atrai parceiros importantes nos Estados Unidos.

Energia solar

Material sustentável em construções

As novas usinas de energia solar fotovoltaica estão saindo do papel. Após a Aneel ter estimulado os projetos de P&D das elétricas do setor, o barateamento da tecnologia tem aberto espaço para empresas contratarem esse tipo de energia, no mercado livre, e assim atingirem metas de redução de emissões. Os resultados deverão ser medidos até o ano que vem, com previsão de crescimento de geração de energia pelas térmicas. A partir da regulamentação da Aneel, residências e empresas poderão instalar seus próprios sistemas (solar, eólico e de biodigestores) para gerar energia. O excedente será vendido para as distribuidoras. Empresas estrangeiras já estão posicionadas para abocanhar a maior parte deste mercado.



Blue-sol

Aplicativo

Matemática para deficientes visuais

Há 18 anos, durante uma viagem ao Canadá, o professor Luiz César Martini, da Faculdade de Engenharia Elétrica (FEC) da Unicamp (SP), ficou cego. Sem recursos nos computadores relacionados à Matemática, e direcionados a deficientes visuais, optou pela inovação. Como os ouvidos dos deficientes visuais funcionam como olhos, criou um aplicativo, acoplado ao editor de texto, dotado de sintetizador de voz. O que tornou a Matemática possível para deficientes visuais.

Trata-se do Matvox, desenvolvido em parceria com alunos do doutorado. Numa segunda versão do Matvox, com novas funcionalidades, acoplaram calculadora de números complexos, matrizes e equações polinomiais.



lartec.fae.unicamp.br

A deficiência visual, que levou o professor a descobrir o outro lado, gerou a vontade de dar a volta por cima: “Eu conheço muitos cegos que tinham interesse em estudar Física e Matemática, mas acabaram optando por outros cursos, como Letras e Direito”, disse recentemente.

Brasil quer lançar seu primeiro satélite em 2018

A Agência Espacial Brasileira (AEB) fará, em 2014, seus primeiros testes com o Veículo Lançador de Satélites (VLS). O desafio será lançar o primeiro de seus próprios satélites entre 2018 e 2020. O diretor da AEB, José Raimundo Coelho, lembra que outro desafio do Programa Espacial Brasileiro será desenvolver toda a cadeia de produção, incluindo os lançadores, e assim tornar o programa completo. “A meta é ambiciosa”, observa José Coelho. Ele defende parcerias entre civis e militares, a formação de especialistas na área e geração de benefícios práticos para os brasileiros. O Brasil já lançou, no passado, cinco satélites. Dois deles para coleta de dados a partir dos Estados Unidos. Outros três a partir da China.



AEB/Divulgação

Estímulo

Menos burocracia para incentivar a inovação

A busca incessante por ganho de competitividade levou o ministro Marco Antonio Raupp, do Ministério da Ciência, Tecnologia e Informação (MCTI), a um desafio: desburocratizar o processo, reduzir prazos e o tempo de análise de mérito dos pedidos de financiamento encaminhados à Agência Brasileira de Inovação (Finep). A partir de agosto, o prazo para análise dos projetos passou de 112 para 30 dias. A iniciativa, conhecida como Finep 30 dias, vai acelerar a contratação de projetos do Plano Inova Empresas, que conta com R\$ 32,9 bilhões para a área de inovação. O

ministro justifica: “O papel do governo é estimular empresas, criar mecanismos, ampliar o fomento e o crédito com taxas de juros baixas.” Para as empresas que investem em inovação e buscam incentivos financeiros no governo, a estratégia é adequada. O novo projeto contará também com 86 indicadores para classificar os projetos apresentados à Finep, sistema desenvolvido em parceria com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), que visa reestruturar as análises realizadas pelos profissionais da agência.

Meio ambiente

Embalagens com polpa de frutas

Embrapa/Divulgação



A Embrapa Agroindustrial Tropical pesquisa a produção de embalagens produzidas a partir da polpa de frutas, que se degradam rapidamente. Além de biodegradáveis, podem ser comestíveis. Cera de carnaúba, polpas de frutas como goiaba e acerola são a matéria-prima para a produção das embalagens. Ao contrário das

embalagens plásticas que precisam de décadas para degradar, as ecológicas são decompostas em menos de duas semanas. O objetivo, além de poupar o meio ambiente, é atender um mercado em transformação, que valoriza produtos e processos que preservam a natureza.



Inovase.org.br

INPI

Mudanças na legislação sobre patentes

O esforço do Brasil no sentido de favorecer um ambiente mais propício à inovação deverá contemplar mudanças na legislação sobre patentes. É o que defende Jorge Ávila, presidente do Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI). “As legislações sobre patentes europeia e norte-americana mudaram ano passado”, afirma. Segundo ele, o Brasil também deverá debater o aperfeiçoamento legislativo necessário. Ávila, que acredita em mudanças significativas para a proteção dos direitos intelectuais, observa: “Quanto mais o Brasil caminha para a economia do conhecimento, mais as pessoas, profissionais e empresas precisam se proteger adequadamente e ter clareza de seus direitos”. Ele defende a formação do sistema de Propriedade Intelectual (PI), o fortalecimento do INPI e a criação de ambiente interno favorável à inovação, bases para uma economia inovadora em futuro próximo.

ACORDOS PREFERENCIAIS DE COMÉRCIO

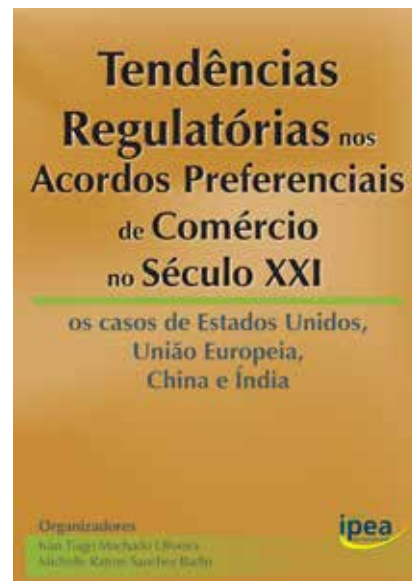
As grandes áreas de pesquisa das relações internacionais estão voltadas para estudar o *boom* de acordos preferenciais de comércio, um fenômeno que ganhou força a partir dos anos 2000, após as dificuldades dos países em concluir a Rodada de Doha. Com o enfraquecimento da Organização Mundial de Comércio (OMC), as potências mundiais e os estados emergentes passaram a buscar a facilitação do comércio por meio de acordos bilaterais ou em blocos econômicos e a construir regras em temas ainda não regulados pela OMC. Esses tratados colocaram em xeque o multilateralismo.

Para entender como esses acordos mudaram a agenda de regulação do comércio exterior, o **Ipea** lançou o livro *Tendências regulatórias nos acordos preferenciais de comércio no século XXI: os casos de Estados Unidos, União Europeia, China e Índia* (332 págs, R\$ 40), organizado pelos pesquisadores Ivan

Tiago Machado Oliveira e Michelle Rattton Sanchez Badin.

O livro faz mapeamento inédito e detalhado dos acordos assinados por EUA, China, Índia e a União Europeia, ao passo que identifica as tendências regulatórias e seus impactos. Em onze artigos, renomados pesquisadores avaliam as regras de origem, as medidas de defesas comerciais, as regras sobre propriedade intelectual, o comércio de serviços, inovação e as compras governamentais dos acordos firmados pelos países pesquisados.

Fica claro, como diz a coordenadora do Centro de Comércio Global e Investimentos da FGV-SP, Vera Thorstensen, que “o mundo atual tem suas atividades comerciais reguladas por dois sistemas diferentes e muitas vezes conflitantes: de um lado, o sistema da OMC contendo regras arcaicas; de outro, os acordos preferenciais com regras dirigidas ao futuro, o futuro de um mundo cada vez



mais globalizado”. Se as potências mundiais buscam ampliar sua área de atuação, o Brasil concentra sua atuação na região sul-americana e adia a busca por novos acordos, o que terá de fazer mais cedo ou mais tarde.



REFLEXÕES SOBRE A BUSCA PELA IGUALDADE RACIAL NO BRASIL

A Assembleia Geral da ONU proclamou que 2011 seria o Ano Internacional dos Afrodescendentes. O objetivo era fortalecer ações dos países-membros e a cooperação internacional na promoção dos direitos humanos às populações de origem africana. O **Ipea**, por sua vez, desde 2003 tem desenvolvido uma série de trabalhos relativos à questão da desigualdade racial no Brasil e estudos sobre as condições de vida da população negra e o acompanhamento de políticas públicas no campo da igualdade racial. Dentro desse contexto, o **Ipea** publicou o livro *Igualdade racial no Brasil: reflexões no Ano Internacional*

dos Afrodescendentes, organizado por Tatiana Dias Silva e Fernanda Lira Goes (R\$ 40,00).

Fruto de seminários e discussões realizados no Ciclo de Debates promovido pelo instituto no âmbito do Ano Internacional dos Afrodescendentes, este livro congrega artigos de pesquisadores, técnicos, gestores e militantes de diversas instituições. Essa ampla gama de autores e autoras possibilitou a reunião de temáticas variadas e de diferentes perspectivas sobre a questão racial, que deve tanto interessar àqueles que já têm uma trajetória em prol da promoção da igualdade racial e de uma sociedade mais justa.

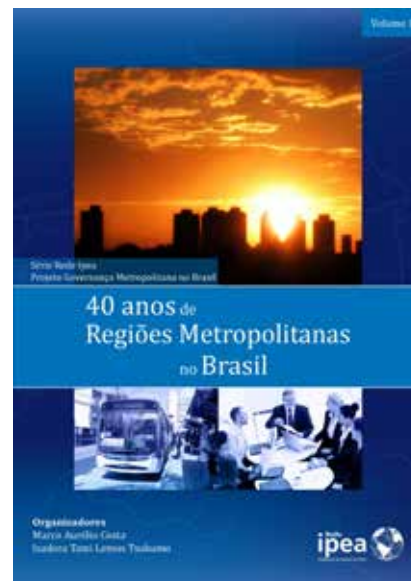
UM BRASIL CADA VEZ MAIS METROPOLITANO

O conceito de região metropolitana foi adotado no Brasil em 1973. De lá para cá, já são mais de 50 as regiões metropolitanas espalhadas de Norte a Sul. Em nossas principais metrópoles, encontram-se metade do PIB brasileiro e mais de um terço de nossa população. Somos, cada vez mais, um país metropolitano. Diante desse quadro, o Projeto Governança Metropolitana no Brasil, da Rede **Ipea**, lança o livro *40 Anos de Regiões Metropolitanas no Brasil*, organizado por Marco Aurélio Costa e Isadora Tami Lemos Tsukumo, e com apresentação do professor Marcelo Neri, presidente do **Ipea**.

“Em um quadro como esse, faz-se necessário não conhecer somente em profundidade as nossas principais metrópoles, mas também a forma como esses espaços são geridos, considerando o arranjo federativo brasileiro e os desafios que ele impõe aos gestores públicos das diversas esferas de governo”,

escreve Marcelo Neri. “Haverá um modelo de gestão metropolitana que possa ser a referência para as regiões metropolitanas do Brasil?”, questiona. Por fim, pergunta: “As recentes transformações da sociedade brasileira, ao trazerem novos desafios para a gestão dos problemas compartilhados no espaço metropolitano, estão sendo respondidas de forma adequada pelos atuais arranjos institucionais?”

Com 336 páginas, 42 autores apresentam 16 diferentes estudos sobre temas como arranjos institucionais de gestão e industrialização das metrópoles. Elaborada em parceria com 15 instituições de planejamento e pesquisa que realizaram estudos sobre as regiões metropolitanas, a publicação apresenta os resultados dessas reflexões. Em seu conjunto, busca explicar como foi, afinal, a trajetória da gestão metropolitana no Brasil desde a criação das primeiras



regiões metropolitanas, na década de 1970. “Esperamos que as contribuições aqui reunidas possam servir como bússola para aqueles que cuidam da gestão metropolitana no país”, aponta Neri.



O MERCADO DE TRABALHO PARA OS JOVENS

O número 55 do boletim *Mercado de Trabalho: conjuntura e análise*, publicação conjunta do Ministério do Trabalho e do **Ipea**, apresenta um panorama do funcionamento do mercado de trabalho metropolitano no primeiro semestre de 2013, concentrando-se por inteiro em análises sobre trabalho para a juventude. O lançamento do Estatuto da Juventude, as mobilizações sociais e a Jornada Mundial da Juventude (JMJ), dentre outros eventos deste ano, contribuíram para que o tema voltasse a ocupar posição de destaque no debate de políticas públicas.

Dentre os temas abordados, busca-se investigar a dificuldade do jovem de conseguir uma trajetória estável no mercado de trabalho. Um dos textos, de Maurício Reis, analisa a transição dos jovens para seus primeiros empregos, em relação à transição de indivíduos desempregados que já haviam trabalhado anteriormente. Seus resultados apontam não apenas para uma maior dificuldade de arrumar emprego quando se trata do primeiro emprego, mas também que as melhores formas de emprego são relativamente menos frequentes na transição para o primeiro emprego.



CRIANÇAS EMBAIXADORAS NA RÁDIO JOVEM EM WASHINGTON DC – Eliminar o trabalho infantil e promover oportunidades de trabalho decente. Puobaare Dombene (14 anos) e Baleng Mahama Wutor (16 anos), de Gana, aproveitam a nova experiência de aprendizado e perspectivas de futuro

Como você vê o desenvolvimento? Como retratar uma face humana do desenvolvimento? Como os programas e iniciativas do desenvolvimento melhoram a vida das pessoas? A Campanha Mundial de Fotografia *Humanizando o Desenvolvimento* busca mostrar e promover exemplos de pessoas vencendo a luta contra a pobreza, a marginalização e a exclusão social. Chamando a atenção para os sucessos obtidos, a campanha pretende contrabalancear as imagens frequentes que

mostram desolação e desespero. Uma galeria de fotos será permanentemente localizada no escritório do Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo (IPC-IG) e será aberta para visitação pública. Uma série de exposições fotográficas também será organizada em diversas cidades ao redor do mundo.

Nós temos o prazer de anunciar as 50 fotos selecionadas pela campanha. Nós gostaríamos de agradecer aos participantes de mais de 100 países que nos enviaram suas fotos e

suas histórias, e compartilharam sonhos e desafios. Nós agradecemos as instituições parceiras e membros do Comitê de Seleção por suas contribuições para a campanha. Todos vocês tornaram a campanha uma realidade e nos ajudaram a destacar e promover o desenvolvimento por meio de novas lentes. Parabéns aos participantes.



Visite o site e veja algumas das fotografias da campanha: <http://www.ipc-undp.org/photo/>



Assista ao filme da campanha. Baixe o leitor de QR Code em seu celular e fotografe este código

MUDE DE ATITUDE
E AJUDE MUITA GENTE
A GANHAR A VIDA.



Separar o lixo úmido do seco facilita o trabalho dos catadores. Limpe as embalagens por dentro, retirando toda a sujeira antes de jogar fora. Assim, mais material é aproveitado e reciclado. Você ajuda a gerar renda para quem mais precisa e poupa recursos naturais.

Saiba mais no brasil.gov.br



Latas
Papéis
Plástico
Vidro



Restos de comida
Cascas e ossos
Pó de café e chá
Galhos e podas

SEPARE O LIXO E ACERTE NA LATA.

Ministério do
Desenvolvimento Social
e Combate à Fome

Ministério do
Meio Ambiente

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA

Biblioteca Ipea

Leve conhecimento para casa,
ou pegue emprestado

O acervo da biblioteca Ipea, especializado em economia, planejamento econômico e social e políticas governamentais, é composto por cerca de 60 mil obras, entre livros, teses e documentos, e quase 600 séries de periódicos, além de jornais e de CD-Roms contendo documentos e bases estatísticas.

São mais de 97 mil exemplares de publicações e seu acervo pode ser consultado mediante pesquisa online pelo endereço: www.ipea.gov.br/biblioteca.

Brasília (DF)
SBS - Quadra 1 - Bloco J
Ed. Ipea/BNDES
2º andar - salas 201 a 211
E-mail: biblioteca@ipea.gov.br
Funcionamento: Segunda a sexta-feira, das 9h às 17h

Rio de Janeiro (RJ)
Av. Presidente Antônio Carlos, 51-16º andar - Castelo
E-mail: bibliotecarj@ipea.gov.br
Funcionamento: Segunda a sexta-feira, das 13h às 17h

Livraria Ipea

Na Livraria Ipea, é possível encontrar todas as mais recentes publicações do Instituto e encomendar as mais antigas.

Caso queira conhecer os estudos produzidos no Ipea, acesse www.ipea.gov.br

Brasília (DF)
SBS - Quadra 1 - Bloco J
Ed. Ipea/BNDES - Térreo
Telefone: (61) 3315 5336
E-mail: livraria@ipea.gov.br
Funcionamento: Segunda a sexta-feira,
das 9h às 12h, e das 13h às 17h